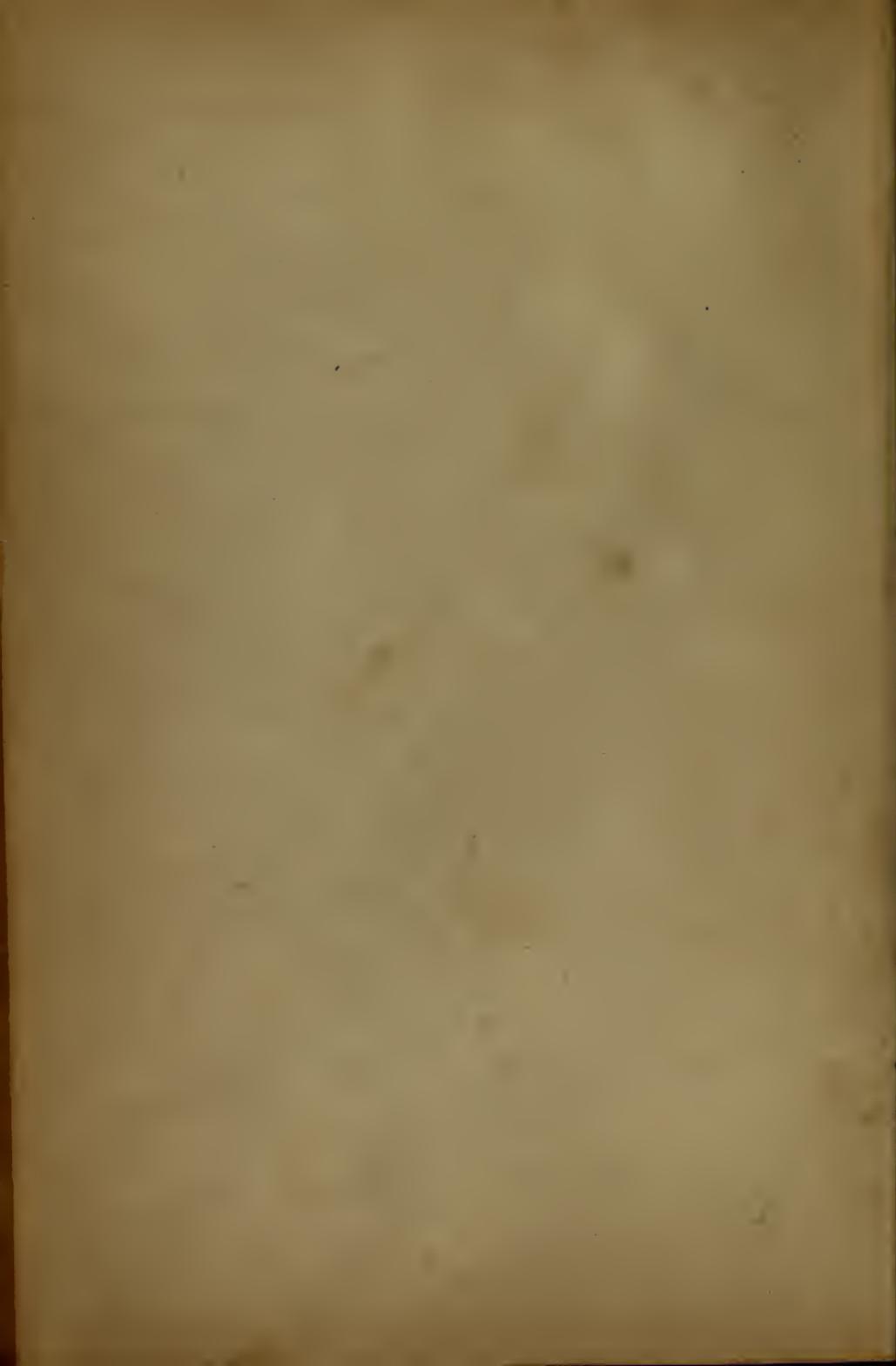


F
186
L
M. Chapman

186
188
189





CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

EXPOSIÇÃO GERAL

DA SITUAÇÃO
ECONÔMICA DO
BRASIL

1951

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1952

1371 22 9 960

MEMBROS DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

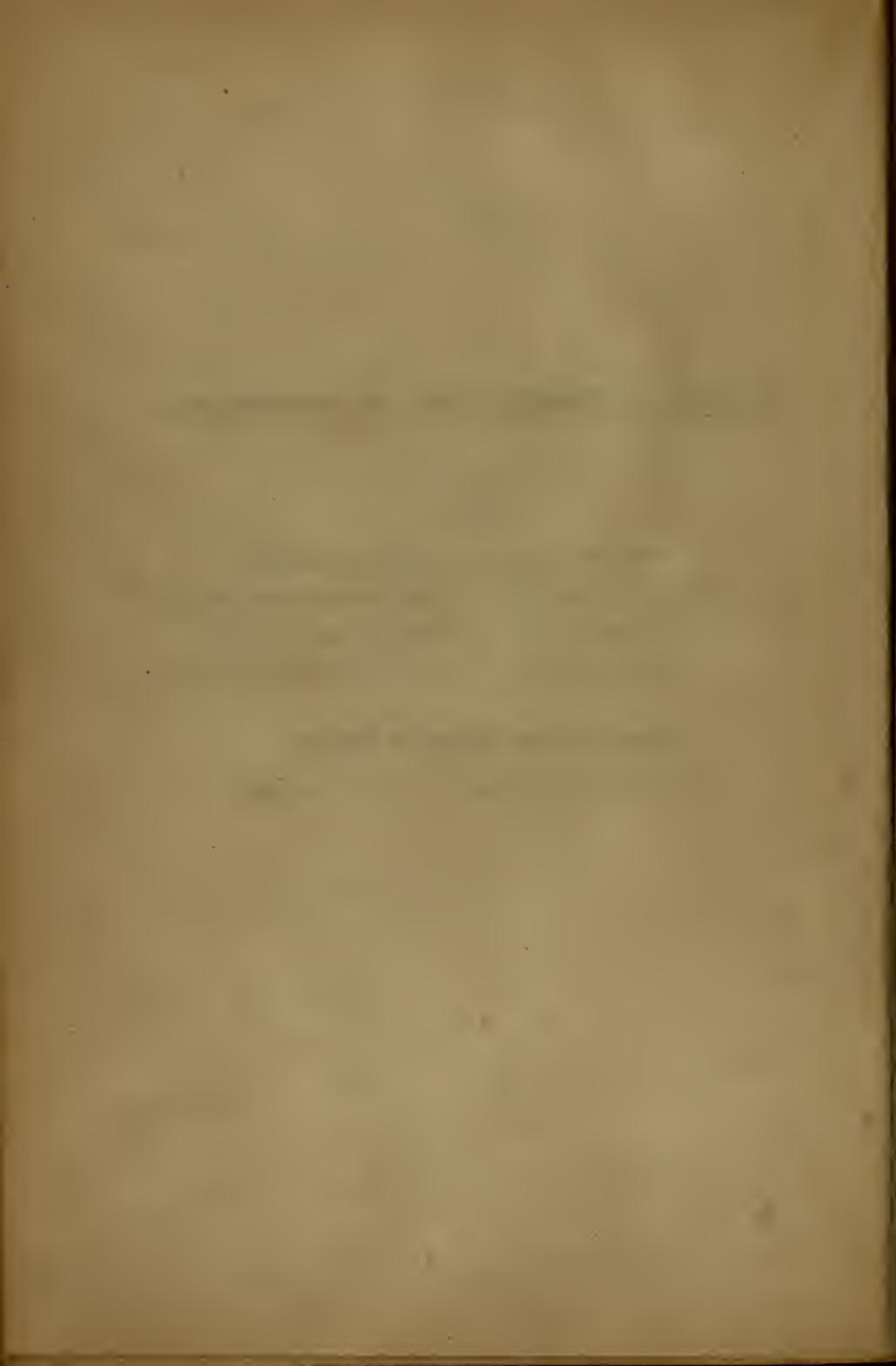
JOÃO PINHEIRO FILHO

Presidente

ALFREDO NASSER	HUMBERTO BASTOS
A. DE SOUZA COSTA	LUIZ DODSWORTH MARTINS
EDGARD TEIXEIRA LEITE	MARCIAL DIAS PEQUENO
HAMILTON PRADO	OCTAVIO GOUVEIA DE BULHÕES

Sede do Conselho Nacional de Economia:

RUA SENADOR DANTAS, 74 - 14.º e 15.º ANDARES



ÍNDICE

	PÁGS.
Preâmbulo	
Objetivo	7
Divisão da Matéria	8

CAPÍTULO I

SITUAÇÃO DO BRASIL NA ECONOMIA MUNDIAL

	ÍTEMS	PÁGS.
1. <i>Estrutura Geo-Econômica do Brasil</i>	1	9
Formação Nuclear		
Intensidade das Migrações		
Dispersão de Recursos Naturais		
Exportação Brasileira		
2. <i>Política de Comércio Exterior</i>	9	14
Novas Diretrizes		
Política de Matérias Primas		
a) potencial Brasileiro		
b) distribuição mundial		
(exportação)		
c) critérios (
(preservação nacional)		
Balanço de Pagamentos		
a) balanço comercial		
b) diversificação da produção		
3. <i>Relações Internacionais</i>	16	19
Interdependência mundial		
Preparação das representações brasileiras no exterior		

CAPÍTULO II

SITUAÇÃO ECONÔMICA

	ÍTEMS	PÁGS.
1. <i>Consumo</i>	20	21
2. <i>Produção</i>	26	23
A — Inflexibilidade da Produção de artigos de consumo genérico		

B — Desproporcionalidade entre a distribuição e a formação de renda em bens de consumo genérico

CAPITULO III

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

	ÍTENS	PÁGS.
1. <i>Introdução</i>		
<i>Aplicação dos Recursos Existentes</i>	52	33
<i>Condições de limitação</i>		
2. <i>Função Coordenadora do Estado</i>	54	34
<i>Conveniência de planos de conjunto</i>		
<i>Função Coordenadora do Governo, no Brasil</i>		
3. <i>Programa de Industrialização</i>	62	39
<i>Bases do desenvolvimento:</i>		
a) <i>energia</i>		
b) <i>transportes</i>		
c) <i>indústrias básicas</i>		
d) <i>política social</i>		
e) <i>medidas de proteção</i>		
<i>Importância da produção agro-pecuária</i>	81	47

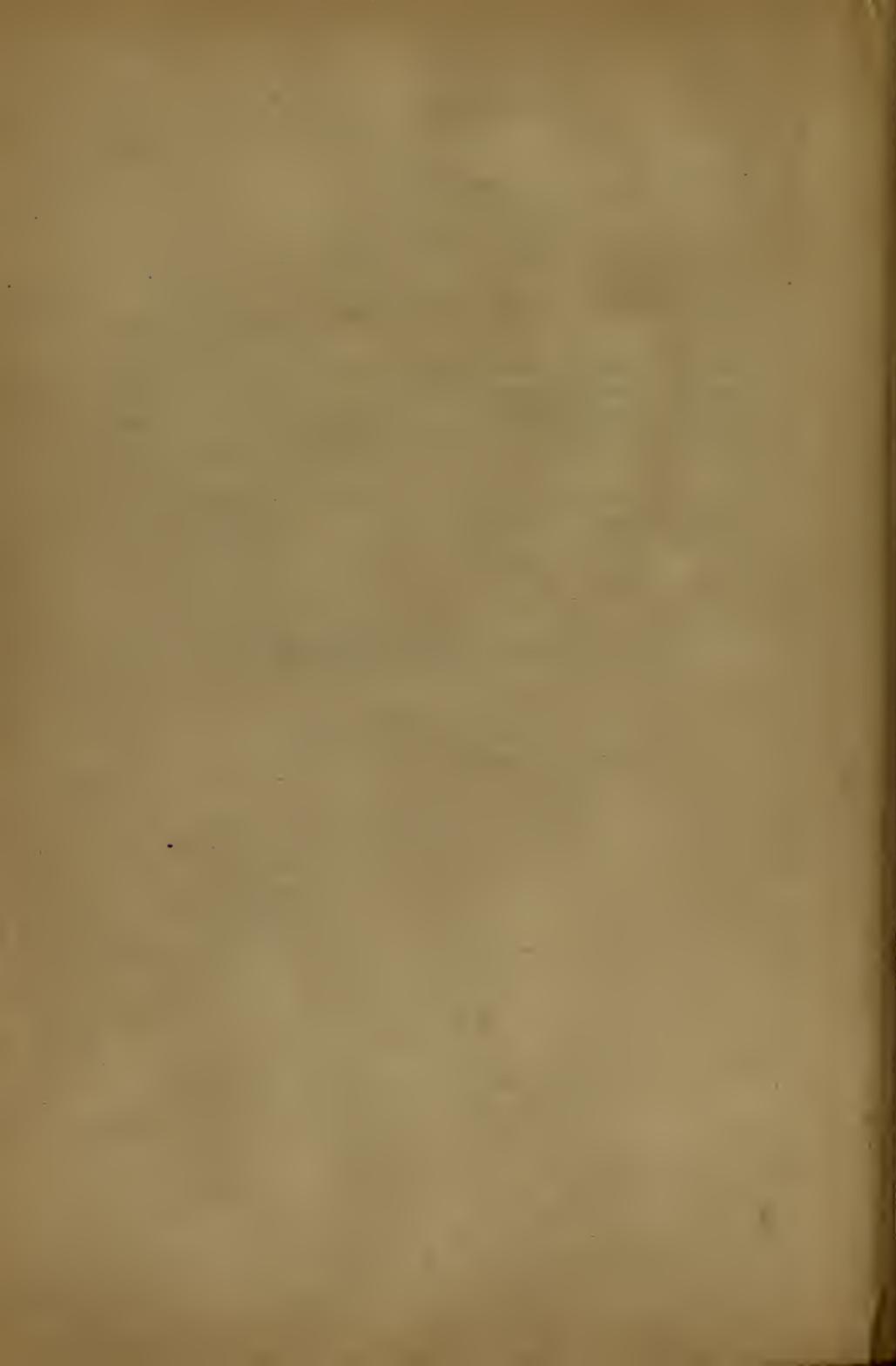
CAPITULO IV

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E POLÍTICA MONETÁRIA

	ÍTENS	PÁGS.
1. <i>Têrmos de um processo inflacionário</i>	85	48
2. <i>Política de Investimentos</i>	88	49
<i>Hierarquia dos investimentos</i>		
<i>Seleção do Crédito</i>		
3. <i>Política Monetária</i>	90	50
a) <i>Restabelecimento do Crédito Público</i>		
b) <i>Regulamentação do Crédito Bancário</i>		
c) <i>Caracterização do Impôsto de Renda como medida fiscal e monetária</i>		
d) <i>Conjugação do comércio exterior, do câmbio e das tarifas alfandegárias com a politica de investimentos e com a politica monetária</i>		
4. <i>Conclusões</i>	117	61

ANEXOS

	PÁGS.
<i>Anexo I</i>	
Tendência evolutiva da economia nacional	61
<i>Anexo II</i>	
Dados indicativos das variações das diversas regiões	63
<i>Anexo III</i>	
Produção e exportação brasileira de cacau e algodão	64
<i>Anexo IV</i>	
Quadro I — Bens de Consumo Genérico	66
Quadro II — Bens de Consumo Restrito	83
Quadro III — Bens de Produção	103
Quadro IV — Resumo	109
<i>Anexo V</i>	
Movimento da População e Variação na produção de alguns Gêneros de primeira necessidade	110
<i>Anexo VI</i>	
Índices de Atividades	118
<i>Anexo VII</i>	
Análise da Despesa Orçamentária da União — (1946/1950)	126



EXPOSIÇÃO GERAL DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

PREAMBULO

1. O objetivo desta exposição é apresentar, em quadro nítido e fiel, alguns aspectos fundamentais da economia do Brasil, e tirar certo número de conclusões que permitam fixar um conjunto de diretrizes de política econômica e sugiram a estruturação mais apropriada do mecanismo responsável por essa política.

Procurou o Conselho Nacional de Economia, cumprindo dispositivo expresso da sua lei orgânica, colocar-se em ponto de visão elevado, do qual pudesse abranger, dentro das possibilidades de previsão e ação, o conjunto do panorama nacional, no presente e em período de tempo suficientemente vasto. Nesta primeira mensagem anual, não lhe pareceu oportuno tratar de todos os setores. Preferiu concentrar seu estudo nos assuntos de maior importância e atualidade, e que estão exigindo mais viva atenção dos Poderes Públicos e da opinião do país.

2. Esforçou-se o Conselho, com o mais escrupuloso empenho, em apoiar as suas afirmativas em dados seguros e na observação dos fatos, a fim de emitir sugestões com a maior aproximação da realidade e suscetíveis de oportuna aplicação dentro dos recursos existentes.

3. Seria impossível articular os fatos e interpretar os dados relativos à economia brasileira sem considerar as contingências que lhe são exteriores. Também não seria aceitável situar o Brasil no conjunto da economia mundial, sem atender a que o nosso país é parte de um sistema ocidental, ao qual está prêso por laços de recíproca influência. Por conseguinte, ao ser traçada uma política para uso interno, impõe-se sejam tomadas em devida conta as condições fatais a que nos sujeitam a evolução, as perturbações cíclicas, as flutuações econômicas e sociais, e as atitudes políticas dos outros componentes do sistema.

4. Não poderia, do mesmo modo, deixar de atentar para a posição a que atingiu o Brasil na escala do desenvolvimento geral, e para as modificações que, em ritmo acelerado, se vão produzindo na sua estrutura. Não seria economicamente admissível a classificação corrente que divide os países em desenvolvidos e subdesenvolvidos, partindo do critério de sua evolução industrial, seja em números absolutos ou mesmo em relação ao seu consumo. O que melhor justificaria essa designação seria a desproporção entre a produção ou renda nacional «per capita» e os recursos em potencial: energia não aproveitada, área cultivável e não cultivada, matérias primas exportadas em estado natural, e outras fontes de riqueza latente.

5. Nesta primeira exposição anual, o Conselho julgou acertado dividir a explanação da matéria em quatro capítulos.

No primeiro, buscou esboçar a situação do Brasil no âmbito internacional e realçou as peculiaridades da estrutura e da evolução econômica nacional. São aí assinaladas a rapidez e a variedade das mutações, que revelam nítida tendência de forte desenvolvimento do mercado interno, mas que se vem realizando desproporcionada e descompassadamente com a evolução das forças que podem assegurar a solidez orgânica desse desenvolvimento, no campo nacional ou na esfera mundial.

6. Dentro do país, cumpre-nos a tarefa de expandir, com mais intensidade e melhor técnica, certas fontes de produção ainda muito mal utilizadas, notadamente no campo das riquezas minerais. Para chegar mais rapidamente a tal resultado, bem como para levantar o nível em que se acham, em grande parte, as regiões geo-econômicas do país, convirá desenvolver, por meio de comissões especiais, estudos destinados a formular planos regionais de aproveitamento ou recuperação. Baseados num melhor conhecimento do potencial econômico, e propiciando a crescente participação da tecnologia, nacional e de outros países, esses estudos poderão evitar a tempo o enfraquecimento nacional perante uma situação mundial de maior competição técnica. Completarão essa política de fortalecimento da estrutura econômica medidas adequadas a facilitar a circulação interna da produção, com a eliminação das barreiras, naturais e artificiais, opostas à unificação do mercado.

Muitas das providências, visando a tão justo objetivo, dependem de nós mesmos, no território nacional e no exterior, pela nossa atuação nas conferências e acôrdos, bilaterais e multilaterais, e em organizações de que fazemos parte. Dai o cuidado com que devemos constituir as nossas delegações e a necessidade de dar-lhes orientação e assistência.

7. No segundo capítulo é analisada a situação do país nos dias que correm. Assinala-se que a expansão econômica, que é acentuada, poderia ser mais favorável à grande massa dos consumidores se o Governo adotasse uma política de coordenação de investimentos, consubstanciável em duas medidas interdependentes :

- a) hierarquização do uso dos fatores de produção disponíveis ;
- b) ampliação da disponibilidade desses fatores.

Mediante tal política, seriam gradativamente eliminadas as distorções dos investimentos e, conseqüentemente, limitada ou, talvez, neutralizada a influência inflacionária sobre a expansão econômica. Os investimentos se sucederiam e se desdobrariam sem prejudicar o suprimento de utilidades que devem afluir ao mercado em nível de relativa estabilidade de preços, a fim de permitir que o progresso se realize e se intensifique num ambiente de bem-estar social.

8. Os capítulos subseqüentes constituem a particularização das considerações expendidas anteriormente, esboçando-se o programa do desenvolvimento econômico e fundamentando-se as bases de seu financiamento. Entre as sugestões apontadas, destacam-se as seguintes :

a) Na escala da hierarquização dos investimentos, considerar de precípua urgência aqueles que melhor contribuem para acelerar o desenvolvimento econômico em geral ; e, assim, promovam a redução do custo da produção, não somente no presente mas a longo termo. Dentre eles, sobressaem, no campo dos investimentos públicos e privados, os que se destinam à melhoria dos transportes e da energia, em conexão com os meios de suprimento imediato para satisfazer a produção e regularizar a distribuição.

b) Considerar o desenvolvimento industrial como centro de propulsão do progresso econômico, que convém ser orientado por diretrizes suficiente-

mente flexíveis, de modo a permitir ao país mais rápida expansão através do estímulo permanente à iniciativa privada;

c) Reduzir a aplicação dos recursos do Estado aos grandes empreendimentos básicos, que não são atraentes ao capital particular. Tais empreendimentos podem conduzir o capital privado, nacional e estrangeiro, a maior e mais segura aplicação, não só nas indústrias e atividades econômicas em geral, mas ainda nos próprios setores de produção básica.

d) Adotar uma orientação de franco impulsionamento à produção do petróleo, considerando-a um serviço público, na mais ampla acepção do termo, que deve ser entregue precipuamente a empresas particulares, mediante concessão sem dissociar as três fases do trabalho; pesquisa, exploração e refino.

e) Aumentar a produtividade individual, por meio de melhor habilitação profissional e técnica para a mão de obra especializada, e procurando harmonizar a política social com os objetivos de progresso econômico.

f) Empregar em mais larga escala o crédito público e disciplinar a emissão de títulos de empréstimo interno, dando-lhes a sua verdadeira característica de reserva para as economias individuais; e atribuir ao sistema tributário a dupla finalidade, fiscal e monetária, completando a política de crédito público e a bancária com a fiscal.

g) Considerar as atividades agropecuárias como fundamentais para a integral compreensão do problema brasileiro, e elemento básico do progresso econômico em sua generalidade. Nesse sentido, promover o aumento da produtividade do trabalho rural, não apenas visando a seus efeitos econômicos e sociais diretos, mas considerando que a população campesina, representando maior proporção demográfica no país, é a natural propulsora do mercado nacional, seja pela produção de matérias primas e alimentos, seja pelo consumo dos bens manufaturados pela nossa indústria.

CAPÍTULO I

SITUAÇÃO DO BRASIL NA ECONOMIA MUNDIAL

1. O Brasil distingue-se como um tipo de economia em expansão, (1) em que se procuram ajustar, em forma desordenada, mas acentuadamente, os recursos de toda sorte para atender ao crescente consumo interno e às necessidades de exportação.

O seu território é um conglomerado de comunidades variadas, diferentes em densidade de população, produção, recursos naturais, renda, cultura e fases evolutivas (2).

Destacam-se dessa multiplicidade alguns núcleos bem definidos, de maior desenvolvimento, e entre eles existem extensões em que tudo é rarefeito, e o próprio espaço se torna um obstáculo no presente, embora um vasto campo econômico a conquistar no futuro. São áreas em via de incorporação, que solicitam desproporcionado emprêgo dos recursos acumulados nos núcleos de concentração. Para serem aproveitadas exigem programas de longa adaptação e uma plêiade de investimentos maciços, dificilmente reprodutivos a curto prazo.

2. A forma nuclear das comunidades brasileiras, ao contrário da penetração em fronteiras sucessivas, observada nos Estados Unidos, (3) não foi

(1) Os dados constantes do Anexo I traduzem a tendência evolutiva da economia nacional.

(2) O quadro do Anexo II reúne uma escolha de dados variáveis nas diversas regiões.

(3) O economista John F. Normano, desaparecido em 1945, além do seu trabalho: — «Brazil a Study of economic types», um dos primeiros da série de estudos econômicos recentemente publicados sobre o nosso país, escreveu em 1943: — «The Spirit of American Economics», no qual desenvolve o tema da evolução dos Estados Unidos pelo avanço de fronteiras econômicas sucessivas, de leste a oeste, teoria essa originalmente devida ao professor F.J. Turner. No estudo intitulado «Asia between two World Wars», editado em 1944, procura aplicar ao Oriente a mesma teoria.

a mais vantajosa do ponto de vista do rendimento econômico, pois constituíram os núcleos surgidos pontos de irradiação, situados ao norte, sul e leste do Continente, que têm sido comparados a ilhas cercadas de desertos. Mas essa forma é a mais favorável a que se incorpore futuramente as regiões ao sistema econômico nacional. Tem sido ela imitada sistematicamente pela França, ao colonizar a África do Norte, não atendendo apenas a objetivos de defesa militar mas à penetração econômica.

Seria ocioso indagar como se originaram os núcleos, quais os fatores que lhes determinaram a forma disseminada, como se processou a ocupação em pontos avançados, que ainda não foi completada.

3. A população, que pontilha desigualmente as regiões, (4) concentra-se em comunidades de diversos tipos e dimensões. O seu relativo isolamento cria fenômenos de mercado limitado, pois a comunicação se faz através de resistências diversas, umas naturais (transportes precários), outras artificiais (fronteiras administrativas). Os gêneros, as matérias primas, os implementos, deslocam-se vencendo essas resistências. Surgem problemas de escoamento e abastecimento. A produção é comprimida e encarecida.

Os deslocamentos internos de população representam um dos fenômenos característicos da economia brasileira (5). À parte as grandes transmutações espontâneas ou forçadas na Europa durante a última Grande Guerra, dificilmente encontraríamos tão vastas e variadas migrações internas noutras regiões do globo.

Além dessas duas conseqüências da extensão e natureza do território, quais sejam a formação nuclear e a intensidade e variedade das migrações internas, existe ainda outra de importância ponderável. Fazemos referência à dispersão dos recursos naturais: — matérias primas e combustíveis, fontes de energia elétrica e vias naturais de comunicação. A natureza do solo e a variedade dos climas concorrem com a extensão territorial para afastar o carvão do minério de ferro, as quedas d'água dos centros consumidores, o gado e os cereais dos maiores centros urbanos.

4. A ampliação do mercado interno, em seu conjunto, é um dos fatores que mais têm contribuído para o aceleração da produção industrial, bem como para o crescimento urbano (6). Mas, de outro lado, vai produzindo

(4) A distribuição da população brasileira nas regiões geo-econômicas apresenta a seguinte evolução histórica:

	1872	1890	1900	1920	1940	1950
Norte	332.847	476.370	695.112	1.439.052	1.462.420	1.889.325
Nordeste	3.093.901	3.771.319	4.275.287	7.434.392	9.973.642	12.652.624
Leste	4.893.661	6.950.359	7.896.074	12.874.275	15.625.953	19.162.745
Sul	1.570.840	2.815.468	4.078.774	8.129.355	12.915.621	17.183.594
Centro-Oeste ..	220.812	320.399	373.309	758.531	1.258.679	1.763.191

% sobre o total do Brasil

Norte	3,29	3,32	4,01	4,70	3,55	3,58
Nordeste	30,60	26,31	24,68	24,27	24,19	24,03
Leste	48,40	48,49	45,60	42,01	37,89	36,40
Sul	15,53	19,64	23,55	26,54	31,32	32,64
Centro-Oeste ..	2,18	2,24	2,16	2,48	3,05	3,35

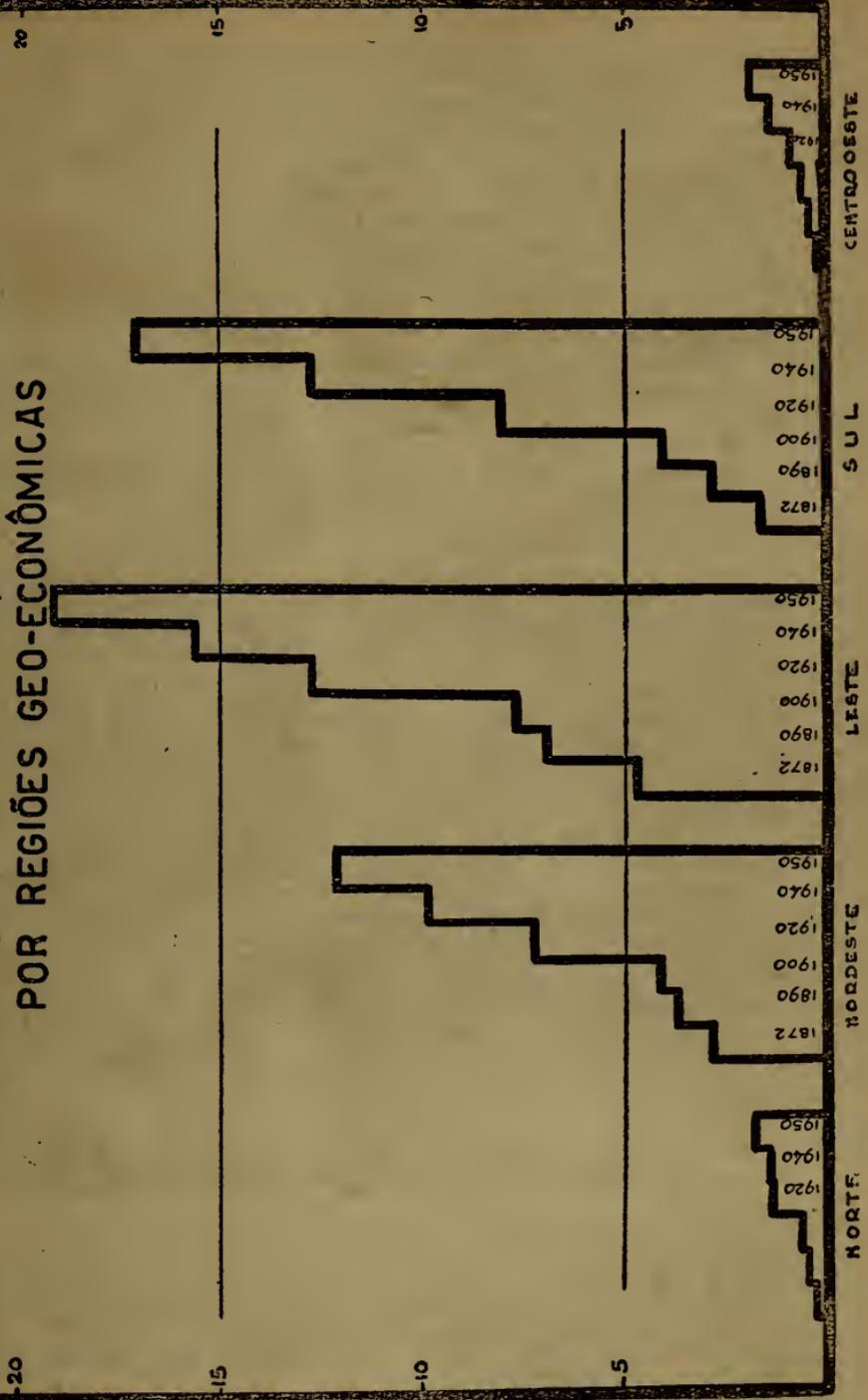
(5) Em 1940 totalizavam 3.395.849, ou pouco menos de 9% do total da população nascida no país, o número de brasileiros que não se encontravam presentes no Estado de nascimento por ocasião do Recenseamento.

Esse fenômeno se caracteriza pela diversidade e intensidade dos deslocamentos internos, nos quais avulta o das populações nordestinas para a Amazônia e para as regiões Centro-Oeste e Sul do país, ao lado das migrações rurais-urbanas, essencialmente caracterizadas pelas correntes de mineiros e fluminenses que demandam as cidades do Rio e de São Paulo.

(6) A população brasileira cresceu de 11 milhões de habitantes entre 1940 e 1950. Cerca de 75% desse aumento decenal se encontram nos Municípios do Distrito Federal, São Paulo, Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, Belém, Niterói e Curitiba.

MILHÕES DE
HABITANTES

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA POR REGIÕES GEO-ECONÔMICAS



sérias perturbações de desajustamento, pois não é tão intensa em alguns setores a desejada evolução orgânica, que, por tal retardamento relativo, não corresponde à solicitação do desenvolvimento do mercado: a produção agropecuária, a rede de transportes, a instalação dos portos, o adexramento da mão de obra, o sistema de crédito, e outras atividades importantes, por motivos diversos, não puderam ainda acompanhar o surto evolutivo do país.

No passado, o eixo da economia nacional estava essencialmente na produção de matérias primas e produtos agrícolas destinados à exportação, o que dava à vida brasileira uma feição colonial que variava apenas de produtos. Vieram os chamados ciclos das madeiras corantes, do açúcar, dos metais preciosos, do algodão, do café, etc. Assim se fazia a contribuição do Brasil à economia do mundo ocidental.

Recentemente, embora alguns desses artigos continuem a ocupar os primeiros postos na pauta da exportação, o consumo interno vai ganhando intensidade, de um modo geral, e a estrutura da produção brasileira se modifica em seu proveito.

É durante essa transição, que se opera visivelmente, a fraqueza relativa da exportação, reduzindo a nossa capacidade de importar, traz problemas de desequilíbrio da balança de pagamentos e dificuldades cambiais, que embaraçam a própria transformação estrutural (7).

5. Segundo êsses antecedentes históricos, não se poderia hoje pensar em seguir uma política de contramarcha, abandonando as zonas intermediárias e fixando a aplicação dos recursos disponíveis na orla marítima, para evitar a dispersão e assim atuar mais intensamente nos centros de atual vitalidade econômica. Nem todas as regiões, porém, podem ser prontamente incorporadas ao sistema geral, e seria razoável que se seguisse uma ordem de prioridade, conforme os recursos naturais de que dispõem, a oportunidade de sua utilização, o rendimento econômico em benefício da comunidade nacional e certa equidade na distribuição dos auxílios federais. A formação sistemática de novos núcleos seria objeto de um planejamento regional, alcançando o período mínimo de uma geração (8).

Tudo indica que estamos ingressando numa fase histórica em que o aproveitamento do terra, dos cursos dos rios, do subsolo, das florestas, transcende o interesse nacional e passa ao âmbito da política de cooperação internacional. Depois da memorável decisão do aproveitamento do rio São Francisco, apoiado nessa cooperação, despontam a ansiedade e o gosto pelos projetos de grande porte, ou para desbravar horizontes novos, ou para restaurar riquezas perdidas. Os vales do Paraíba do Sul, do Paraná, Rio Doce, do Jaguaribe, do Jaguaribe, do Araguaia, e de outros rios, cujos traçados se estendem sobre as mesas de estudo, reclamam já ou virão a merecer a atenção dos nossos técnicos e estadistas.

(7) A inflação, que se tornou aguda a partir do período iniciado pouco antes da 2ª Grande Guerra, interveio para agravar o desequilíbrio entre a produção e a procura de bens de consumo. Mas a transição estrutural da economia brasileira, que somou os seus efeitos aos da inflação de origem internacional, não deixou de ser a principal responsável por um desequilíbrio que ainda perdura.

(8) O planejamento das economias regionais tem sido objeto de iniciativas do Congresso Nacional, conforme previsto na Constituição de 1946. Recentemente, o problema vem preocupando os Governadores de certos Estados, os quais reconhecem que o desequilíbrio das finanças tem raízes na fraqueza econômica. A reforma da administração financeira, que estão decididos a enfrentar, supõe a organização da produção regional. Faz pouco reuniram-se em conferência os Governadores dos Estados ligados à bacia do Rio Paraná. A Fundação Brasil Central, que abrange uma importante área penetrando pelo centro do país, tem demonstrado, em seus estudos ainda em fase incipiente, quanto um trabalho contínuo e a longo termo pode concorrer para incorporar economicamente zonas valiosas.

6. Não se pode deixar de atender a êsse dinamismo característico, quando se tem de escolher a política a seguir dentro de uma realidade móvel, e quando os meios de ação nem sempre são igualmente flexíveis.

Seria mal pensado o processo de adaptar soluções aplicadas em outros países de estrutura muito diversa, em estágio de desenvolvimento ou mais avançado ou mais retardado. O quadro de suas realizações ou de suas experiências serviria antes de ilustração comparativa, sujeita a correções na combinação e intensidade das variáveis e uma sincronização preliminar entre os estágios de evolução de uns e outros países.

Além dos erros que seriam motivados por inapropriadas soluções, haveria ainda os provenientes de uma diferença nas reações do organismo social diante dos meios de atuação, pois o público não reage igualmente em toda a parte.

A evolução de um país não reproduz a de outro, desde que não podem ser iguais na formação, na riqueza e na fase em que cada um se integrou na história da civilização ocidental.

E é essa diversidade que, no caso da economia do Brasil, nos solicita a escolha da política mais apropriada à nossa situação e a nossos meios.

Para tanto, seria indicado o levantamento prévio desses meios e o exame dessa situação relativa, a fim de atingirmos a soluções realistas e evitarmos o academicismo de gabinete, responsável por alguns enganos que pesam sobre a nossa geração.

7. A transição estrutural de nossa economia aqui referida tem sofrido ainda os efeitos de acontecimentos mundiais que, nos últimos tempos, se traduziram em verdadeiros choques. Não se pode negar que alguns tenham agido no sentido de impulsionar a marcha de nosso desenvolvimento. Num mundo estável, que resistisse por definição ao despontar de movimentos progressistas na periferia, teríamos que nos contentar em fornecer os produtos primários de nosso solo, que permitissem àquele mundo estável produzir barato, dentro de uma estratificação generalizada de regiões, países e classes sociais. As grandes mutações, e mesmo as calamidades públicas, provocam a renovação de objetivos sociais e de sentimentos humanos, que podem favorecer a outros grupos. Mas os choques das contingências exteriores, tais como a invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas e as duas Grandes Guerras deste século, se foram impulsionadores de nossa evolução material, não deixaram de nos trazer as conseqüências de certa perda de energia e de substância, que se repartiu pela comunidade econômica do Ocidente.

8. O Brasil, como outras nações, situadas fora do teatro da última Grande Guerra e que não sofreram incursões bélicas em seu solo, tem a lançar no passivo da conta do seu progresso material: navios perdidos, transportes ferroviários desgastados, instalações de portos e maquinaria sem renovação, e outros prejuízos semelhantes. Teve ainda que sustar ou reduzir a execução dos seus programas de obras e desviar recursos humanos para a produção de minerais estratégicos a título de cooperação. Sofreu as conseqüências da inflação generalizada e aumentou o meio circulante sem correspondência com a produção criada, por ter que financiar em cruzeiros a exportação que lhe era paga em divisas (9).

(9) O crescimento do saldo em ouro e cambiais foi o principal responsável pelo movimento emisscionista no período de 1942 a 1946 como se depreende dos dados abaixo:

Anos	Meios de pagamentos	Saldo em ouro e cambiais	Deficit. orçt.	Variação bienal	
	(A)	(B)		(A)	(B)
Janeiro de 1942	15.896	2.106			
Janeiro de 1944	28.718	9.559	2.714	+ 12.822	+ 7.453
Janeiro de 1945	37.859	12.152			
Janeiro de 1946	41.370	12.866	2.323	+ 12.652	+ 3.307
Dezembro de 1946	46.671	14.510	4.108	+ 8.812	+ 2.358

Passado o período, encontrou-se o país com a sua indústria acrescida desordenadamente, a agricultura em estagnação, e os transportes ineficientes. Os efeitos da inflação desequilibravam os orçamentos individuais, incentivavam as atividades especulativas e hipertrofiavam os investimentos imobiliários. Depois, quando poderia ter recomeçado a marcha que se impunha no sentido da recuperação, não encontrou o país facilidades em importar bens de produção para renovar e ampliar as instalações, e os altos preços exteriores ultrapassaram as reservas e os lucros da exportação anterior.

9. Podemos, pois, afirmar que têm caracterizado a economia do Brasil nos últimos trinta anos a rapidez e a variedade de suas mutações. Diante de tal panorama, a política econômica claramente indicada consistiria em acelerar a elevação da renda nacional e atender, na distribuição desse aumento, ao crescimento normal do mercado interno, e assegurar, por outro lado, o necessário nível de exportação, enquanto se processa a transição estrutural. Algumas conseqüências podem ser tiradas da aceitação dessa linha de conduta, conforme veremos nos capítulos seguintes. Desde já passamos a examiná-las quanto à política de matérias primas, que nos convém na atualidade.

O conceito de «riqueza mineral» tem passado recentemente por algumas modificações, e a repercussão de tal fato no caso do Brasil pode aconselhar uma atitude mais prudente na política a seguir nesse assunto. Temos a considerar, em primeiro lugar, que, com a exceção do ferro, não dispomos de quase todos os metais de grande aplicação, ou os possuímos em quantidades limitadas (10). Em segundo lugar, o progresso tecnológico vai procedendo à substituição de matérias primas nossas por outras técnicamente tratadas nos países que antes não-las compravam.

Partindo dessas duas premissas, chegaremos à conclusão de que se impõe uma dupla medida, qual seja a de intensificar as prospecções em busca de novas ou mais abundantes fontes de materias primas minerais, a par de maior poupança das poucas reservas conhecidas, enquanto novas não forem achadas; e impulsionar a tecnologia em nosso país, para a abertura de novas possibilidades de aproveitamento do que possuímos.

O mercado interno, em movimento ascendente, poderá absorver quantidades imprevisíveis de nossos recursos minerais. Já somos importadores de matérias primas minerais, mais do que exportadores, mesmo pondo de parte os combustíveis, ferro e aço, cimento e outros itens de consumo industrial (11).

(10) Produção Mundial e do Brasil de algumas matérias primas essenciais: — 1950.

	Mundial	Brasil
Cobre	2.741.776 ton.	—
Chumbo	1.700.000 ton.	—
Zinco	2.010.048 ton.	—
Manganés	3.375.000 ton.	231.417(1949)
Tungstênio	8.816 ton.	—
Cobalto	6.500 ton.	—
Níquel	170.000 ton.	—
Molibdênio	15.680 ton.	—
Estanho	182.560 ton.	188(1949)
Ferro (minério)	192.640.000 ton.	1.887.777(1949)
Lã	4.000.000 lb.	—
Algodão	31.400.000 fds.	7.029.066(1949)
Borracha	2.060.740 ton.	27.730(1949)

(11) Em 1949 o Brasil importou matérias primas de origem mineral num total de Cr\$ 811.335.000,00 e exportou Cr\$ 268.759.000,00 desses produtos.

Essa posição de escassez de suprimento de origem interna ficará em breve ainda mais acentuada, se não conseguirmos desenvolver e variar a sua produção.

10. Essa dependência do exterior não é peculiar ao Brasil, de vez que se manifesta, de maneira crescente, no país mais dotado, os Estados Unidos da América (12). A produção em massa é voraz dos produtos do solo e do sub-solo.

Por outro lado, cada setor de produção e cada indústria isoladamente ambicionam mercados cada vez mais vastos. Por um e outro motivo, as correntes de intercâmbio tendem a avolumar-se, pois é de recíproco interesse não apenas vender a produção nos mercados exteriores de crescente procura, mas dêles comprar o que podem fornecer. Essa situação cria a mentalidade de recíproca dependência, própria do período de reconstrução e desenvolvimento, que sucedeu à última Grande Guerra, em oposição à da compressão isolacionista, que encontrou ambiente entre as duas conflagrações mundiais.

11. A distribuição mundial de matérias primas essenciais, minerais ou vegetais, depende hoje, mais do que quando se formaram os grandes cartéis na Europa no século 19, de uma política de acórdos, já não mais entre empresas, mas entre Governos. As comissões intergovernamentais adotam, para princípio diretor, manter quanto possível as taxas de produção e de consumo nas relações tradicionais isto é, garantir as situações adquiridas. Criadas essas comissões para prevenir ou suavizar os efeitos depressivos da superprodução, foram depois adaptadas para racionar os materiais críticos escassos no atual período de emergência (13).

Mas, uma vez arquitetado o órgão regulador, é mais que provável que prolongue a sua existência desde que perdure o receio de uma falta crônica e de uma retenção excessiva por parte dos países produtores de tais matérias. A perpetuidade da Comissão Internacional de Matérias primas teria como consequência a contenção do desenvolvimento industrial dos países novos, salvo se, passada a emergência, ampliar os seus objetivos.

A experiência da recente IV Reunião de Consultas de Chanceleres, em março dêste ano, nos autoriza a esperar para o futuro essa orientação, pois foi possível reconhecer, em pleno período de preparação da defesa, a correla-

(12) Produção e consumo mundiais e dos EE.UU. no ano de 1950, de algumas matérias primas :

Produtos		Produção Mundial	Produção EE.UU.	% Consumo.
Cobre	Ton.	2.741.776	41	50
Chumbo	»	1.700.000	34	51
Zinco	»	2.010.048	45	50
Manganês	»	3.375.000	5	50
Tungstênio	»	8.816	22	35
Cobalto	»	6.500	14	63
Níquel	»	170.000	1/2	50
Molibdênio	»	15.680	90	83
Estanho	»	182.560	0	37
Lã	lbs.	4.000.000	3	16
Algodão	fds.	31.400.000	52	29
Borracha nat.	ton.	2.060.740	0	39

(13) Em 30-4-51 realizou a 1ª Reunião do Grupo Central da «International Materials Conference» que se destina a supervisionar a produção e distribuição de matérias primas. Dessa conferência fazem parte os seguintes países :

Estados Unidos	Reino Unido
França	Austrália
Brasil	Canadá
Índia	Itália

e representações da OEEC e da OEA.

ção desta com o desenvolvimento econômico da América Latina (14); e, na Europa, Ásia e África, não cessaram os planos de auxílio americano (15).

12. Entre os pontos de orientação a serem fixados com maior urgência, estaria possivelmente a determinação da posição do Brasil na política internacional de matérias primas minerais. Conviria catalogar as que merecem tôdas as facilidades à exportação, as que serão necessárias ao país no seu desenvolvimento, e as escassas ou exauríveis frente a uma taxa de consumo provável. É irrecusável o direito à utilização e à conservação para uso interno, de maneira preferencial ou exclusiva, das pertencentes às duas últimas categorias (16).

Desde que se reconheça o dogma internacional, do desenvolvimento econômico dos países sub-industrializados, não pode ser aceito o princípio do comércio livre dos materiais exauríveis, ou o da «não discriminação» e do «tratamento nacional» quando se trata desses produtos. E não só a utilização presente, como a necessária aos planos de desenvolvimento, devem ser a base da linha de separação das duas políticas, a da exportação e a da preservação nacional.

13. Seria anacrônico pensar hoje, segundo a tendência em voga depois da 1ª Grande Guerra, que algum país possa ser autossuficiente em matérias primas, em produtos industriais de alta especialização, ou em técnica. A distribuição desigual dos produtos de subsolo ou de superfície torna os países tanto mais dependentes quanto mais se industrializam. Recentemente, o Brasil teve que apresentar vivamente aos Estados Unidos o seu problema de suprimentos de mais de uma centena de materiais americanos, que seriam indis-

(14) A quarta Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores, realizada em Washington, de 26 de março a 7 de abril de 1951, aprovou um conjunto de resoluções nas quais se firma o princípio da inseparabilidade entre a cooperação interamericana para a situação de emergência e a que visa o desenvolvimento econômico das Repúblicas do Continente insuficientemente desenvolvidas. Entre outras mais específicas, podem ser citadas as seguintes decisões gerais: — «Resolução XII — 1ª — que as Repúblicas Americanas continuem colaborando ativamente, e ainda com maior vigor, em planos de desenvolvimento econômico e de colaboração técnica, com o objetivo de criar estruturas econômicas sólidas e prósperas nas regiões da América insuficientemente desenvolvidas e para elevar o nível de vida dos seus habitantes. 2ª — Que, para esse efeito, as Repúblicas Americanas forneçam, de acordo com o estabelecido na Resolução XVI, a maquinária, equipamentos mecânicos e outros elementos exigidos para o aumento da capacidade produtiva, diversificação da produção e distribuição, facilitando, nos casos que o requerem, colaboração financeira e técnica para a execução dos planos de desenvolvimento econômico».

Essas resoluções refletiram o pensamento da proposta brasileira, na qual se precitava textualmente que: — «o estado de emergência não deve conduzir a interromper ou adiar os planos de desenvolvimento econômico, mas, ao contrário, a intensificá-los, em benefício da segurança do Hemisfério e da eficácia dos programas de cooperação».

(15) O plano Marshall, de auxílio americano à reconstrução da Europa, cujas verbas despendidas entre 3-4-1948 e 31-3-1951 atingiam a US\$ 9.894.361.000, tem possibilitado a materialização dos vastos planos europeus de desenvolvimento colonial. Entre estes cumpre destacar:

a) o do Reino Unido para o fomento das colônias africanas, que alcança um total de £ 176.000.000;

b) o da França para o desenvolvimento da África do Norte e da África Equatorial, que atinge a 800.000.000.000 de francos;

c) o chamado Plano Colombo, que visa ao desenvolvimento do Sudeste da Ásia e que está orçado aproximadamente em US\$ 5.200.000.000,00, para o qual é desejada a cooperação financeira dos EE.UU.

(16) A Carta de Havana, entre as diversas exceções aos princípios gerais de não discriminação, tratamento nacional, extensão da cláusula de nação mais favorecida, etc. — consagra em seu art. 45 a que reconhece poder qualquer país membro da futura Organização Internacional, do Comércio usar de medidas relacionadas com a conservação de reservas naturais exauríveis se essas medidas se aplicarem conjugadas com restrições à produção ou consumo nacionais» (inciso VIII). Esse dispositivo resultou de uma proposta brasileira apresentada a reunião de Londres, em 1946. Embora não tenha tido a aprovação definitiva dos países signatários, por deliberação de seus Congressos, o princípio nela inscrito é «uma prova da oportunidade internacional do problema».

pensáveis ao funcionamento básico de suas indústrias existentes. Os Estados Unidos estão em situação semelhante quanto a determinadas matérias primas, algumas de grande valor estratégico (17). A situação atual de insegurança mundial aumenta ainda essa dependência, que não pode ser estimada apenas pelas quantidades, mas também pelo fim a que se destina o produto, tal o caso dos materiais para a produção de energia atômica, do manganês, do berilo, do tungstênio, do zircônio, da mica e do cristal de rocha.

A nossa dependência do comércio exterior, longe de ser específica, é sobretudo global. Três produtos vegetais representam 75% do total que exportamos em valor: — o café, o algodão, o cacau. Quanto à importação, 86% do seu valor está nas mercadorias consideradas «essenciais», segundo os dados de janeiro a abril de 1951. E no quadro geral do nosso intercâmbio, os Estados Unidos significam 55% da nossa exportação e 34% da importação (18).

Temos recente experiência da necessidade de comprimir drasticamente a importação dos artigos reunidos na pequena margem de menos de 20% dos «não essenciais». Por outro lado, a instabilidade de procura e de cotações para o cacau e o algodão no mercado mundial (19) nos deixa na principal ou quase exclusiva dependência da sorte do café, que também é ameaçado pela concorrência das zonas coloniais e de países tradicionalmente produtores.

14. Assim é que, considerado a longo têrmo, o problema está em reduzir gradativamente essa rígida dependência, seja ampliando e fortificando a produção interna, seja diversificando a gama de nossos produtos de exportação. Essas duas soluções teóricas, que convergiriam nos seus efeitos, não se harmonizam facilmente no aproveitamento dos meios que teremos de pôr em ação. De qualquer modo, elas exigem tempo e esforço bem dirigido e continuado.

(17) A dependência dos Estados Unidos da importação de materiais básicos para a indústria pesada é indicada a largos traços na seguinte passagem do Relatório dirigido ao Presidente Truman pelo «International Development Advisory Board», em março de 1951: «Dos 15 minerais básicos, somente em 6 são relativamente autossuficientes os Estados Unidos: carvão, petróleo, ferro, enxôfre, fosfato e potassa. Quanto ao ferro, temos de importar para a fabricação do aço vários ferro-ligas. Das 13 libras de manganês necessárias para cada tonelada de aço, os Estados Unidos produzem menos de meia libra em seu território. Importamos todo o nosso estanho, borracha natural e fibras para cordoalha — três quartos de nosso tungstênio — um terço ou mais, de nosso chumbo e mais de um quarto de nosso cobre e zinco» (citado Relatório, págs. 46).

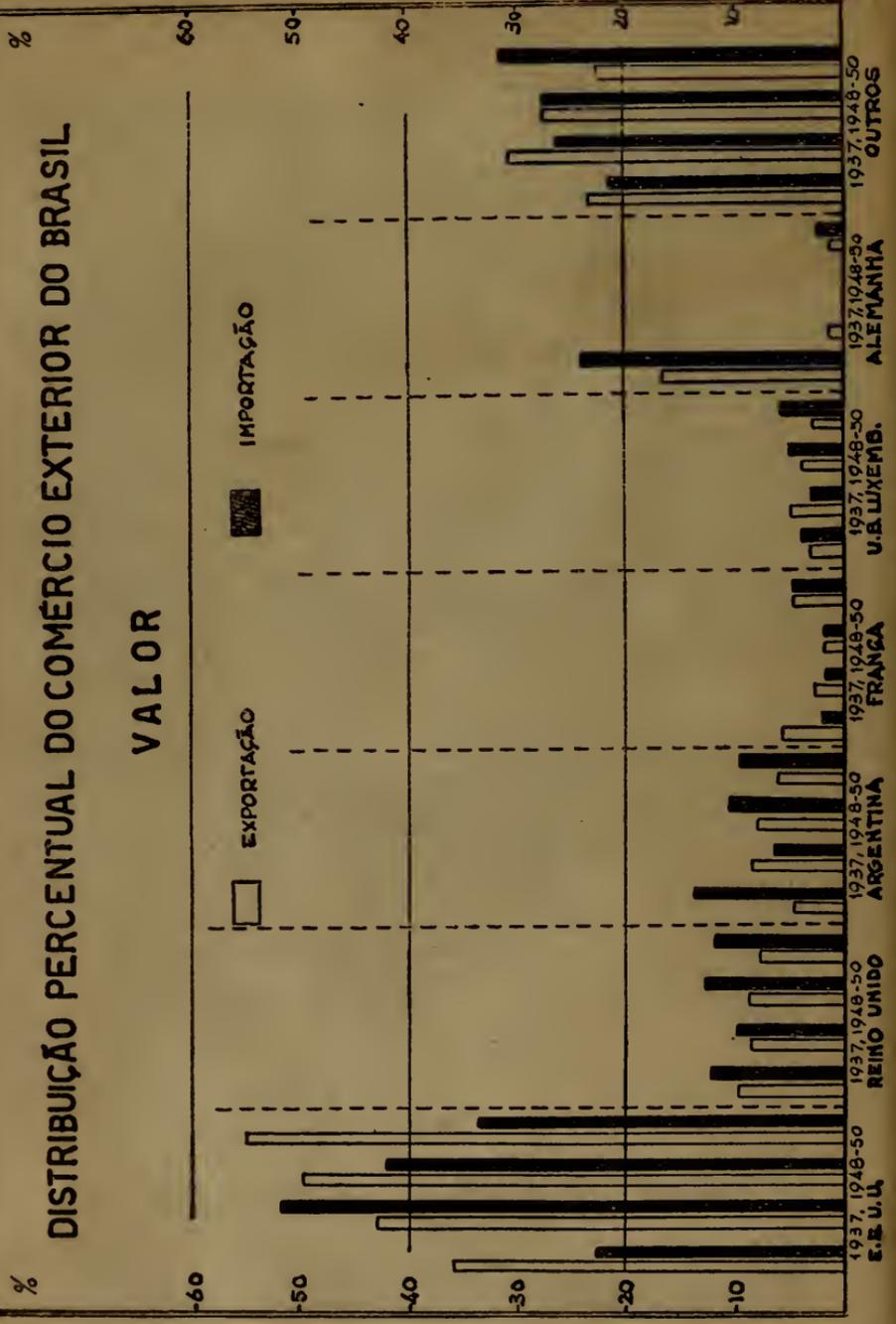
(18) Distribuição percentual do comércio exterior do Brasil.

	Exportação				Importação			
	1937	1948	1949	1950	1937	1948	1949	1950
EE. Unidos	36	43	50	55	23	52	42	34
R. Unido	10	9	9	8	12	10	13	12
Argentina	5	9	8	6	14	7	11	10
França	6	3	2	5	2	2	2	5
U. B. Lux	3	5	4	3	4	3	5	6
Alemanha	17	1	—	1	24	—	—	2
Outros	23	30	27	22	21	27	27	31
	100	100	100	100	100	100	100	100

(19) As cotações de cacau e algodão, e as séries de sua exportação e produção, constantes do anexo III, esclarecem a afirmativa.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

VALOR



A produção primária para a exportação tem se processado com a concentração da renda nacional em poucas regiões e em limitado número de proprietários de terras, de acordo com a estrutura social que se prolongou além do século XIX, e se plasmou no tipo quase patriarcal das famílias dos velhos tempos. A fortificação do mercado interno está ligada a uma distribuição melhor da renda nacional (20) elevando a taxa de distribuição das camadas de menores rendimentos ou dando corpo às camadas médias, que, nas diversas profissões, comporiam o mercado consumidor.

Essa transformação está se processando. A política razoável consistiria em não abalar os fundamentos desse processo natural, o que se daria pela multiplicação excessiva da repartição da renda, ou destruição do capital necessário às iniciativas privadas empreendedoras. E, existindo a necessária possibilidade de capitalização, conviria evitar também a dispersão de fatores para investimentos que não concorram para os dois objetivos essenciais: — a) fortalecer o balanço de pagamentos, pelo lado da exportação e pela produção nacional de artigos que estamos importando; e b) criar uma situação de crescente equilíbrio entre a procura interna e a produção nacional.

15. É fato verificado, portanto, que a estrutura econômica e social do país se vai transformando.

A solução, para aqueles problemas estruturais, qualquer que seja a fórmula para cada caso, vai sempre encontrar um obstáculo final, que é a precariedade dos recursos de impulsionamento. Capital, representado em bens de produção, técnica, patentes, organização e, por fim, planos de conjunto, quando não existe, pode ser conseguido do exterior. Os países, que se propuserem a isso, terão o caminho aberto desde que entrem para a grande sociedade de cooperação internacional, onde se trocam esses recursos mediante a aceitação de alguns princípios reguladores, econômicos uns, políticos outros, cuja formulação inicial está na Carta das Nações Unidas e em outros documentos mais recentes. Esse ponto é o que assinalamos quanto às matérias primas indicam o cuidado que devem marcar as diretrizes das relações internacionais.

Fora da órbita dessa cooperação os países menos desenvolvidos dificilmente romperiam o círculo de limitações que seriam agravados pela concorrência dos que estariam dentro do sistema (21).

16. A convivência numa comunidade internacional exige a mentalidade apropriada a considerar os problemas nacionais dentro do interesse dessa comunidade, e evitar as soluções agressivas e unilaterais, que são o primeiro passo para os conflitos de efeitos imprevisíveis. Além de estar nessa linha básica de boa vontade e mútua compreensão, é preciso dispor de sabedoria pragmática, julgar os fatos no seu justo valor, e poder apresentar oportunamente argumentos fundamentados em estatísticas e dados seguros.

O Brasil dispõe de uma justa tradição de serenidade e equilíbrio em suas atitudes internacionais. Completando as nossas justas credenciais com a

(20) Não podemos apresentar a distribuição da Renda Nacional em classes de rendimentos por não existir ainda o respectivo cálculo. A Fundação Getúlio Vargas está procedendo a esse trabalho e é de esperar que em breve possa chegar a resultados satisfatórios.

(21) Basta lembrar o incremento na produtividade que têm conseguido algumas regiões do mundo com o auxílio externo através planos internacionais de reconstrução e desenvolvimento, tais como o Plano Marshall, o Ponto IV do Presidente Truman, o Plano Colombo e os empréstimos e concessões obtidos pelo Chile, México e outros países.

É tão necessário apressar a formação de um grupo suficiente de economistas dedicados aos problemas brasileiros que todo o desvelo dos Poderes Públicos nesse sentido não seria demasiado. Conviria para isso a conjugação do esforço oficial com o da iniciativa privada. Devem ser auxiliados e animados os núcleos existentes, ampliados os programas de assistência técnica internacional, criados cursos de extensão e de aplicação no Ensino Superior, instituídos concursos de trabalhos especializados, e facilitado o comparecimento dos jovens economistas às reuniões internacionais, integrando o corpo de assessores.

O mesmo poderia ser recomendado quanto aos técnicos de certos setores, tais sejam os de prospecções geológicas e mineralógicas, de tratamento e utilização agrícola do solo, etc.

adaptação do corpo diplomático à natureza de suas novas funções. (22) não perderia o posto que o momento histórico lhe oferece. É preciso notar, porém, que se distinguem duas funções, e a experiência de nossos dias está indicando como é conveniente mantê-las ambas em alto nível. Ao lado do diplomata há sempre um lugar para o técnico, desde que se tome esta expressão no sentido mais amplo. A assessoria das delegações e representações merece a maior atenção, e a sua preparação eficaz é um problema a ser cuidadosamente estudado.

17. É evidente a necessidade da preparação do elemento humano, seja para as funções político-econômicas, seja para a assessoria econômico-política do serviço público exterior. Mas é preciso reconhecer que a fase a que atingiram as nações nos seus entendimentos, em reuniões freqüentes, depois da Carta de São Francisco, nos obriga a firmar diretrizes de política econômica, segundo a técnica da cooperação, para que por elas se oriente a nossa representação nos múltiplos e amiadados conclaves internacionais e comissões existentes.

O Brasil participa de grande número de comissões (23) e toma parte em repetidas conferências. Tem acontecido que as delegações, nomeadas de momento, não recebem outros termos de referência além das instruções que lhes transmitem, na última hora, os chefes responsáveis. Nenhum conhecimento dos precedentes, do que fazem outros setores correlatos, da linha que é preciso defender. Os delegados e diplomatas trabalham sem a suficiente articulação com os órgãos do Governo, pois que estes mesmos não têm freqüentemente atribuições de decisão, se esta depende de mais de um Ministério.

A identidade de doutrina, a articulação das propostas, a comunicação entre as diversas representações — por fim, a unidade de direção nessa campanha pacífica da mútua compreensão internacional — são necessidades a exigir um esforço de organização em proveito da eficiência dos representantes brasileiros, em geral não carentes de competência técnica e senso político.

18. A melhor política no campo internacional será aquela que mais adequadamente encaminhe a solução dos problemas brasileiros. É preciso não esquecer que os homens que encontramos à mesa das conferências trazem dos seus países missões definidas, e que apenas cedem de seus pontos de vista diante de uma atitude segura e bem documentada.

Existem tópicos de tão grande importância para a vida nacional que é natural a resistência em admitir qualquer enfraquecimento de posição.

Quanto a nós, quando se trata da realização do nosso desenvolvimento e do bem-estar básico da nossa gente, qualquer conformismo ou apaziguamento seria condenável pela opinião pública esclarecida e mereceria o anátema da futura geração. Mas é preciso que se saiba com clareza quais são esses pontos capitais em matéria econômica. Para isso, é urgente que os definam os órgãos competentes.

O Brasil comparece às assembléias dos Estados, fortes e fracos, para cooperar e também para dizer que há certas condições que lhe são indispensáveis. Essa atitude só é defensável quando se apresentam argumentos apoiados em fatos e dados precisos; se pode ser demonstrada a exequibilidade e oportunidade das propostas; e, por fim, são trazidos à discussão projetos objetivos na base de levantamentos atuais e completos.

(22) Para início de carreira foi criado o Instituto Rio Branco, correspondendo à formação da alta moça que se destina às delicadas funções de representação no Exterior.

(23) O Brasil está representado na maior parte das organizações ligadas ao desenvolvimento econômico, entre as quais: — o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — o Fundo Monetário Internacional — a Organização de Alimentação e Agricultura — a Organização Internacional do Trabalho — a Organização de Educação, Ciências e Cultura — a Organização de Aviação Civil — a Organização Internacional de Refugiados — a Comissão Econômica para a América Latina — além do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos.

19. Neste quadro panorâmico do Brasil na comunidade das nações, são apontados os problemas que parecem mais merecedores dos cuidados dos Poderes Públicos. O Conselho Nacional de Economia os indica à ação oficial e à opinião pública do país, convicto de que a determinação de uma política econômica nesse setor internacional é uma das mais urgentes tarefas, e poderá ser um dos serviços que lhe caberá prestar ao país. na sua função orgânica de fixar normas e coordenar programas governamentais (24).

CAPÍTULO II

SITUAÇÃO ECONÔMICA

1) Consumo

20. A escolha das diferentes possibilidades de equilíbrio baseia-se em dois princípios que podem ser considerados como os mais expressivos e atuais para o roteiro de uma política econômica nacional. O primeiro, mais genérico, é o conhecido enunciado de que o acréscimo da capacidade de consumo de uns não se há de realizar em detrimento da de outros. O segundo prende-se à relação entre as distribuições da renda, no presente e no futuro. É um corolário do primeiro. Mas, no Brasil, sua importância é tão grande, que se impõe destacá-lo, de maneira especial. Ele se relaciona ao equilíbrio no tempo.

Tanto é anti-econômico e, portanto, contrário ao bem-estar social, distribuir a renda, no presente, de maneira prejudicial à acumulação de recursos para o futuro, como, também, constitui atentado ao bem-estar social exagerar a acumulação para o futuro em detrimento da distribuição da renda, no presente.

Não há, nessas idéias, um ecletismo de correntes políticas, nem a procura de um meio termo inócuo, entre forças que se chocam. Elas encerram um roteiro de expansão econômica, num país novo, isento de arraigados interesses constituídos e que, assim, pode alcançar melhorias sucessivas do bem-estar social sem a necessidade de reduzir-se a posição de uns em proveito da de outros.

21. Se procurarmos as séries estatísticas à luz dos princípios do bem-estar social, teremos que agrupar os dados da produção e do consumo de molde a indicarem a situação dos consumidores, uns em relação aos outros, em confronto com o passado, e a perspectiva de sua situação no futuro, relativamente ao presente. Muito embora seja difícil a obtenção de dados estatísticos que permitam comparar a modificação da situação de grupos de consumidores, há elementos que deixam avaliar a tendência de melhoria ou de agravamento da situação.

22. O agrupamento dos consumidores, segundo o grau de variação de seus rendimentos, seria, sem dúvida, a melhor maneira de alcançarmos uma comparação. Dada, porém, a escassez de elementos mais minuciosos sobre as margens de distribuição da renda e, o que é ainda mais importante, sendo inexistentes as informações sobre o consumo correspondente a cada uma dessas classes, torna-se impossível o processo direto de comparação. Todavia, sempre há o recurso a uma aproximação. Em vez de cogitarmos da classificação dos consumidores, podemos inferir seus agrupamentos por meio de uma classificação de conjuntos de mercadorias.

São suficientes dois conjuntos. Um, que compreenda certas mercadorias de consumo genérico, isto é, as que são adquiridas pela população em geral,

(24) São estes os termos da lei instituidora do Conselho Nacional de Economia, no seu art. 2º:

«Incumbe ao Conselho estudar a vida econômica do país e, por iniciativa própria ou por solicitação dos poderes públicos, opinar sobre as diretrizes da política econômica nacional, interna ou externa, e sugerir as medidas que julgar necessárias»

sejam os ricos ou os pobres; outro, de mercadorias de consumo mais restrito, acessíveis somente a pessoas que disponham de maiores recursos (*).

Observe-se que essa classificação foge à subjetividade da distinção entre bens essenciais e supérfluos. Além disso, relaciona o consumo a classes de consumidores, tal como o critério que seguiríamos se dispuséssemos de minuciosas informações sobre a distribuição da renda e sobre a respectiva aquisição de mercadorias e de serviços.

23. É lícito admitir-se a melhoria do bem-estar social quando o acréscimo de aquisição dos produtos de consumo restrito se processa a par de uma satisfatória condição de compra de produtos de consumo genérico. Mas, o que devemos entender por condição satisfatória de aquisição dos produtos de consumo genérico?

Considera-se satisfatória a condição se se puder verificar uma das seguintes ocorrências:

a) quantidade consumida julgada suficiente, em termos de uma alimentação racional;

b) acréscimo do consumo a preços relativamente constantes, se o nível do consumo, referido no item a, não tiver sido atingido.

Na hipótese de presenciar-se acréscimo na aquisição de produtos de consumo restrito e, simultaneamente, relativo aumento da dificuldade na compra de produtos de consumo genérico, conclui-se pelo agravamento das condições do bem-estar social.

24. Em resumo, tendo em vista os dois princípios assinalados, poderíamos verificar a ocorrência das seguintes hipóteses mais interessantes para o efeito do exame das tendências da nossa evolução econômica:

a) manutenção ou redução do nível de compras de mercadorias de consumo genérico e de consumo restrito, acompanhada de ascensão dos preços; nesta hipótese não é difícil identificar-se a consequência de um desajustamento social provocado pela falta de produtividade técnica e manutenção de desigualdade na distribuição da renda;

b) aumento do nível de compras das mercadorias de consumo restrito e manutenção do nível das de consumo genérico, acompanhados de ascensão dos preços; nesta hipótese pressupõe-se maior relêvo de desigualdades nas condições de vida e conseqüente mal estar social, decorrente do inexpressivo aumento da produção e agravamento da má distribuição de rendas;

c) elevação do nível de compras de mercadorias de consumo genérico e de consumo restrito, acompanhado de ascensão dos preços, sem que as quantidades consumidas das mercadorias do 1.º grupo possam ser consideradas suficientes em termos de uma alimentação racional; nesta hipótese é de admitir-se que subsistam as dificuldades nos meios sociais menos favorecidos, com ligeiro agravamento de desigualdades sociais, sob a influência do aumento relativo da produção e maior intensidade no movimento de distribuição de rendas em condições desiguais;

d) aumento do nível de compras das mercadorias de consumo genérico e restrito a preços relativamente constantes, tendendo a evolução do mercado consumidor a um nível de compras de mercadorias de consumo genérico cada vez mais próximo das quantidades julgadas suficientes em termos de uma alimentação racional; a tendência neste caso é para a consolidação do bem estar social em função do equilíbrio progressivo entre a produção e a distribuição da renda.

As três primeiras hipóteses retratam sempre situações de caráter inflacionário, enquanto a última reflete uma situação de equilíbrio, da qual nos devemos aproximar.

(*) Ver Anexo IV.

25. As estatísticas constantes do Anexo IV revelam que, em nosso país, as compras de produtos de consumo restrito e as de consumo genérico acusam, ambas, um aumento. Essa verificação por si é promissora. Infelizmente, porém, essa vantagem é prejudicada pela forte elevação dos preços, especialmente das mercadorias de consumo genérico.

Acrescente-se que o ritmo de aumento das compras das mercadorias de consumo restrito se revela, de certo modo, maior que o do aumento das compras de mercadorias de consumo genérico, e que o consumo destas últimas sequer se aproxima de quantidades que possam ser julgadas suficientes, em termos de uma alimentação racional. Pode-se deduzir, assim, a ocorrência de dois fenômenos sensivelmente contrários ao bem estar social:

a) distorção nos investimentos, com agravação da inflexibilidade da produção de artigos de consumo genérico;

b) intensificação da distribuição da renda, de maneira desproporcionada com a sua formação em termos de bens de consumo.

2) PRODUÇÃO

A) *Inflexibilidade da Produção de Artigos de Consumo Genérico*

26. A produção brasileira aumentou de maneira sensível nestes últimos anos. Os índices de atividade geral indicam uma expansão bem acentuada, conforme se verifica no Anexo V.

27. Parte da expansão se origina do acréscimo da produção corrente; e outra decorre de novos investimentos, em diferentes setores de atividades e regiões do país.

Para que pudéssemos universalizar os investimentos sem prejudicar a expansão da produção corrente, seria necessária a existência de considerável disponibilidade de fatores de produção, quer em quantidade, quer em qualidade. Mas, essa hipótese só é admissível em países supercapitalizados e em face de depressão; porque, mesmo nesses países, ao verificar-se uma expansão, em ritmo mais intenso, as disponibilidades dos fatores diminuem progressivamente. Com o aumento da produção, as instalações vão atingindo seus limites de capacidade, a procura de técnicos e de operários supera as possibilidades de suprimento e os serviços de transporte sofrem um aceleramento de depreciação, pelo sobre-uso dos equipamentos. Assim, a produtividade só pode crescer ou manter-se em nível constante se novos e vastos investimentos forem levados a efeito. É facilmente compreensível que esses empreendimentos adicionais não de ser realizados, tanto quanto possível, sem o desvio dos recursos aplicados nas produções correntes. Novos investimentos devem contar com o suprimento de novos fatores de produção e, por isso mesmo, os investimentos não de depender de um escalonamento de realizações a fim de que a procura não supere exageradamente a oferta dos novos fatores.

28. Dentre as fontes de suprimento de novos fatores de produção são destacáveis as seguintes:

a) acréscimo da população e imigração para as regiões produtoras;

b) liberação de trabalhadores em virtude de melhoria de organização ou de aumento de eficiência técnica.

Os recursos do item segundo são escassos em nosso país; podemos contar, um pouco mais, com os do item a. Mas, o elemento humano só é, realmente, um fator quando seu esforço pode ser coadjuvado por equipamentos, na produção e nos transportes.

29. Uma quantidade adicional de trabalhadores contribui para o acréscimo de produtividade se há correspondência de equipamentos na produção e nos transportes; será causa, porém, de decréscimo de rendimento técnico se

a capacidade das instalações puder ser operada com menor número de operários ou se os equipamentos de transporte se revelarem inadequados para as margens adicionais de produção.

Cumpra assinalar, para maior clareza, que nenhum setor de produção é auto-suficiente. Produz determinados artigos, mas o consumo de muitas mercadorias depende da produção de outras regiões, muitas vezes distantes. Ora, se determinado número de indivíduos aflui para esse setor e seu trabalho contribui para diminuto aumento de produtividade — já não nos referimos ao caso extremo do decréscimo de rendimento técnico, que vem sendo encoberto pelas inflações sucessivas — resulta que esse acréscimo do trabalho pode ser mais nocivo do que benéfico. O aumento de produtividade, decorrente do acréscimo de trabalho, não chega a contrabalançar a sobrecarga de serviços necessários para alojar e alimentar a mão-de-obra adicional.

30. O aumento da população do Distrito Federal e da cidade de São Paulo representa mais de 10% do acréscimo total da população do país, o que é apreciável, pois esses dois municípios passaram a concentrar 8.3% da população, quando, em 1940, a concentração era de 6.7%. Influíram para a elevação do índice demográfico do Distrito Federal e da cidade de São Paulo os imigrantes oriundos de outros Estados, talvez em maior quantidade daqueles cujas populações aumentaram em proporção inferior à média de aumento geral do crescimento da população brasileira, ou seja de 27%, entre 1940 e 1950. Há dois casos típicos a assinalar: — o do Estado de Minas Gerais e o do Estado do Rio. No primeiro, verificou-se um aumento de população de apenas 16%, com um acréscimo de 1.103.376 habitantes. Dêsse total, cerca de 60% se concentraram nas cidades, mas 40% se mantiveram nos campos. No caso do Estado do Rio, porém, verificou-se um aumento de população de 25%, com o acréscimo de 478.344 habitantes. Do total, 359.125 se concentraram nas cidades, ou sejam mais de 75%.

31. O Anexo V indica certa correlação entre o decréscimo proporcional da produção agrícola e o maior acréscimo da população urbana, relativamente ao aumento da população rural. Não se pretende com isso dizer que o relativo declínio tenha sido causado originariamente pelo êxodo rural, pois este, por sua vez, pode ser conseqüência das próprias condições do meio.

Deseja-se ressaltar a indicação dos dados estatísticos que acusam expansão agrícola onde a população rural cresceu em proporções relativamente mais acentuadas. Esse fato contraria, em princípio, a afirmação, que se está tornando corrente, de que o deslocamento de contingentes humanos dos setores rurais para os centros urbanos não afeta a produção agrícola.

32. Evidentemente, se os produtores agrícolas dispusessem de equipamentos, fertilizantes e outros meios de valorização do trabalho e da terra, estaria assegurada a melhoria da produtividade, o que permitiria, sem prejuízo, a retirada de elementos humanos desse setor da produção. Seria, de fato, desperdício manter-se grande número de operários onde uma quantidade menor é suficiente para produzir resultados maiores. Todavia, na ausência de equipamentos e de fertilizantes, o trabalho adicional do homem na lavoura só poderia ser admitido como supérfluo se partíssemos do pressuposto de uma população muito densa. Nesse caso, a saída de pessoas não afetaria a capacidade de produção. Mas, no Brasil, a densidade de população, na zona rural é, geralmente fraca e por isso — na falta de equipamentos mais aperfeiçoados — a contribuição humana, em quantidade, é mais importante do que pode parecer à primeira vista.

A ausência de equipamentos agrícolas exige um número elevado de braços na zona rural. Nestas condições, há menor flexibilidade para o aumento da produção agrícola quando se verifica uma diminuição no ritmo de crescimento da população rural.

A relativa falta de aumento da produção agrícola, observada nos Estados do Rio e de São Paulo, foi, de certo modo, compensada pelo afluxo de braços para a agricultura, em outros Estados, notadamente no Paraná. Todavia, dada a enorme distância desses setores agrícolas dos grandes centros consumidores, em meio das dificuldades de transporte e de conservação dos produtos, a inflexibilidade de suprimento continuou a persistir e a se agravar.

33. Ao acelerar-se a atividade nos centros urbanos, mais complexo se torna o problema dos transportes e do armazenamento dos produtos, em geral, acentuando-se a tendência para a inflexibilidade do suprimento dos produtos agrícolas.

A alta dos preços nos centros urbanos reflete-se nas zonas rurais, incentivando novas expansões. Mas, nas áreas próximas às cidades o preço da terra é elevado, por influência de acumulação de habitantes; aí, a carência de trabalhadores rurais é mais sensível. Nestas condições, o acréscimo do custo de produção anula, rapidamente, a vantagem da ascensão dos preços. Nas áreas mais distantes, a escassez de braço é menor. O desperdício, pela falta de armazenamento adequado e de meios de transporte, inutiliza, em grande parte, a margem favorável de produtividade.

34. Outros fatores têm contribuído para agravar a inflexibilidade do aumento da produção de artigos de consumo genérico e forçar uma distribuição de renda em desproporção com a sua formação. Dentre esses fatores, destacaremos:

- a) deficiência de organização e ausência de padronização dos equipamentos;
- b) distorsão de investimentos;
- c) ausência de coordenação dos investimentos.

a) *Deficiência da organização e ausência de padronização dos equipamentos.*

35. Os técnicos que têm examinado nossos problemas ferroviários são acordes em assinalar deficiência de organização que, se não forem sanadas, prejudicarão qualquer programa de reequipamento.

Não vamos, porém, repisar as conhecidas recomendações concernentes ao tráfego mútuo, à padronização do material ferroviário ou à centralização do fabrico de peças. Mais adiante teremos oportunidade de tratar desse caso. De modo geral. Não esqueçamos porém desajustamentos corriqueiros, que persistem pela ausência de maior desvêlo pelos problemas administrativos.

36. Em outros ramos da atividade econômica observa-se também a necessidade de melhoria de organização. Técnicos da "Comissão Econômica para a América Latina", depois do exame efetuado em várias fábricas de tecidos, em nosso país, chegaram à conclusão de poder aumentar-se consideravelmente a produtividade com os próprios equipamentos de que dispõem as empresas.

37. Além desses problemas, desejamos focalizar o da padronização de nossos equipamentos, cuja disparidade de tipos tende, daqui por diante, a dificultar, cada vez mais, a racionalização de nossa produção. Os sérios obstáculos à manutenção do material ferroviário e a complexidade de seu reequipamento se originam da variedade das aquisições feitas em diferentes fábricas, na Europa e nos Estados Unidos. Inconveniente igual está-se repetindo nos diferentes setores da produção e, além disso, no campo do consumo de bens duráveis.

A substituição de peças, durante o uso de um bem de consumo durável, é processo de conservação de alta importância econômica, motivo por que seu valor assume proporções de vulto. Além disso, a elaboração das peças representa uma indústria acessória, que pode desenvolver-se no país, como

primórdio de indústrias de elaboração mais complexa. Entretanto, se a variedade de equipamentos for muito grande, isto é, se a maquinária utilizada nas fábricas e os bens duráveis adquiridos pelos consumidores, em geral, não comportarem peças sobressalentes de uso mais comum, o desperdício se revelará em proporções prejudiciais. Tornar-se-á impossível desenvolver, no país, a fabricação, em larga escala, de peças que possam atender às substituições que o uso normal dos equipamentos impõe. A amplitude dos mercados — que é a base de garantia do desenvolvimento da produtividade e por isso mesmo considerada como um dos casos típicos da economia externa — sofrerá consideráveis restrições. Esses inúmeros círculos fechados de consumo de produtos similares, mas de tipos inassimiláveis para os fins de manutenção e de interdependência de serviços, constituirão forte barreira à racionalização de nossa economia.

Desse modo o problema pode ser examinado sob o prisma da conexão do licenciamento de importações com o esforço dos produtores estrangeiros, no sentido de cooperarem na instalação de indústrias de acessórios no país. Haveria, assim, seleção de importações e, portanto, diminuição na variedade de equipamentos, que, muitas vezes, decorre do simples aproveitamento de oportunidade de vantagens efêmeras.

b) *Distorsão de Investimentos*

38. Geralmente, os investimentos são lucrativos tanto para o número restrito de empreendedores e de operários, que participam da empresa, como para o resto da coletividade, dado o acréscimo de bens econômicos que o empreendimento traz ao mercado. Não poucas vezes, porém, principalmente nas fases de inflação, em que se acentua a concentração da renda, verifica-se a existência de investimentos que, além de não proporcionarem maiores benefícios à coletividade, acarretam-lhe sensíveis desvantagens. Assim, num período de mais intensa utilização de fatores de produção, o desvio de seu emprego para o acréscimo de produção de bens destinados a um reduzido número de consumidores, deixa de favorecer maior número de indivíduos, e pode acarretar uma perda econômica. O aludido desvio de fatores de produção determina relativo decréscimo de suprimento de mercadorias de consumo genérico, forçando, desse modo, a elevação de seus preços. E, a fim de que a alta seja suficiente para vencer os novos obstáculos de produção, as classes menos favorecidas hão de suportar, por longo tempo, fortes restrições de consumo. Temos, assim, em largos traços, a característica da distorsão dos investimentos.

39. Dada sua peculiaridade, a indústria de construções residenciais, não obstante seu elevado sentido social, apresenta, às vezes, sintomas característicos de distorsão de investimentos.

Na fase de realização, as construções propulsionam, de maneira considerável, o desenvolvimento econômico, pois grande é o número de indústrias envolvidas no empreendimento, tais como as de cimento, metalurgia, material elétrico, madeiras, cerâmicas e várias outras. Conseqüentemente, o acréscimo da distribuição de renda, durante a fase do investimento, é sensivelmente amplo. Todavia, como produto, obtém-se um bem econômico de relativa *indivisibilidade*. A residência, uma vez construída, vai servir a um número reduzido de pessoas.

Se do investimento resultar uma instalação fabril, os produtos aí elaborados vão servir a grande número de consumidores; se o investimento se concretiza numa estrada, numa ponte ou num edifício público, a utilização de seus serviços é de ordem genérica. No caso, porém, de uma residência, ainda que de apartamentos, o benefício final é de divisibilidade bem limitada. Vemos, assim, que os investimentos em construções residenciais se caracterizam por uma forte distribuição de poder de compra, na fase de realização do

empreendimento, e pela falta de generalização da prestação de serviços, em harmonia com essa distribuição, depois de terminado o investimento. É precisamente por isso que a expansão dos investimentos em construções residenciais é dos mais aconselháveis em período de estagnação, devendo ser evitado, no mesmo ritmo, quando numa fase de intenso desenvolvimento.

Entretanto, não temos procurado dosar o surto das construções residenciais com o de outros movimentos expansionistas. Sem aquilatar-mos bem as conseqüências das distorções econômicas, assistimos a um acúmulo de investimentos que, obviamente, intensificam a desordem das correntes migratórias e sobrecarregam os transportes, numa generalização de aumento de custo de produção e de custo de vida. Assim, em 1950, a par dos grandes e variados empreendimentos públicos e particulares, iniciou-se novo surto de construções residenciais :

AREAS DE PISO DAS CONSTRUÇÕES LICENCIADAS (*)

Média mensal em 1.000 m² para o D. Federal e município de S. Paulo

	S.P. e D.F.	D.F.
1943	—	139
1944	281	152
1945	385	190
1946	476	175
1947	396	133
1948	340	100
1949	332	101
1950	380	
“ Abril	325	113
“ Maio	342	102
“ Junho	325	123
“ Julho	339	104
“ Agosto	619	193
“ Setembro	427	128
“ Outubro	447	160
“ Novembro	458	193
“ Dezembro	381	179

Cumprе ressaltar que o Governo vem-se empenhando pela maior aplicação de recursos na construção de residências populares. A seguinte estatística da área licenciada para a construção de casas proletárias, no Distrito Federal, acusa um acréscimo apreciável (**).

	Área em m ²
1945	56.039
1946	146.243
1947	105.813
1948	118.044
1949	182.000

É ainda de notar-se que êsse desenvolvimento ocorreu com uma redução de construções, em geral, verificada no biênio de 1947 a 1949, notadamente no Distrito Federal.

(*) Boletim Estatístico do I.B.G.E., ano IX n.º 34.

(**) Estatística do D. F., Prefeitura do Distrito Federal — julho 1950.

c) Ausência de coordenação de investimentos

O acréscimo das construções, nas cidades do Rio e de São Paulo, acompanhou o aumento da população nos referidos municípios, que foi muito pronunciado, conforme se observou no parágrafo 30. Mas, é de salientar, por outro lado, que as indústrias ligadas às construções residenciais concorrem, com outras fontes de atração, para o acúmulo de mão-de-obra nas cidades. O problema de habitação que se impõe, de maneira aguda, é, portanto, por seu turno, agravado pela própria expansão imobiliária.

40. Ressaltámos, no parágrafo 39, que o ritmo dos investimentos em construções, no Distrito Federal e no município de São Paulo, vem sendo pronunciado.

Sem o intuito de estimar o valor dos investimentos em imóveis, no Distrito Federal e no município de São Paulo, mas apenas para oferecer uma ordem de grandeza entre o possível valor das áreas licenciadas e o vulto dos investimentos do Governo da União e do valor dos equipamentos importados, é que oferecemos os seguintes dados:

Investimentos realizados pelo Governo da União, excluídos os investimentos das autarquias (*)	Valores das importações de bens de produção em geral (**)	Valores hipotéticos das construções nos municípios do Rio e S.P. (***)
Cr\$ 1.000.000	Cr\$ 1.000.000	Cr\$ 1.000.000
1946	3.143	3.878
1947	2.945	7.482
1948	3.163	6.971
1949	4.655	6.921
1950	5.723	7.032
		6.900
		6.200
		5.300
		6.400
		7.300

Esses valores, conquanto não sejam rigorosamente comparáveis, pois na coluna dos investimentos governamentais figuram apenas os da União e na coluna dos equipamentos constam apenas os de origem estrangeira, ainda assim, como elementos de ordem de grandeza, são suficientes para indicar a importância da aplicação de capitais em construções, no Distrito Federal e na Capital de São Paulo. Essas somas, relativamente muito elevadas em confronto com os investimentos em outros setores, exprimem bem o movimento especulativo em torno do problema da habitação.

41. A notória escassez de recursos para os diversos investimentos do Governo e dos particulares e a especulação que tem cercado a indústria imobiliária, impedindo-a de expandir-se dentro de um programa mais econômico e, portanto, em melhor consonância com os interesses da coletividade, têm sido provocadas pelo desvio de recursos que, anteriormente, eram aplicados noutros setores da atividade econômica do país.

42. Vejamos, por exemplo, os investimentos das Companhias de Seguro. Se compararmos as aplicações entre o período de 1940 a 1942 com o período

(*) Estimativas — Ver Anexo VIII

(**) Ver Anexo nº IV quadro III 5 P

(****) Ver quadro da página 41, consideradas as quantidades anuais e multiplicadas pelos seguintes preços de construção por m²

1949 e 1950	1.600
1948 e 1947	1.300
1946	1.200

de 1947 a 1949, verificaremos uma modificação bem nítida na política de investimentos :

PERCENTAGEM DAS APLICAÇÕES

	1940-42	1947-49
Títulos de renda	45.0	32.2
Propriedade imobiliária	18.3	23.0
Empréstimos com garantia	17.5	23.9
Caixa e depósitos bancários	19.1	20.9

No caso das Companhias de "Capitalização" o deslocamento de recursos é mais frisante :

PERCENTAGEM DAS APLICAÇÕES

	1940-42	1947-49
Títulos de renda	36.2	17.6
Empréstimos hipotecários	18.6	19.8
Empréstimos sob caução de títulos	21.1	18.5
Imóveis	10.9	30.3
Outros	13.2	13.8

Em outros termos, se as Companhias de Seguros e Capitalização tivessem mantido a mesma proporção de aplicação de recursos que vinham seguindo até 1942, em 1949 o Ativo em títulos de renda seria bem maior. Essas empresas teriam contribuído para a aquisição de apólices do Governo Federal no valor de mais de um bilhão de cruzeiros, sem deixar de favorecer à construções de imóveis urbanos (*).

(*) Companhias de Seguro e Capitalização	1942		1949		Se se tivesse mantido as proporções de 1942 1949
	Cr\$		Cr\$		
	1.000.000	%	1.000.000	%	Cr\$ 1.000.000
Títulos de renda	725	42	1.478	24	2.536
Prop. imobiliárias	275	16	1.580	24	966
Empréstimos	404	23	1.872	31	1.389
Caixas, Depósitos e outros valores	324	19	1.109	19	1.148
Total	1.728		6.039		6.039

43. O mesmo se observa com as Caixas Econômicas. Se elas tivessem mantido a proporção de suas aplicações em empréstimos hipotecários, como vinham fazendo entre 1940 e 1943, teriam podido contribuir com uns 7 bilhões de cruzeiros para os empreendimentos do Governo Federal (*).

44. Igual procedimento se nota nos Institutos de Previdência Social, conquanto nesse ramo haja lugar para argumentos mais sérios contra a canalização de recursos em favor da subscrição de títulos do Governo. Alega-se que, cumprindo às Instituições de Previdência fazer face a compromissos sociais crescentes, suas reservas devem aumentar em proporção correspondente. Daí a aplicação dos recursos em bens fortemente valorizáveis.

Sob o aspecto financeiro das instituições, individualmente considerados, o argumento é irrespondível e, tanto mais forte, à vista da falta de pagamento integral da contribuição devida pela União. Economicamente, porém, o argumento é insubsistente.

Não haveria o menor vislumbre de senso econômico numa política governamental que partisse da premissa da permanente desvalorização da moeda. Entretanto, esse é, implicitamente, o fundamento que norteia a aplicação dos recursos em «bens valorizáveis». É precisamente porque não há cunho econômico, e sim uma defesa financeira individualista, no procedimento da aplicação que os Institutos fizeram em «bens valorizáveis», é que, ao atuarem desse modo, contribuíram para a valorização fictícia dos imóveis, nas cidades; para o aceleramento inflacionário das atividades urbanas; para o deslocamento de fatores aplicados à produção de bens de consumo genérico; para o encarecimento geral da produção e do custo de vida e, conseqüentemente, para o enfraquecimento dos orçamentos públicos e, particularmente, o federal, o que veio refletir na própria situação financeira dos Institutos.

De 1945 a 1950 as Instituições de Previdência fizeram aplicações no valor de 5.356 milhões de cruzeiros, dos quais apenas 610 milhões em títulos de renda e mais de 5 bilhões de cruzeiros em imóveis, sendo praticamente a metade no Distrito Federal. (**).

(*) EMPRÉSTIMOS HIPOTECÁRIOS DAS CAIXAS RELATIVAMENTE AO SEU ATIVO

(Caixas Econômicas Federais Autônomas)

Valores em milhões de cruzeiros

Anos	Ativo	Empréstimos hipot.	Porcentagem dos empréstimos hipotecários sobre o ativo
1940	2.497	607	24
1941	2.706	709	26
1942	3.027	755	25
1943	3.722	759	20
1947	8.507	3.226	37
1948	8.822	3.795	43
1949	9.976	4.294	43

(**) Ver a página seguinte.

INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA

(Balanços Consolidados)

Valor em milhões de cruzeiros

	1945	1950	Diferenças
Imóveis para uso próprio	170	992	
Imóveis para venda ou alienação	160	842	
Imóveis para renda	536	2.364	
Financiamento (empr. hip.)	763	2.556	
Títulos de renda	1.625	2.235	
Bancos	1.664	2.285	
Total	4.918	11.274	6.356

Repetimos, aqui, o que dissemos no item 40. As importâncias consideradas não têm por escopo uma estimativa. É uma ordem de grandeza. Se, por exemplo, as Companhias de Seguro e de Capitalização, bem como as Instituições de Previdência e as Caixas Econômicas, tivessem aplicado menos recursos em imóveis, a distribuição da renda, no Distrito Federal, teria sido menor, o Governo teria emitido menos para seus investimentos e, portanto, menores seriam os valores ao Ativo (*). Seriam menores nominalmente, mas sem sombra de dúvida, com um poder aquisitivo muito superior.

45. Vemos, pois, o quanto se impõe a necessidade da coordenação dos investimentos, com o fim de serem os capitais aplicados de maneira mais equilibrada, entre as diferentes atividades econômicas. Não se trata, como se infere da própria exposição, de um equilíbrio que reflita a aplicação de capital segundo as suas margens de lucratividade. Para tanto, seria indispensável que a expansão econômica se realizasse sem pronunciadas distorções. Mas, na verdade, o surto de atividades que estamos presenciando no Brasil vem se processando em ritmo proporcionalmente muito menor na produtividade de vários setores básicos da economia.

É necessário, assim, que a seleção dos investimentos obedeça mais ao critério de generalização de benefícios do que aos graus de lucratividade do capital. Investimentos imediatos na agricultura, nos transportes e na energia contribuirão muito para corrigir os desequilíbrios presentes e generalizar os acréscimos de produtividade a todos os setores da economia, garantindo, desse modo, um progresso econômico sólido e duradouro. Dai a conveniência do planejamento da utilização preferencial dos fatores de produção para os investimentos básicos.

46. Não devemos, porém, perder de vista que a disponibilidade dos fatores de produção não constitui uma quantidade fixa. Uma das grandes vantagens da cooperação internacional consiste precisamente na possibilidade de alcançar-se com rapidez, maior suprimento de indispensáveis fatores de produção.

47. Temos importado equipamentos com as receitas correntes de nossas exportações. Todavia, é fácil compreender que as necessidades são muito superiores a esse nível de aquisição, ainda que realizadas com o sacrifício

(*) Os valores diminutos dos títulos de renda constantes dos balanços são também consequência da desvalorização monetária.

da compra de matérias-primas e de bens de consumo, como ocorreu em 1950. Daí o recurso aos empréstimos para os empreendimentos de maior vulto. Ainda assim não se alcança um nível satisfatório de contribuição de fatores de produção.

48. A participação do capital em equipamentos e em técnicas pode, às vezes, atingir mais de 50% do valor total dos investimentos e, nesse caso, o risco da empresa é muito forte ao assumir o encargo do pagamento de juros e de amortização, no início do empreendimento. Apresenta-se, então, a vantagem da participação do capital sob a forma de associação, como complemento necessário à modalidade de empréstimos.

49. A extensão do lançamento de empréstimos no exterior depende, entre outras causas, da amplitude da atividade do Estado como empreendedor, pois, nessa hipótese, o empréstimo é a única maneira de financiamento. No campo dos transportes ferroviários e marítimos o Governo Federal tem atuado de maneira tão direta que as concessões a particulares representam minoria insignificante. O processo de financiamento para tais empreendimentos é, pois, exclusivamente de empréstimos. Já no setor da energia elétrica não se acha ainda eliminada uma conjugação dos dois processos de financiamento: o de empréstimos e o da participação de capital. E no setor do petróleo a probabilidade da participação do capital sob a forma associativa é bem acentuada.

Mas, essa participação estará na dependência da orientação do Governo quanto aos serviços públicos, em torno do qual faremos considerações no capítulo seguinte.

B) *Desproporcionalidade entre a distribuição e a formação da renda em bens de consumo genérico*

50. Não se pode esperar que as forças que impelem as variações da procura coincidam exatamente com aquelas que se traduzem no suprimento de bens econômicos. As fases de expansão se caracterizam por uma tendência de maior procura do que de suprimento de bens. É, precisamente, o objetivo da política econômica de um Governo impedir que tal tendência se transfere em movimento cumulativo de desequilíbrios, isto é, que uma inflação latente redunde em sucessivas desvalorizações monetárias.

A inflação não deve ser compreendida apenas em sua forma de exteriorização monetária, mas no âmago do desequilíbrio entre o ritmo de acréscimo da distribuição da renda e o do suprimento de bens econômicos, com especial atenção para as mercadorias de consumo genérico.

51. Já nos referimos à existência de fatos que fazem admitir um acentuado acréscimo de distribuição da renda, em desproporção com as facilidades dos suprimentos de bens de consumo genérico. A comprovação da hipótese não é fácil, pela ausência de estatísticas adequadas. Contudo, se procurarmos comparar as proporções do salário médio e da renda nacional *per capita*, entre o Brasil e os Estados Unidos, poderemos, talvez, chegar a uma conclusão convincente.

De acordo com os levantamentos feitos pelo Instituto dos Industriários, o salário médio, mensal, em 1948, foi de Cr\$ 930,00 (*). Para esse mesmo ano, a renda nacional foi estimada em 157 bilhões (**) de cruzeiros, ou sejam, em média, 13 bilhões de cruzeiros por mês, isto é, uma renda nacional, por mês e *per capita*, de Cr\$ 260,00. Nos Estados Unidos verificamos que o salário médio, na indústria, foi, em 1948, de 53 dólares por semana, ou, aproximada-

(*) Seguro Social e Industrial do Brasil (Instituto dos Industriários), pág. 131.

(**) Estimativa da Fundação Getúlio Vargas.

mente, US\$ 212, por mês. A renda nacional estimada para o ano de 1948 foi de 220 bilhões de dólares, ou 18.6 bilhões de dólares por mês, ou, ainda, US\$ 137, por mês e *per capita* (*).

Vemos, assim, por essas estatísticas, que, enquanto em nosso país o salário médio dos industriários é 250% superior à renda nacional *per capita* (Cr\$ 920,00 para Cr\$ 260,00), nos Estados Unidos essa superioridade é apenas de 50% (US\$ 212 para US\$ 137). Se nossos operários, com os salários que auferem, dispusessem de um padrão de vida superior aos dos americanos, a diferença da intensidade da distribuição de renda, em favor do operariado nacional, não seria passível de dúvidas quanto à solidez econômica. Se, entretanto, os operários nacionais ganham relativamente mais, em face do conjunto da renda, e se seu padrão de vida é muito inferior, como é notório, é de se concluir que o ritmo da distribuição da renda não se coaduna com o vulto de sua formação, em termos de bens de consumo genérico.

O exemplo parece ser suficiente para a compreensão da necessidade de cuidarmos mais detidamente do problema da produtividade e, portanto, da coordenação dos investimentos, seja sob o aspecto de prioridade de aplicações, seja, principalmente, pelos meios de ampliação de disponibilidade dos fatores de produção.

Quanto mais insistirmos sobre a distribuição de renda, *sem prévia atenção ao aumento da produtividade*, tanto mais contribuiremos para dificultar a expansão da produção de artigos essenciais e básicos e, conseqüentemente, tanto mais anularemos o poder de compra dos acréscimos da renda distribuída e mais fortemente prejudicaremos a situação daqueles que não conseguem aumentar seus rendimentos.

CAPÍTULO III

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

52. O generalizado anseio de melhorar as condições de vida das populações é uma das fortes características dos tempos atuais. As conseqüências econômicas e sociais do abalo produzido por duas grandes guerras, a intensidade do esforço despendido, que trouxe, aliás, o aperfeiçoamento do mecanismo da produção e a introdução de novas técnicas; e, por fim, uma compreensão mais realista da solidariedade humana, criaram êsse dogma da época, a que todos se curvam, povos e governos. Para beneficiar o indivíduo, o caminho a seguir será forçosamente o de procurar desenvolver economicamente a coletividade, aumentando assim a produção a ser distribuída, por meio do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Nos países, como o Brasil, em que não encontra mais ressonância o velho regozijo patriótico pela posse de infindas riquezas naturais, mas se reconhece o atraso relativo da utilização dos recursos em potencial, existe hoje a noção realista da necessidade de um grande e tenaz esforço diante dos óbices que se opõem a êsse aproveitamento (25).

(*) Statistical Abstract — U.S.A. Dept. of Commerce — págs. 215-281.

(25) A disposição de enfrentar a realidade econômica do país, na base da indagação objetiva, é relativamente recente. Pode ser recordado, para prová-lo, que a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística data de 6 de julho de 1934; a reforma dos estudos econômicos em grau universitário de dezembro de 1945; que a fundação de institutos de pesquisas econômicas no Rio, em São Paulo e em diversas cidades, pode ser fixada dentro dos últimos 15 anos; que os serviços técnicos de diversos Ministérios foram desenvolvidos no mesmo período; os Institutos de Tecnologia são dos últimos 30 anos e o Conselho Nacional de Pesquisas é criação deste ano de 1951.

Antes dessas mencionadas iniciativas, outras poucas houve em tempos mais remotos, as quais, embora episódicas, devem ser aqui registradas, tais sejam as estatísticas de comércio exterior e de produção industrial, empreendidas pelas repartições de estatística dos Ministérios,

É o problema, além de sua dificuldade, supõe a escolha prévia entre a distribuição dos meios no presente e a reserva para o futuro.

Conforme foi acentuado no Capítulo II, não se pode intensificar a preparação de um melhoramento a longo termo sem que o seja à custa de menor quota de recursos a serem distribuídos pela geração atual. Mesmo que a repartição de vantagens e encargos fique limitada a períodos decenais ou quinquenais, não deixa de impôr-se a necessidade de uma renúncia no momento, pois o consumo e a poupança são quantidades de sinais contrários. Uma política que visasse essencialmente ao consumidor no presente não é compatível com qualquer forma de desenvolvimento econômico.

Por outro lado, não se pode deixar de manter a estabilidade econômica e social da comunidade, e para isso há limites de renúncia a serem respeitados. Afora a existência de uma pressão psicológica de necessidade pública inadiável, que influe espontaneamente ou que pode ser objeto de um apêlo à opinião esclarecida do país, já que não seria lícito adotar a compressão do Estado em regime de força, não há como conter a solicitação insistentemente renovada dos ansiosos de maior consumo, especialmente numa sociedade de gente subnutrida e mal domiciliada.

O caso, porém, é que se torna geralmente difícil, senão impossível, cuidar ao mesmo tempo, com tôdas as forças, do desenvolvimento econômico e do levantamento do padrão de vida no momento.

Isso significa que, na aplicação dos fatores de produção e na repartição da renda nacional, é necessário dividir os dois quinhões, segundo a concepção de bem estar social que corresponde à opinião dominante.

53. Tratando neste capítulo, do desenvolvimento econômico do Brasil, cumpre-nos preliminarmente resumir os obstáculos que se opõem a qualquer programa de aceleração. É o primeiro dêles, numa visão de conjunto, é a necessidade de limitar a aplicação de recursos até o ponto em que começa o sacrificio excessivo do consumidor. Evidentemente, quando êste paga mais caro pelo produto importado, em consequência de impostos e taxas que lhe são acrescidas, geralmente desconhece que, em princípio, pode estar financiando o progresso do país. Do mesmo modo, quando a política de crédito conduz a que seja recusado um empréstimo a uma empresa que se empenha em ampliar a sua produção, pode ser que o embaraço à sua iniciativa seja o preço de uma parcela do barateamento do alimento para muita gente.

Outra limitação geral aos programas de desenvolvimento é a necessidade de ajustar os objetivos aos meios e às peculiaridades internas do país, e bem assim à sua situação no sistema ocidental, conforme descrito no capítulo 1.º desta exposição.

Evidentemente, as condições estruturais e a limitação dos recursos são causas de retardamento. Em face, porém, do que estão fazendo outros povos em meio a dificuldades certamente maiores, não nos é lícito permanecer estáticos e aguardar a marcha da evolução espontânea.

54. A organização política brasileira, atendendo a uma justa divisão da autoridade administrativa e dando ao poder dos Estados e dos Municípios a independência indispensável ao desenvolvimento regional, atribuiu ao Governo Federal a função precípua de manter o equilíbrio entre êsses órgãos, e cuidar diretamente dos territórios sub-desenvolvidos. Mas, não é apenas coordenando as forças que impulsionam as regiões que será conseguida a harmonia econômica

e pelo Centro Industrial do Brasil. Em 1907 foi publicado por esta entidade associativa o livro intitulado — «O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias».

A exagerada noção da riqueza do Brasil, de natureza essencialmente subjetiva, e que tem servido de tema à exaltação patriótica, não dispõe à viva prossecução do melhoramento econômico.

e social. Compete também ao poder central a articulação dos setores produtivos entre si e com a massa consumidora.

Tendo em vista acelerar o desenvolvimento, a função coordenadora da União começa com a instituição das diretrizes que, dentro de certo período, determinarão a convergência dos programas administrativos regionais e lhes darão um sentido nacional comum.

Bastaria o imperativo da articulação administrativa para justificar a conveniência de planos de conjunto. Acresce ainda que o desenvolvimento econômico, em todo o globo, é objeto de programas nacionais e internacionais. Os países que procuraram a reconstrução, depois da Guerra, passaram sem descontinuidade a adotar claramente planos de desenvolvimento, empregando recursos próprios ou vindos de fora.

55. Na Europa Ocidental, a partir do Plano Marshall, que salvou a economia e a estabilidade política dessa parte do mundo, não há praticamente Governo que não esteja intervindo nas atividades básicas por meio de programas de desenvolvimento. Entre os povos da Ásia e da África, multiplicam-se os projetos de soerguimento econômico, com o apoio dos países mais desenvolvidos e especialmente com a contribuição direta e indireta dos Estados Unidos (26).

Somente fundando a ação do Estado nos sólidos alicerces de uma política econômica definida e vigilante é possível hoje, entre os povos em que a Guerra deixou a herança de problemas altamente complexos, evitar o desemprego em função dos ciclos de prosperidade e depressão (27), o surto excessivo

(26) Diversos são os objetivos bem como a extensão dos planejamentos em curso nesses países.

Na Inglaterra e na Holanda, por exemplo, os planos econômicos visam a aumentar a produtividade, pedra de toque na competência internacional; na França, têm como objetivo a modernização do equipamento econômico obsoleto e exaurido pela guerra; na Alemanha, adotados compulsoriamente, visam a reconstrução e a recuperação industrial.

Os países da Europa Oriental adotam o planejamento total da economia — Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, etc. — nos moldes da economia coletivizada.

Nos planos coloniais, os setores mais amparados têm sido os transportes, a energia elétrica, a saúde pública e a irrigação, almejando um sólido embasamento econômico; não obstante, importantes verbas destinam-se a produtos específicos, dentre os quais se destacam as matérias primas minerais e vegetais: — minérios, óleos vegetais, borracha, madeira, piretro, etc.

(27) Segundo dados extraídos do Statistical Abstract of the United States 1940, Washington U. S. Government Printing Office, 1941: Os índices de emprego das indústrias manufatureiras, ajustados pelas variações sazonais, caíram de 108, em agosto de 1929 a 61, em julho de 1932. Os trabalhadores que ainda estavam colocados em 1932 sofreram reduções em salário e horas de serviço de modo a ter uma queda no pagamento semanal de \$28 em 1929 a \$17. Mas, tendo os preços caído no mesmo período, o declínio em salários reais foi de 104 a 88.

Para comparar a intensidade do desemprego subsequente à 1.ª com o mesmo fenômeno depois da 2.ª Grande Guerra, temos os seguintes dados fornecidos pelo Fundo Monetário Internacional (International Financial Statistics, August, 1951):

Índices de emprego na indústria manufatureira — 1937 = 100

1938	—	85
1939	—	95
1940	—	102
1941	—	126
1942	—	148
1945	—	148
1946	—	140
1947	—	148
1948	—	147
1949	—	134
1950	—	141

A produção manufatureira dos Estados Unidos absorveu, depois da 2.ª Grande Guerra, quase tantos empregados quanto os que se empenharam, durante ela, na batalha da produção, e muito mais do que no período anterior.

das forças inflacionárias (28), o desnível internacional da produtividade técnica, (29) a disparidade de remuneração nas atividades produtivas, (30) e outros fenômenos que nascem da própria potência inegalável do mundo moderno. A expectativa, que se prolonga, de uma guerra eventual, determina ainda a introdução das medidas de emergência, que se antepõem, a qualquer outro objetivo, aos que se sentem ameaçados (31).

Nas regiões do mundo onde grandes massas de população mantêm o mais baixo nível de consumo, os planos de desenvolvimento, aliando o objetivo social ao econômico, se concretizam nos projetos de aumento de produção de alimentos e de matérias primas, de irrigação, energia, transportes, indústrias, saneamento e serviços sociais (32).

(28)		Elevação do custo da vida					
		1940	41	42	45	47	49
Dinamarca	1937 = 100	130	150	146	162	166	171
Finlândia	1938 = 100	121	144	169	283	588	806
Itália	1938 = 100	122	141	163	2390	4580	4920
Holanda	1937 = 100	117	134	143	176	199	219
Noruega	1937 = 100	118	138	147	155	160	159
Suécia	1937 = 100	118	134	144	145	150	160
Suíça	1937 = 100	110	127	141	153	159	162
Reino Unido	1937 = 100	121	133	143	152	163	179
Argentina	1937 = 100	110	129	167	193	222	...
Bolívia	1937 = 100	200	298	385	484	650	757
Canadá	1948 = 100	65	72	75	77	88	104
Estados Unidos	1937 = 100	98	102	113	125	155	165
Urugual	1937 = 100	110	109	112	139	177	189
Turquia	1937 = 100	112	138	232	354	345	379
Índia	1948 = 100	37	41	52	78	—	101
U. S. Africana	1937 = 100	107	112	122	137	145	159
Austrália	1937 = 100	110	115	125	129	136	162

(29) As dificuldades cambiais sentidas pelo Reino Unido no último decênio, sobretudo no que concerne à área do dólar, têm sido justificadas em grande parte pela diferença de produtividade entre a economia inglesa e a norte-americana.

Já antes da guerra, o rendimento da indústria carbonífera britânica, era inferior ao da mesma indústria nos EE. UUU. e o mesmo fato se dava em outros ramos, inclusive o têxtil. Presentemente o aumento da produtividade na Inglaterra é considerado matéria de sobrevivência econômica, tendo mesmo orientado todos os planejamentos realizados.

(30) Nos Estados Unidos, desde alguns anos, a União destina altas verbas para compensar os produtores agrícolas do aumento de preços industriais sem paridade com os da produção rural. Os gastos orçamentários com os «pagamentos de paridade» determinados pelo Price Adjustment Act of 1938, que instituiu o amparo aos preços agrícolas, atingiu no quinquênio 1941/5 a US\$ 761.548.000.

(31) São as seguintes as informações recentemente prestadas em publicações oficiais norte-americanas.

- 1) Conforme consta do estudo «Economia para Defesa-Primeiro Anos», publicado pela Junta da Conferência Nacional de Indústrias, dos Estados Unidos, é previsto para meados de 1952 que a soma que seria gasta pelo Governo dos Estados Unidos, desde o início das hostilidades da Coreia, atingiria a 75 bilhões de dólares, ou mais de três vezes o total verificado durante o primeiro ano;
- 2) Num relatório recente, a Junta de Munições informa que já recebeu, nos últimos seis meses do ano fiscal de 1951, a importância de US\$ 460 milhões de materiais. Essas entregas elevaram o total existente em estoque a US\$ 3 bilhões. O objetivo da junta é uma estocagem de US\$ 8,3 bilhões.
- 3) No início do ano em curso, os planejadores do programa americano de minerais calculavam entregar cerca de US\$ 500.000.000.00. durante os próximos dois anos, às empresas particulares de mineração, na forma de empréstimos diretos e contratos de compra, com o que visavam aumentar acentuadamente a produção nacional daqueles produtos, dentre os quais se destacam o tungstênio, o antimônio, o manganês, o zinco, o cobre, o cobalto e vários outros.

(32) Pode ser citado, a título de exemplo, entre os mais recentes, o planejamento quinquenal do desenvolvimento da Índia, que prevê a aplicação de 3 bilhões e 135 milhões de dólares para restaurar a disponibilidade da pré-guerra em bens de consumo essenciais, e 630 milhões de dólares para obter um ritmo maior de desenvolvimento. A restauração econômica compreende as seguintes verbas principais, em milhões de dólares: — energia e irrigação, 946, transportes — 815, serviços sociais — 534, agricultura e desenvolvimento rural — 403, indústria — 212.

56. No Brasil, não estamos entre os que mais se adiantaram em projetar ordenadamente e a seguir uma orientação definida no conjunto das esferas administrativas e nos setores da produção. Embora a Lei Básica de 1946 exprima um evidente incitamento à atividade propulsora do Poder Público, existe ainda certa prevenção contra os planos sistemáticos, uma indisposição a submeter-se a um esquema predeterminado, uma predileção pela descontinuidade e inovação, que nos mantém atrasados em relação a outros países.

Poucas entidades sócio-econômicas poderiam, no entanto, lucrar na aceleração do seu progresso, tanto quanto o Brasil, com a coordenação das atividades, públicas e privadas, em planos bem elaborados e metódicamente seguidos. A própria diversidade e dispersão que se notam no quadro dos elementos da nacionalidade estão a exigir a unidade de ação, a visão de conjunto, a solidariedade de objetivos, que venham corrigir a formação natural.

O problema chegou à plena maturidade. Constatamos, além das solicitações internas, o fato evidente da oportunidade internacional (33).

57. Não são muito abundantes os antecedentes no passado brasileiro. Em regra, seguindo a dominante concepção jurídica da função econômica do Estado, e nos limites da escassez de recursos, próprios e importados, os investimentos públicos visavam a iniciativas de curto prazo, cabíveis no período administrativo previsto e o Estado seguia a iniciativa privada, mais do que a animava (34).

Alguns planejamentos governamentais limitados, que nos deu a República de 1889, foram coroados de sucesso e pagaram fortemente, em benefícios gerais, o esforço e o capital despendidos (35). Justificava o sacrifício financeiro, considerado então de elevado porte, a extrema necessidade pública.

Foram, porém, ainda essas intervenções esparsas e de objetivos reduzidos. Os investimentos governamentais surgiam no Orçamento da União sem plano predeterminado. Destinavam-se verbas para a criação da siderurgia, para combate às secas, para ramais ferroviários, etc., mas não se tinham antes

(33)

*Empréstimos concedidos pelo Banco Internacional
de Reconstrução e Desenvolvimento*

Até 30 de junho de 1951

US\$ 1 000 000.00

Austrália	100
Brasil	105
Chile	16
Colômbia	11
El Salvador	12.5
Etiópia	8.5
Índia	51.3
Iraque	12.8
México	60.1
Nicarágua	4.7
Tailândia	25.4
União Sul Africana	50.0
Uruguai	33.0
Total	515.7

(34) Os orçamentos anteriores a 1900 são quase silenciosos no setor de obras públicas de vulto. As iniciativas, no século XIX, do Visconde de Mauá, dos irmãos Ottoni, do Intendente Câmara, etc., não tiveram o apóio inicial do Governo, mas, por vèzes, sua incorporação e prosseguimento por êste, em fase ulterior. Dada a mentalidade da época, não podem ser responsabilizados os estadistas brasileiros pelo retardamento material do século XIX, e seria injusto esquecer as construções ferroviárias e outras obras públicas executadas com os limitados recursos internos de que dispunham.

(35) Citamos, entre alguns poucos exemplos, o das Obras do Pôrto do Rio de Janeiro, e o da Campanha contra a febre amarela. Esta última, pela forma em que foi projetada, assumiu tôdas as características essenciais de um verdadeiro planejamento. Mais recentemente, foi realizado com pleno êxito outra campanha semelhante, a do combate à malária.

determinado os objetivos econômicos, fixado prazos de realização, instituído os órgãos de execução e controle apropriados, e calculado os meios a empregar, em pessoal e material.

O autor dos projetos formulava, quando muito, uma aspiração justa. Mas não havia articulação entre esta e os órgãos de execução. A possibilidade técnica e a oportunidade econômica não eram consultadas através os que poderiam opinar em bases reais. Por falta de elementos de previsão e de coordenação de esforços, não se atingia em regra a realização da idéia, aliás vagamente concebida.

O orçamento público, em suas três esferas, é certamente parte constitutiva de qualquer plano governamental. Mas o aparecimento da verba deve suceder à fixação de um plano, e não anteceder-la (36).

58. Se em outros tempos o Brasil evoluiu sem planos econômicos, hoje não se pode aceitar a possibilidade de que possa, pelo caminho do desperdício de forças, evitar a anarquia e a desmoralização, se continuar a conceder favores legais e iniciar obras sem que estejam presas a estudos de conjunto, nos quais se atenda a ordem de prioridade, ao escalonamento dos recursos e à proporcionalidade entre os meios a empregar e os fins visados.

Os projetos legislativos que importem em investimentos deveriam sempre estar enquadrados em esquemas gerais previamente aprovados. Isso importa na classificação das leis de obras públicas em dois tipos: — as que planejam em linhas gerais e as que promovem as realizações especiais dentro de tais linhas. Assim se conciliariam as duas necessidades, a de conceber projetos racionais, exequíveis e equilibrados, — e a de atender às aspirações nacionais ou regionais dentro do possível (37).

59. A flexibilidade das leis gerais deveria sempre deixar suficiente margem a modificações oportunas, e permitir larga colaboração e variado campo de ação às atividades das empresas privadas. Os planos econômicos, para serem verdadeiramente orgânicos, terão de partir do Governo e projetar-se, em grande parte, na sua esfera de ação. Mas, em sua contextura, devem contar com a participação a mais completa da iniciativa particular. Não teriam possibilidade de êxito se o setor privado procedesse em sentido contrário às linhas mestras. E, precisamente, o conhecimento prévio dos programas definidos do Governo seria o melhor guia aos capitais privados, pois que reduziria o coeficiente de aventura, muito alto num país onde é larga a margem do desconhecido.

60. Justificada, assim, a necessidade de melhor conjugação nas iniciativas do Estado objetivando o progresso do país, convém reconhecer que o centro de gravidade do sistema econômico está situado muito próximo ao setor industrial, (38) e que, logicamente, em torno do planejamento nesse setor se deve articular a política do desenvolvimento. Não seria necessário entrar na inda-

(36) Era usual incluir nas denominadas «caudas» de orçamento federal, verbas elevadas para certos empreendimentos, apenas indicados pelo título: — para a Siderurgia, para as Obras Contra a Seca, etc. No decurso do exercício, a aplicação das importâncias era feita conforme a interpretação que lhe queria dar o Governo.

(37) O Congresso Nacional atenderia à conveniência de harmonizar a maior estabilidade das leis que aprovam planos gerais com as que representam iniciativas especiais, se atribuisse mais longa tramitação e estudo para as primeiras. Em face das atribuições constitucionais do Conselho Nacional de Economia, poderia este ser ouvido sempre que se tratasse de escolher diretrizes ou modificar as que tiverem sido adotadas.

(38)

	Valor em Cr\$ 1.000.000,00	
	1940	1949
Produção industrial	17.479	123.734
Produção agrícola	7.803	39.962

Fonte: — Relatório IAPI — 1950
IBGE — Anuário — 1950

gação, a que hoje se entregam os economistas, sobre se a relação de trocas internacionais tem sido, ou será, desfavorável ou favorável aos países que exportam, como o Brasil, produtos primários e recebem, em maior proporção, os manufaturados. O fato decisivo é que a renda nacional, entre nós, não poderá atingir a um nível que permita a elevação do padrão de consumo, sem o substancial crescimento da produção industrial. Na realidade, nossos recursos em minérios e em vegetais são mais adequados à intensificação da produção industrial do que as condições da terra são favoráveis a uma expansão agrícola, comparável a de outros países, dotados de solos caracteristicamente ricos para a lavoura ou para a pecuária. É de assinalar, ainda, que o progresso que possamos alcançar na agricultura nos faz antever o momento em que a proclamada falta de braços na lavoura dará lugar à disponibilidade de mão de obra rural, com a mudança de processos, gradual mecanização e melhor organização do trabalho agrícola. Mais altos salários rurais são, paralelos a menor emprego do braço e da enxada. O próprio crescimento da produção industrial trará, para a atividade agrícola, não só o mercado de procura crescente que lhe é necessário, mas estabilidade maior nos preços, que, no mercado internacional flutuam em curvas de larga amplitude, traçadas em virtude de fatores que escapam ao nosso contrôle.

61. Temos, pois, de projetar a industrialização do país, o que não significa mergulhar a economia num planejamento concentrado, absorvente de recursos de todo o tipo, imaginado sem olhar meios ou graduar o preço que poderá custar.

62. Dar programa à industrialização não é afastar a iniciativa privada nem diminuir a força propulsora de seus empreendimentos. Muito ao contrário, é ministrar-lhe maiores recursos de fatores, e remover os obstáculos que possam impedir seu florescimento ou que possam contribuir para solapar sua expansão.

Vimos no capítulo anterior, e voltamos a insistir no início deste, que é indispensável manter-se um balanceamento entre a produção de bens de consumo genérico e a produção dos demais bens destinados ao consumo e aos investimentos. Acentuámos, também, que esse balanceamento é de fundamental importância para a preservação do bem estar social, e acrescentamos, ainda, que a consecução desse balanceamento é exequível por meio de uma coordenação de investimentos, da qual a industrialização é parte integrante e, gradativamente, central.

O ponto fundamental da aludida coordenação, em que se enquadram os programas industriais, é o da melhor utilização dos fatores de produção disponíveis e de sua rápida e eficaz ampliação, por meio da cooperação do exterior.

Dentre os campos de investimentos, os que podem proporcionar os melhores meios de ampliação dos fatores da produção para todas as atividades econômicas são, indubitavelmente, os transportes e a energia. E não é segredo para ninguém a fraqueza desse esteio econômico entre nós. Esse, portanto, o ponto básico da coordenação dos investimentos e dos programas de industrialização.

O Governo não se tem descuidado do assunto (39). Mas, para subordinar os projetos específicos, concernentes aos transportes e à energia elétrica, a uma diretriz mais genérica, conviria uma revisão sob o ponto de vista econômico, e sua articulação no sistema dos investimentos do país. Torna-se, pois, urgente que o Governo assente uma política geral de serviços públicos, e fixe a linha das realizações, notadamente no campo da energia e dos transportes.

(39) Aproveitando os estudos feitos anteriormente, a Comissão Mista Brasileiro-Americana, criada recentemente, está cuidando, em primeiro plano, das realizações nos setores dos transportes e da energia.

63. Quanto à energia hidro-elétrica, é evidente a dependência da formação e desenvolvimento dos parques industriais do fornecimento do Kwts a preços relativamente baixos.

A sua concentração nas cidades dos Estados de São Paulo, Rio (inclusive Distrito Federal) e Minas, que são contempladas com cerca de 92% do total utilizado, lhes permitiu a atual posição de vanguardas na indústria.

No presente, a insuficiência de fornecimento vai obstando a expansão, e, mesmo, ocasionando o fechamento de algumas fábricas.

O aumento projetado ou em vias de realização deverá dobrar em 5 anos o total de Kwts. em nosso território. Segundo as estimativas, atingiremos a 20% do potencial existente. Além de reforçar o suprimento, criaremos novos centros de consumo. À margem das linhas de transmissão serão facultados à população rural emprêgo permanente e variedade de trabalho. O movimento para a excessiva concentração demográfica nas grandes cidades e para a acumulação das indústrias será, em parte, contido.

64. Considerado a longo termo, o problema da energia hidro-elétrica está ligado aos da preservação dos recursos naturais e do aperfeiçoamento técnico das práticas agrícolas. Estes dois outros não são apenas econômicos mas sobretudo sociológicos. A mentalidade depredatória terá de ser substituída pela conservadora e a rotineira pela técnica. Sem essas mudanças de atitude individual, não se conseguirá efetivar qualquer plano de conservação das matas, de reflorestamento, e mesmo de organização da vida rural.

65. A curto e médio termo, os programas gerais de eletrificação têm o seu limite nas possibilidades nacionais e internacionais de financiamento. Dado que, em média, os capitais em cruzeiros e em moeda estrangeira entram nos programas de força hidro-elétrica na proporção de 60% e 40%, e que para o aumento provável nos próximos cinco anos é aceita a estimativa de cerca de 10 bilhões de cruzeiros a serem investidos, sejam 6 bilhões em cruzeiros propriamente e 4 bilhões em divisas, temos a examinar a possibilidade de obter, nas oportunidades próprias, as parcelas correspondentes.

A iniciativa privada terá a seu cargo a maior parte da tarefa de ampliação, pois que, do total em Kwts., 80% cabem aos projetos que lhe pertencem. Mas é de notar que, entre as empresas privadas, está incluída a Companhia Hidro-Elétrica de S. Francisco, cujo capital foi subscrito quase totalmente pelo Governo Federal (cerca de 50%), e pelo dos Estados e Municípios interessados, e apenas menos de 7% pelas particulares. A eletrificação de Minas Gerais e a do Rio Grande do Sul prevêm cerca de 40 mil quilowats para os próximos anos, em ambos os casos a cargo do Governo dos Estados com auxílio da União.

Praticamente, portanto, os programas da energia hidro-elétrica estão, em grande parte, na esfera de ação governamental, pelo financiamento de que dependem. Cabem êles, assim, na iniciativa dos Poderes Públicos, a titulo de tarefa preliminar ao desenvolvimento industrial.

66. Outro elo de dependência a que está sujeito o desenvolvimento industrial é a disponibilidade de combustível líquido e sólido, em condições de suficiente segurança e preço.

A natureza não nos presenteou com a abundância e a excelência do carvão mineral que, com o invento da máquina a vapor, trouxe a primeira revolução industrial para os povos que lideraram o progresso no Ocidente. Mas não nos privou de alguns jazimentos nos Estados do Sul que já permitiram fôsse iniciada a indústria siderúrgica, à base do coque, com o mínimo de segurança de abastecimento indispensável, podendo consumir, em caso de emergência, somente o carvão de Santa Catarina.

O Plano do Carvão, que foi objeto de estudos e debates neste Conselho, é uma prova da conveniência de um planejamento econômico de setores básicos, para aproveitar os recursos minerais, mesmo escassos ou de baixo teor, tendo em vista o conjunto da economia do país e o seu desenvolvimento (40).

67. Dado, porém, que não podemos intensificar a produção do carvão além de certo limite; que a sua área de consumo em condições favoráveis deixa parte do território nacional a ser suprida pelo carvão importado; que o emprêgo do combustível líquido cresce mais rapidamente do que o do sólido; e que se multiplicam as novas aplicações do óleo e da gasolina, somos forçados a encarar desde já a situação em que ficará qualquer plano nosso de desenvolvimento total se o aumento da importação ou da produção nacional do petróleo não puder acompanhar o seu ritmo.

A velocidade de crescimento da importação dos derivados do petróleo representou, de 1920 a 1950, perto de mil e quatrocentos por cento (280 mil toneladas para 3.900 mil) e de 1939 a 1950, 370 por cento (1.051 mil para 3.900 mil) (41).

O desenvolvimento em curso vai exigir, não apenas acompanhar a lei desse crescimento, mas atender à sua aceleração provável, anual ou quinquenal. Seria impossível o cálculo exato, mas, para uma indicação geral, basta considerar o esperado progresso nos setores do transporte, ferroviário e rodoviário, na mecanização agrícola, na navegação e nas indústrias diversas.

68. Consideremos que a importação de petróleo e derivados nos absorvem cerca de 11% do total que pagamos ao exterior e 17% na área de moedas conversíveis. Se não os importássemos de todo, poderíamos comprar mais 280 milhões de cruzeiros por mês de máquinas e equipamentos, sem perturbar a balança de pagamentos e sem inflacionar a circulação monetária. Consideremos ainda que a fraca elasticidade do consumo mundial de nossos gêneros de exportação, bem como a pouca probabilidade de contarmos para eles com preços estáveis, nós aconselham o resguardo de nossas disponibilidades em divisas fortes.

A conclusão é que não poderemos evitar para o futuro uma compressão cada vez maior na nossa capacidade de importar bens de produção, além de matérias primas insubstituíveis e produtos de alimentação que compõem o quadro normal de nosso intercâmbio, caso não se resolva a tempo adotar uma política dinâmica, seja no sentido da produção nacional, seja no da importação, em bases seguras, do petróleo que nos é necessário.

(40) Depois da instituição do Conselho Nacional de Economia, seria de grande vantagem, para que fosse mantida a coordenação entre os diversos planos específicos de investimentos públicos, que lhe coubesse a revisão de todos eles, segundo o exemplo do Plano do Carvão. O trabalho do legislador seria assim muito facilitado e eficientemente coadjuvado por este órgão constitucional.

(41) *Consumo de combustíveis derivados do petróleo*

	1939	1940
Gasolina comum	281.301 t.	1.425.856 t.
Gasolina aviação	9.530	138.383
Querosene	78.006	242.006
Óleo diesel	111.779	460.051
Óleo combustível	502.330	1.488.549
Óleo lubrificante	30.000	102.111
Óleo cru	38.914	59.276
	<u>1.051.860</u>	<u>3.916.232</u>

No valor, temos um aumento de: —
Cr\$ 350.793.841 em 1939
para Cr\$ 2.386.362.722 em 1950

69. Entre as duas alternativas, a da produção nacional merece toda a prioridade pelos motivos expostos e pelo aproveitamento industrial do que será origem. Damos o seu justo valor à refinação no país. Mas, para apoiar planos de industrialização em alta escala, a solução de refinar no país o petróleo bruto importado, por ser de emergência, não nos traz segurança e estímulo no grau necessário.

Por outro lado, a natureza aventureira das inversões de capital para a pesquisa obriga à junção dos dois trabalhos em que se divide inicialmente o empreendimento: a pesquisa e a exploração das jazidas. Esta é a fonte mais apropriada ao financiamento daquela.

A solução teórica do problema está na união na mesma empresa, seja do Estado, seja particular, das três fases: — pesquisa, exploração e refinação. As concessões dadas para esta última, que não é aventureira, conduzem a enfraquecer a solução nacional do problema do petróleo, pois naturalmente elas se encadeiam na ordem decrescente do risco e crescente do lucro.

Sem perder de vista o aspecto da segurança e o da justa participação nacional nos proventos de um empreendimento de interesse mundial, é preciso atender a que o desenvolvimento industrial está fortemente condicionado à produção, em larga escala e em curto prazo, do petróleo que encerra o nosso solo, ou a recebê-lo do exterior. Conviria, pois, uma revisão da política nacional do petróleo, para a sua mais rápida utilização.

70. Parece oportuno insistirmos sobre esse ponto que, aliás, compreende uma reorientação na política dos serviços públicos.

Não são as exigências para bem servir à economia do país o que afugenta os capitais privados, nacionais e estrangeiros. São as incertezas das atitudes dos Governos, que chegaram em certas nações a reivindicações abruptas, que geram a desconfiança e dificultam a aplicação de capitais privados em empreendimentos em que se torna indispensável a orientação estatal.

Cabe, ainda, assinalar que não é propriamente estar sob o regime de concessão o que caracteriza o serviço público. Sem dúvida, a concessão se apresenta necessária quando o serviço público é de natureza monopolística. Contudo, o fato de haver pluralidade de empreendedores não afasta a característica de utilidade pública do serviço que eles possam desempenhar. Assim, se se tratar de um produto básico para a generalidade das atividades econômicas do país ou de fundamental importância para a alimentação da população, os empreendedores, ao elaborarem esse produto, estarão exercendo um papel econômico equivalente aos concessionários de serviços públicos.

Se fôr grande a pluralidade dos produtores e farto o suprimento do produto, não decorre a necessidade da regulamentação estatal. Se, entretanto, surge a escassez do produto, surge a necessidade da intervenção do Estado nesses serviços de utilidade pública.

Na riqueza mineral, o caráter de serviço de utilidade pública sujeito à intervenção se faz sentir com nitidez, não só pela importância da matéria prima como, principalmente, por ter esse serviço por objeto um bem econômico susceptível de exaustão e, por sua natureza, explorável por diminuto número de empreendedores. Foi, portanto, com muita sabedoria que a Constituição atribuiu ao Estado a propriedade do sub-solo, o que, implicitamente, estende ao Governo o direito de regular o comércio do produto.

Os produtores da indústria extrativa mineral são, conseqüentemente, empreendedores de serviços públicos regulamentáveis pelo Estado. Mas, aqui, o empreendedor não assume o papel de concessionário de um serviço de âmbito monopolístico. A concessão assume o aspecto de um contrato de serviço, em virtude do qual o Estado concede o direito de explorar suas jazidas, desde que sejam respeitadas determinadas condições acauteladoras dos recursos minerais, de suprimento satisfatório ao consumo e outras exigências específicas. Basta acentuar, como indicação geral, em face das

considerações formuladas, que a produção mineral, levada a efeito por particulares, assume, em nosso país, a característica de prestação de serviços ao Estado. Nestas condições, a concessão para explorar produtos minerais deve ser entendida como um contrato que dá poderes a um nacional ou a um estrangeiro para extrair e vender esses produtos por conta do Estado e, de forma alguma, para o exercício de um monopólio.

Para que o serviço público seja bem desempenhado por uma empresa particular é indispensável que haja, por parte do Estado, uma orientação segura que acompanhe o andamento, e a evolução desse serviço. Ora, na esfera da energia, com a criação do Conselho do Petróleo, dotado de usinas piloto e de campos petrolíferos explorados e em exploração, inclusive os de xisto betuminoso, está o Governo apto a traçar e acompanhar o desenvolvimento da produção petrolífera.

71. Outros problemas existem que podem ser considerados preliminares em qualquer plano de "industrialização acelerada", pois se antepõem em seu caminho como limitações intransponíveis, e exigem a concentração de recursos muito elevados para a sua satisfatória solução. A produção industrial, em tôdas as suas fases, é servida pelos transportes, seja dos materiais empregados, seja dos bens produzidos. A regularidade do fornecimento de uns e do escoamento de outros deve ser, em princípio, "cronométrica". Assim, também, a influência dos fretes é predominantemente alta na formação dos preços.

A deficiência dos transportes é hoje a grande responsável pelo estrangulamento do fluxo abastecedor dos mercados de maior consumo, pelo desestímulo às atividades agrícolas, pela redução e encarecimento da produção rural, pela irregularidade e insegurança de remuneração das iniciativas da agricultura e conseqüente dificuldade de fixação do trabalhador na zona rural.

72. Considerando especialmente o transporte ferroviário, por ser entre todos o preponderante, é necessário, para uma avaliação das dimensões do problema, observar o fato causador da ineficiência, e origem dos maiores tropeços a uma renovação salutar do sistema de nossas estradas de ferro. Por motivos diversos, a estrutura da rede nacional de transportes é defeituosa, e gera altos gastos de manutenção e elevado custo de modificações e reconstrução.

Em sua função de vias de penetração, primitivamente predominante, visavam um proveito econômico indireto, quando não se destinavam a satisfazer a objetivos estratégicos ou políticos. As vias que produziam rendimento, acompanhando a liderança dos produtos de exportação, participavam da sorte desses produtos. Prolongavam-se para o exterior à medida que as culturas se afastavam, prosperavam nos tempos de prosperidade delas, reduziam as suas rendas quando sobrevinha a depressão, e por fim, caíam em colapso quando desapareciam as fontes de receita com o esgotamento das terras marginais. De todos os modos, descurava-se da eficiência do tráfego em proveito da extensão, em busca de novas zonas.

Hoje, para reconstruir trechos de linha em condições técnicas que permitam menor custeio, são exigidos recursos muito maiores do que os empregados na construção original. Essa transformação terá que ser feita, e está sendo feita, por etapas, e obriga a uma política de readaptação e racionalização que supera em urgência a necessidade de novas linhas.

A função pioneira das ferrovias passa, assim, a ser exercida em grande parte pelos transportes rodoviários e aéreos. Inverte-se o problema, pois as novas linhas não irão mais despertar as fontes econômicas, mas ao contrário, o fortalecimento dos recursos ao longo das velhas linhas, pela revitalização das terras e aproveitamento industrial dos elementos regionais, poderá até certo

ponto evitar a decadência das empresas e sustar o movimento das encampanções forçadas.

73. A partir de 1941, a política ferroviária nacional tomou a orientação orgânica que se fazia indispensável. Com a criação do Departamento Federal de Estradas de Ferro, dotado de atribuições mais amplas do que o anterior órgão fiscalizador, foi possível uma tentativa de articulação geral, visando reabilitar o parque ferroviário, melhorar as linhas no seu traçado e super-estrutura, projetar a padronização do material e as ligações essenciais na rede existente.

Embora não faltasse orçamentos discriminados, em complemento de estudos esparsos em todas as organizações, públicas e privadas, por algum tempo oscilou a escolha do financiamento entre as verbas orçamentárias, as taxas de destino especial, e por fim, a constituição de um fundo ferroviário.

74. A situação atual é que os recursos destinados à renovação e ampliação de nossas linhas são os provenientes do Fundo instituído pela Lei n.º 1.272-A, de 12 de dezembro de 1950.

A principal vantagem do novo regime de financiamento é permitir maior estabilidade na execução dos planos, e ordenar melhor os gastos, pela centralização da direção e controle das aplicações.

Mas o elevado vulto dos orçamentos em relação às possibilidades normais obrigou a multiplicar as fontes legais de recursos, que são nada menos de quatro de natureza diversa: — a) taxas de melhoramento e renovação patrimonial; b) imposto único sobre minerais e energia elétrica; c) imposto sobre carvão de pedra importado; e d) contribuição de melhoria relativa às estradas de ferro.

Fugindo à boa técnica financeira, a constituição do fundo por tais meios — que nem todos têm direta relação como objetivo a que se destinam — veio privar investimentos igualmente importantes de recursos de financiamento que lhes seriam mais logicamente adequados.

O imposto único sobre minerais e energia elétrica, adotado pelo art. 15 da Constituição, deveria ser, respeitando-se o texto desse artigo, aplicado aos planos de aproveitamento de energia e de minerais, do que tem sido feito com o imposto único sobre combustíveis líquidos e lubrificantes para a ampliação e melhoramento das rodovias. Aproveitando-o para fins ferroviários, a lei rompeu a ligação justa entre a aplicação do imposto e as regiões que, pelo seu trabalho, fornecem os recursos, pois a maior parte, delas não poderá receber benefícios em serviços ferroviários.

75. De um modo geral, mesmo que se consiga guardar a relação perfeita entre as taxas formadoras de fundos especiais e os serviços, bem como entre as regiões ou classes que contribuem e as que gozam dos benefícios, o Conselho Nacional de Economia não prestigia, em conclusão de seus estudos, a multiplicação de "fundos específicos" como meio de financiamento de planos de desenvolvimento ou recuperação. Não é aceitável que a dosagem das obras ou investimentos se faça pelos recursos recolhidos, pois a oportunidade e o vulto de cada operação a realizar dependem de variações assimétricas com as do crescimento do fundo. Assim, também, outros fundos constituídos, em estâncias entre si, não podem vir em auxílio ao que esteja em *déficit*. A acumulação de fundos específicos desfalca o orçamento dos recursos para investimentos em distribuição racional, oportuna e orgânica.

76. É justo, pois, concluir que, apesar de já fixada em lei, a forma de financiamento do melhoramento ferroviário não seja considerada em fase encerrada. Conviria, como aliás é de regra em todo o planejamento em evolução, a revisão do esquema, sem fazê-lo sair da linha mestra em que foi assentado. O Departamento Nacional de Estradas de Ferro, que possui, desde 1944, uma Seção de Estudos Econômicos ao lado de outra de Estatís-

ticas, está perfeitamente aparelhado a executar a função coordenadora de programas, que lhe foi atribuída, e bem assim cabe-lhe preparar a regulamentação da Lei n.º 1.272-A, de 12 de dezembro de 1950, examinar a sua aplicação, e propor as possíveis modificações ao processo de financiamento.

Mas a graduação e coordenação dos investimentos não podem ser projetadas isoladamente. Somente são elas possíveis, se tomados em conjunto os recursos disponíveis e considerada a situação real do momento.

77. Assentadas as bases do desenvolvimento industrial numa política de transportes e energia, à qual o Estado deverá dar prioridade na aplicação dos recursos de financiamento, público e privado, de origem nacional e vindos do exterior, convém atender a uma outra importante condição para o êxito das indústrias que irão despontar.

A produtividade individual terá que ser continuamente levantada para que, com o aumento do salário, cada hora de trabalho corresponda a maior produção.

Receber mais, trabalhando ou produzindo menos, não é o caminho para o engrandecimento nacional. O que interessa ao indivíduo que trabalha é poder estender o seu consumo, em quantidade ou variedade, ou poupar mais.

Aritmeticamente, para o trabalhador seria o mesmo ganhar mais 10%, ou gastar menos 10%, na mesma base de salário. Mas as conseqüências econômicas, que sobre ele pesariam, são diferentes. O aumento de salário nominal generalizado se traduziria, mais adiante, em aumento de preços. E, ao contrário, a redução dos preços não significaria a perda de parte do salário, mas o aumento de consumo ou de poupança.

É, assim, do interesse geral, não o aumento direto e periódico do salário nominal, mas o acréscimo da produção individual que corresponde a esse salário, para que assim se reduza o custo da produção. No Brasil, a margem do aproveitamento do braço ou do esforço individual é muito larga. Com o melhoramento das disposições físicas, com a instrução e com o estímulo da remuneração proporcional ao esforço, o mesmo braço munido da mesma aparelhagem pode produzir mais e melhor.

A política social não deveria perder de vista a necessidade de concorrer para o aumento da produtividade individual. O decréscimo constante dessa, que se vai notando, é um dos mais sérios obstáculos à industrialização nacional.

A atenção do Governo em empregar (e animar no mesmo sentido as empresas privadas) os meios apropriados a elevar o valor da contribuição humana na produção será paga em substância econômica acrescida ao produto, em menor custo, melhor qualidade e acabamento, e contínuo aperfeiçoamento técnico.

Além da instrução geral e profissional, que venha avolumar a classe dos trabalhadores especializados, é de importância para o melhoramento do processo produtivo o adexramento nas modalidades e técnicas de trabalho. Essas transmitem-se entre os artífices muitas vezes na família, e supõem estabilidade no ofício e no emprêgo. Uma boa política social concorreria para melhorar as condições de permanência na profissão e estimularia o aperfeiçoamento da habilidade individual.

78. Temos insistido em recordar a importância de promover a instalação de fontes de energia, melhorar e racionalizar os transportes e, por fim, de articular a política social com o rendimento e aperfeiçoamento da qualidade da mão de obra — porque são esses os setores a que o Governo deve dar decidida prioridade nas suas diretrizes de levantamento do nível de industrialização.

Assim, estará preparando o terreno para a criação de indústrias prósperas e sólidamente fundamentadas, no âmbito da iniciativa particular. Pois não

queremos significar que, naqueles setores, a ação pertença exclusivamente ao Estado. Este intervirá quando se mostrem desinteressados os capitais privados ou se possam criar monopólios prejudiciais ao interesse geral, ou se trate de serviço público característico. Sempre, porém, a ação orientadora do Governo deve se fazer presente, pois aí está a chave do desenvolvimento do país.

Garantidas essas condições básicas, as indústrias seguirão com segurança o movimento ascensional que a própria situação do país lhes permitirá.

Cabe, porém, um reparo sobre a ação estimuladora e, por vêzes, realizadora do Estado nas indústrias básicas, que são as que criam ou alimentam outras indústrias. Elas executam alguns tipos de primeira transformação, fornecem as variadas qualidades de aço, os metais leves, os produtos químicos industriais, os adubos, e outros de semelhante natureza.

Sem dificultar a ação particular, de qualquer origem e sob qualquer forma, o Estado terá a seu cargo traçar um programa para a criação e a articulação desse setor de indústrias de base, e quando necessário, se associará à sua organização. Essa é a política ultimamente seguida no Brasil, e a de todos os países em busca de maior desenvolvimento industrial.

79. Não entraremos, nesta exposição, em maiores detalhes sobre o programa industrial que convém ao país. Apenas nos deteremos em alguns princípios de ordem econômica, que não podem ser esquecidos em qualquer planejamento.

O ritmo da expansão não poderá deixar de obedecer às condições estruturais da economia do país e, por conseguinte, não seria possível acelerá-la além de certo limite, mesmo com o reforço de fatores vindos do exterior.

O primeiro ponto a esclarecer, a esse propósito, é o verdadeiro sentido da proteção a ser dada ao desenvolvimento industrial. Certamente é indispensável uma proteção racional, tarifária ou de outros tipos: mas, para fortificar e expandir a indústria em geral não nos bastaria protegê-la contra os artigos de importação. Seria isso uma ilusão perigosa para a expansão das nossas indústrias. E' preciso que, ao lado da defesa fiscal, lhes sejam asseguradas condições de vitalidade, e que um conjunto de medidas positivas promovam a criação e o fortalecimento das atividades industriais, novas ou existentes. Tais sejam as que se destinam a favorecer o encaminhamento dos fatores da produção, promover e estimular os investimentos, e organizar o crédito seletivo, medidas essas que serão especialmente tratadas no Capítulo IV.

80. A proteção pelas tarifas de importação, que é no momento objeto de estudos do Governo visando à reforma do sistema em vigor desde muitos anos, é um dos processos clássicos de defesa que, mal orientados, poderão também produzir efeitos negativos, e trancar o desenvolvimento em lugar de facilitá-lo.

Sendo o seu objetivo principal o desenvolvimento econômico, alcançará, também, indiretamente, o de melhorar o padrão de vida geral, desde que a indústria nacional consiga produzir buscando preços mais baixos em benefício do mercado interno e promovendo maior variedade de nossas exportações.

Não acreditamos em resultados positivos que justifiquem qualquer pretensão fiscalista na reforma tarifária em estudo; pois a finalidade econômica que lhe convém dar poria fora do campo desse acréscimo os combustíveis, matérias primas, bens de consumo destinados às classes populares e bens de produção para as indústrias e agricultura.

Mas, mesmo considerada em seu sentido protecionista, a arma tarifária por si só é ineficiente. Refletida sobre o campo econômico interno, ela não estimularia assás a crescente produtividade, o aperfeiçoamento da qualidade, a busca de tipos peculiares ao consumo nacional, e a preferência para os que sejam capazes de, eventualmente, competir no mercado exterior.

O proteccionismo efetivo exige, não apenas o instrumento tarifário, mas um conjunto de medidas, que se enquadram numa nova técnica, capaz de enfrentar os processos protecionistas de outros países e contornar as tortuosas complicações de intercâmbio, o qual, apesar de suas atuais rêsdes de tratados bilaterais, não deixa de visar à necessidade de ampliação do comércio mundial.

81. E' condição de todo o planejamento, seja qual fôr o grau de compressão da liberdade individual a que a pré-determinação de um esquema venha obrigar, a definição clara de um objetivo principal ou, melhor ainda, de um objetivo "final". O desenvolvimento industrial seria, no caso do Brasil, o processo mais eficaz para alcançar o objetivo do momento, que é o levantamento do nível econômico e cultural da população.

Mas, sendo o meio rural aquêle em que vive cêrca de setenta por cento dos habitantes do país, e ocupando-se o homem do interior mais especialmente da agricultura, é indubitável que a estagnação dessa forma de atividade seria fatal a qualquer progresso. A industrialização terá que concorrer para melhorar as condições da vida rural, e não se deverá processar em prejuízo dessas atividades rurais.

Por outro lado, o desenvolvimento do setor agro-pecuário, não sendo em si mesmo um fim, terá que contribuir para o levantamento do padrão da zona rural e não sômente objetivará o aumento da produção. O objetivo final é melhorar o elemento humano, e dar-lhe mais favoráveis condições de vida e de trabalho. Em complemento a êsses esforços, vem o de conservar e melhorar a riqueza do solo e os recursos da natureza.

Nessa base, as atividades rurais estão necessitando de uma série de reformas. E a primeira delas está na mudança do próprio processo de trabalho. Temos seguido a rotina traçada pelos primeiros exploradores do solo, e continuamos a devastá-la e a empobrecê-la, com as derrubadas, queimas, culturas exaustivas, abandono das terras cansadas, provôcação de erosões, e outros meios de delapidação. O resultado dessa mentalidade primitiva é o desaparecimento da fertilidade, a esterilidade e a formação de futuros desertos.

Chegou, pois, o momento de realizarmos uma campanha nacional, para pôr fim a essa fase depredatória.

Sem entrarmos nos detalhes do problema que estamos caracterizando, diremos apenas que a atual crise da falta de abastecimento dos centros populosos está profundamente ligada a essa desorganização da produção agropecuária, que começa no irracional uso da terra e termina na defeituosa distribuição ao consumidor.

O afastamento cada vez maior entre as zonas produtoras de cereais e os pontos de consumo gera, no presente, grandes entraves ao abastecimento das cidades próximas ao litoral. O transporte ferroviário, já de si ineficiente, suporta o ônus de grandes distâncias sem produção. E, enquanto assim se complica a chegada dos gêneros às capitais populosas, estas crescem em número de habitantes e em capacidade individual de consumo.

82. Em face dessa situação, o problema nacional da organização das atividades rurais está exigindo as mais urgentes medidas, e não se pode deixar de dar-lhe uma alta prioridade na política econômica a seguir. Sem detalhar os pontos vários a serem incluídos nessa política, cremos, no entanto, que nos cabe recordar que sômente se poderá chegar a resultados reais com o emprego conjunto dos meios de que dispõe o Governo, não só no próprio setor agrícola mas também nos demais setôres econômicos, conforme indicado nos diversos capítulos desta exposição.

Entre os tópicos que estão sendo objeto de sugestões, para o progresso da agricultura, acreditamos que merecem mais especial atenção:

- a) o desenvolvimento da assistência técnica para melhorar a cultura da terra e a defesa dos rebanhos;
- b) a produção e a distribuição de fertilizantes de várias composições, químicos e orgânicos;
- c) a segurança de preços mínimos, quando se fizer necessária;
- d) as facilidades de escoamento, o armazenamento e transporte eficiente;
- e) a expansão de crédito especializado, atingindo diretamente o produtor, por meio de um sistema gradativo de desconto;
- f) por fim, a organização das associações rurais, dando aos produtores consciência de sua maior resistência quando unidos e em cooperação.

83. Somente por meio de providências desse tipo poderá ser conseguida a grande transformação agrária no Brasil, que depende mais de uma real mudança de processos em bases técnicas, do que de reformas sociais de efeitos duvidosos.

A mecanização das atividades agrícolas, sendo medida de urgência para corrigir a baixa produtividade do trabalhador rural, deve ser enfrentada em todas as partes que a constituem, inclusive a fabricação nacional dos implementos e máquinas apropriadas. Ela será o fruto da própria evolução da vida rural, pois não se poderá tornar efetiva sem um levantamento geral do nível de eficiência e a organização da agro-pecuária em seu todo.

84. Nesse panorama da economia do Brasil em expansão, apreciamos apenas os seus aspectos gerais, a fim de colhermos os lineamentos de uma sã política econômica, cujo traçado não pode deixar de ser a consequência da visão superior dos fenômenos, com abstração dos casos puramente regionais ou pertencentes a setores limitados.

Dentro dessas amplas linhas move-se o sistema de atividades do país. Os problemas regionais, embora de grande importância, e muitos exigindo inadiável solução, dependem, em última análise, de uma boa organização estrutural e de um funcionamento equilibrado do conjunto da coletividade nacional.

CAPÍTULO IV

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E POLÍTICA MONETÁRIA

85. Costuma-se dizer que, quando o aumento da produção de mercadorias e de serviços corresponde ao acréscimo de meios de pagamento, não há tendência à inflação. No curso, porém, da presente exposição tivemos o cuidado de fazer nitidas distinções quanto à natureza dos produtos que afluem ao mercado, deixando, pois, implícita a inferência do erro que pode haver nessa generalização.

86. Se os bens de produção se destinam ao suprimento imediato de mercadorias de consumo genérico, o acréscimo da renda, distribuída sob a forma de salários, ordenados, lucros relacionados com a elaboração desses bens de produção, é desde logo contrabalançado com o adicionamento de gêneros alimentícios, vestuário ou artigos análogos; neste caso, não há uma tendência à inflação. Se, entretanto, os equipamentos forem destinados à construção de uma estrada ou de uma fábrica, durante o longo prazo de realização do empreendimento haverá acréscimo de distribuição de renda, sem o correspondente aumento de bens de consumo, que só afluirão ao mercado no futuro.

87. Nas próprias diferenças a mais do valor das exportações, temos os efeitos econômicos similares aos dos investimentos. Em 1950, a diferença de valor do café exportado foi de 4 bilhões de cruzeiros, e, em 1951, só no primeiro semestre, a diferença foi de mais de 3 bilhões de cruzeiros, sobre igual período do ano anterior.

Se as margens adicionais das exportações fôsem contrabalançadas com a importação imediata de bens de consumo, complementares ou substitutos de mercadorias produzidas no país, não haveria tendência pronunciada à inflação. Sucede que, no louvável propósito de intensificarmos as importações de equipamentos e de combustíveis, estamos reduzindo a entrada de bens de consumo, com o fim de preservarmos, tanto quanto possível, o equilíbrio de nossa balança de pagamentos. Com esse processo, porém, não deixamos de introduzir um elemento de propulsão inflacionária. Se, de um lado, distribuímos maior soma de renda, estimada em 1951, em cinco bilhões de cruzeiros, somente no que diz respeito ao café, por outro, não realizamos o suprimento adicional de bens de consumo, que o aumento da capacidade do mercado exigia.

Não resta dúvida de que favorecendo a entrada de equipamentos há a contribuição para a futura expansão da oferta de bens de consumo. Mas, evidentemente, tal expectativa não é suficiente para evitar o mal estar social do presente (42).

88. Para que não haja falta de balanceamento entre o acréscimo de distribuição de renda e o de bens de consumo, é de primordial importância que investimentos anteriores tenham dotado os meios da produção, notadamente os de bens de consumo genérico, da necessária flexibilidade, de modo a permitir a expansão da produção, sem aumento de custo.

A expansão continuada da economia depende, pois, do encadeamento ou da hierarquia dos investimentos. Se cessarem os investimentos, no presente, o acréscimo de produção, originado de investimentos passados, tornar-se-á excessivo e, assim, provocará prejuízos. Fatores de produção deixarão de ser utilizados, o que, em outros termos, significa falta de distribuição de renda e, portanto, ausência de consumo para fazer face ao acréscimo de produção de investimentos anteriores. Por outro lado, se se verificar a realização de investimentos, sem que haja a necessária flexibilidade da produção de bens de consumo, garantida por investimentos passados, a distribuição da renda relativa aos investimentos presentes forçará a elevação de preços dos bens de consumo, com graves repercussões econômicas e sociais.

89. No capítulo III, em que se aprecia o desenvolvimento econômico, ficou evidenciada a influência de investimentos fundamentais em nossa economia. É enorme a carência nos transportes e na energia, o que torna acentuada a inflexibilidade da produção em geral e, particularmente, a de bens de consumo. Cumpre-nos, pois, estabelecer uma hierarquia nos investimentos com o fim de dar preferência àqueles que possam propulsionar, de maneira mais ampla, o conjunto das atividades econômicas. Esse impulsionamento, além de corrigir o atual desequilíbrio entre a produção e o consumo, especialmente de bens de consumo genérico, permitirá a realização de investimentos de curto e de longo prazo, num progresso equilibrado.

Não há dificuldade em fixar-se a seleção dos investimentos de precípua urgência: são os transportes, na plenitude de sua significação econômica e comercial, e a energia, no conjunto de suas modalidades, ambos, em interde-

(42) As conferências proferidas pelo Professor Ragnar Nurkse, no princípio deste ano, a convite da Fundação Getúlio Vargas, são muito oportunas, notadamente aquela em que ele correlaciona a distribuição da renda, originada do acréscimo de exportação, com os objetivos do controle da importação. Ver, também, o parágrafo 4º, do Anexo IV.

pendência com outros empreendimentos correlatos. Assim, ao falarmos em transporte não nos referimos apenas às possibilidades do deslocamento de mercadorias, de um ponto para outro e sim à preservação, padronização e colocação das mesmas nos mercados consumidores; à coordenação dos meios de comunicação pelas diferentes vias e segundo as épocas de escoamento. Bastam essas considerações para evidenciar que se não trata de uma hierarquia absoluta em favor dos transportes e da energia, e sim de uma prioridade que se conjugue com outros investimentos, capazes de contribuir para a estabilidade do nível de preços dos bens de consumo genérico.

90. As considerações feitas demonstram a estreita interdependência entre a política de investimentos e a política monetária. Se facilitarmos o acréscimo de meios de pagamento em favor do aumento geral da produção, abrangendo indiscriminadamente todo e qualquer investimento, torçaremos a alta dos preços em vez de contribuímos para a sua baixa. Se restringirmos os meios de pagamento, sem a devida seleção, arriscaremos a dificultar a realização de empreendimentos capazes de proporcionarem um rápido afluxo de bens de consumo ao mercado.

91. A seleção de crédito, na esfera bancária, só pode atingir a um nível de eficiência se houver um programa, bem definido, de política de investimentos.

Seria muito desejável que os Governos, federal e estaduais, as organizações autárquicas e as empresas particulares pudessem, em ação conjunta, adotar uma hierarquização de investimentos, a par das seguintes medidas de ordem monetária:

- a) restabelecimento do crédito público;
- b) regulamentação do crédito bancário;
- c) caracterização do imposto de renda como medida fiscal e monetária;
- d) conjugação da política cambial, do comércio exterior e das tarifas alfandegárias com a política de investimentos e a política monetária.

a) *Restabelecimento do crédito público*

92. O lançamento de empréstimos por meio de subscrição pública, não ignorado no Brasil, noutros tempos, está hoje completamente esquecido. Desde que se descobriu o cómodo processo de sacar contra o Banco do Brasil, deixando a essa instituição de crédito o encargo de vender os títulos do Tesouro em Bolsa, o crédito público muito decaiu. Ultimamente, ainda se agravou mais a situação. Diante do vulto e freqüência dos adiantamentos ao Tesouro, viu-se o Banco na contingência de apelar para o recurso mais rápido do auxílio da Carteira de Redescontos. E, desse modo, desapareceu, por completo, o apêlo ao crédito público.

E' explicável o receio que têm nossos Ministros da Fazenda de recorrer aos empréstimos públicos. Quando pensam nesse meio de financiamento procuram aparelhar-se de um instrumento ostensivo ou velado de subscrição compulsória, ligando-o ao imposto de renda, como foi feito com as Obrigações de Guerra.

93. Mas o mal da obrigatoriedade não reside propriamente na subscrição forçada e sim na pouca vontade do subscritor de conservar o título que o Governo lhe impõe. Cogita, por exemplo, o Governo, de adotar um imposto adicional de renda, durante o prazo de cinco anos, no fim do qual entregará ao contribuinte títulos em valor correspondente ao imposto cobrado. A idéia é engenhosa, mas não deixa de conter o inconveniente da compulsoriedade da aquisição de títulos que, recebidos em bloco, ao fim do período, poderão determinar uma venda abrupta, com graves repercussões no mercado e, portanto, com nefastas conseqüências para o crédito público.

Ao adotar-se a combinação do imposto com a cessão de títulos de dívida, é preciso que o Governo seja autorizado a fazer uma entrega em consonância com a cotação dos mesmos em Bolsa. Se os contribuintes se mostrarem ávidos na venda das Obrigações do Tesouro, em Bolsa, o Governo não as cederá, facilmente, a seus titulares.

Numa época de inflação como a que estamos atravessando, o levantamento de recursos por meio de impostos é o mais aconselhável e, portanto, as restituições em títulos das somas arrecadadas constituem uma liberalidade, mesmo que a devolução se faça em quantias diminutas e espaçadas. Mas o fundamental é preservar a cotação dos títulos do Tesouro: aí reside toda a força do crédito público.

Desejariamos acrescentar que o imposto adicional de renda, a ser restituído em títulos, não afasta a possibilidade do lançamento imediato do empréstimo, em doses adequadas. É possível mesmo que chegássemos à conclusão da desnecessidade do prosseguimento da medida compulsória. Todavia, para alcançarmos esse resultado, deveríamos seguir uma política diferente no que diz respeito aos recursos da previdência social e dos seguros, em geral.

94. As aplicações de disponibilidade em títulos do Governo não representam, propriamente, um investimento. As "Letras do Tesouro" e mesmo as "Apólices" têm a característica de expressar um meio termo entre a disponibilidade líquida em dinheiro e a aplicação em ativo de difícil realização. E', portanto, uma reserva por excelência.

95. Não é por capricho ou por espírito monopolístico, de caráter estatal, que a legislação dá preferência aos títulos do Governo na aplicação de capitais que pertencem a menores ou integram as reservas, relacionadas aos seguros. E' que, em todos esses casos, transparece a natureza da reserva de recursos para seus beneficiados.

O mesmo ocorre com as Caixas Econômicas. Seus clientes, ao depositarem suas economias, não fazem, pessoalmente, investimentos. Formam reservas para aplicações posteriores, no consumo de bens duráveis, na remuneração de serviços mais dispendiosos ou na obtenção de ativos imobilizáveis. Conseqüentemente as aplicações das Caixas Econômicas devem, em princípio, ser da mesma natureza. Dai o motivo porque a principal aplicação das disponibilidades das Caixas Econômicas deveria ser em títulos públicos.

As Companhias de Seguro e de Capitalização, as Caixas Econômicas e as Instituições de Previdência, ressalvadas as respectivas peculiaridades, são em toda a parte, e não há motivo porque não o sejam em nosso país, os subscritores sistemáticos dos títulos do Governo Federal (43). Com esse apólio, mais ou menos certo, o Governo dispõe de uma base de lançamento, que poderá ser ampliada de acordo com as condições do mercado. Aquilatando, portanto, as possibilidades de subscrição, o Tesouro, através da rede bancária, poderá, não só ir lançando seus títulos, como procurará sempre defendê-los, mediante compra em Bolsa, quando verificada uma tendência à baixa.

96. Dado o longo período que atravessamos sem o recurso ao crédito público, não poderemos restabelecê-lo em emissões substanciais. A marcha terá que ser gradativa e por isso mesmo, cabe ao Governo a tarefa de enfrentar uma fase de lançamentos de impostos para a cobertura de despesas de investimentos.

(43) O Tesouro, em atenção à peculiaridade dos serviços sociais, a cargo das Instituições de Previdência, poderia, para as mesmas, fazer um lançamento a tipo especial. 90, a juros de 5% por exemplo, o que representaria para as Instituições um juro de fato de 5.5%.

Por outro lado, se o Governo dividir hábilmente a responsabilidade financeira dos empreendimentos, atribuindo-a a particulares, mediante uma revisão de sua política de serviços públicos, conforme sugerimos no Capítulo III, os encargos não serão muito grandes e, em breve, teremos alcançado uma situação financeira bem mais sólida para o Tesouro Federal com reais proveitos para o progresso econômico do País.

b) *Regulamentação do Crédito Bancário*

97. O simples registro da estatística bancária demonstra a expansão de crédito verificado de meados de 1950 a 1951 (*).

(*) Dados obtidos pelo S.E.E.F. do Ministério da Fazenda.

(Milhões de Cruzeiros)

	BANCO DO BRASIL		OUTROS BANCOS	
	Julho 1950	Julho 1951	Julho 1950	Julho 1951
	Empréstimos em c/corrente	28.551	35.845	18.390
Letras descontadas	3.404	5.781	27.553	37.160
TOTAIS	32.955	41.626	45.943	58.582

Totais gerais (em milhões de cruzeiros):

1950 77.898
 1951 100.208

Houve, como se vê, um aumento de 22 bilhões de cruzeiros nos empréstimos e descontos.

98. Os balancetes do Banco do Brasil acusam uma redução no valor dos empréstimos a partir de agosto do corrente ano. Mas, é diminuição de ordem contábil. O que se verifica é a eliminação de rubricas, compreendidas na encampação das emissões de papel moeda (44). Para têrmos uma idéia mais nitida da evolução do crédito do Banco do Brasil no ano em curso é preferível excluir as aludidas somas e concentrar a atenção nas rubricas constantes do quadro a seguir.

99. Se considerarmos alguns Bancos particulares, verificaremos os seguintes resultados expansionistas:

SALDOS DE ALGUMAS CONTAS DE EMPRÉSTIMOS DO BANCO DO BRASIL NOS
MESES ESPECIFICADOS

Saldo em fim de mês — Cr\$ 1.000.000

Empréstimos	SALDOS	
	Em 31/XII/50	Em 29/IX/51
Ao Tesouro Nacional		
Saldo das contas de arrecadação e des- pesa do exercício	42	—
A governos estaduais	1.237	2.308
A governos municipais	53	65
A governos municipais (financiam.)	565	—
A outras entidades públicas	35	66
A autarquias	1.255	1.535
A bancos		
Por conta de Caixa de M. Econ.	2.408	2.119
Por conta própria	131	145
Agrícolas	1.130	2.412
Agro-Industriais	920	41
Pecuários	2.888	3.209
Agro-pecuários	21	22
Industriais	1.287	2.742
Em letras hipotecárias	18	19
Sobre produtos agrícolas decorrentes de con- tratos c/o Gov. Federal	12	8
De financiamento ao público	569	17
A exportadores e importadores	223	342
Em conta corrente ao público	3.602	5.294
Caixa de Empréstimos aos Func.	59	58
Titulos descontados		
A governos estaduais	—	542
A autarquias	—	21
A bancos	404	229
Ao público	4.173	6.347
Total	20.042	27.551

(44) Há alguns anos que o Tesouro devia ao Banco do Brasil o deficit do exercício de 1946, no valor de 1.046 milhões de cruzeiros e os saldos em libras, adquiridas pelo Banco,

MOVIMENTO DE ALGUMAS CONTAS DOS BANCOS COMERCIAIS

NOS MESES ESPECIFICADOS — 1951

Saldo em fim de mês — Cr\$ 1.000.000

Especificação	SALDOS (*)	
	Em 31/I/51	Em 31/VIII/51
Empréstimos e descontos :		
Empréstimos	9.779	10.970
Descontos	16.411	18.357
Total	26.190	29.327
Dépósitos :		
A prazo	7.337	8.366
A vista	23.022	23.426
Total	30.359	31.792
Caixa :		
Dépósitos bancários		
Do Banco do Brasil	2.832	2.284
Na Sup. da Moeda e do Crédito	472	511

Fonte: — Revista Bancária Brasileira.

100. Em face das estatísticas bancárias, não podemos deixar de reconhecer a existência de uma expansão de crédito.

101. Obviamente, na fase que estamos atravessando, o crédito agrícola é o menos susceptível de restrições, o que, de forma alguma, implica em concessões de empréstimos que sustentem a elevação dos preços, conforme foi feito com o arroz no Estado do Rio Grande do Sul, e, de maneira mais ostensiva e genérica, com o café. Quanto ao último é de reconhecer-se o ponderável argumento da necessidade que teve o Governo de manter o preço do café no exterior. Não desconhecamos, porém, que assim procedendo muito contribuiu

por conta do Tesouro. A fim de fazer face a esse desembolso e a vários outros adiantamentos de retorno indefinido, o Banco apelou para a Carteira de Redescontos, onde ficou devedor no montante aproximado de nove bilhões de cruzeiros. Mediante recente autorização do Legislativo estabeleceu-se um encontro de contas: o Tesouro deixou de dever ao Banco do Brasil e esse à Carteira. A grande massa dos consumidores é que está pagando essa dívida em face da alta continuada dos preços, provocada pelo aumento desse crédito, alimentado sistematicamente pela Carteira de Redescontos. O vulto dos redescontos tornou-se tão elevado que não se poderia, de fato, adotar outra solução a não ser a da encampação. O retorno dessa massa de dinheiro seria de exequibilidade impossível.

(*) Saldo consolidado de 23 Bancos Comerciais, dos quais 12 do Distrito Federal e de São Paulo, 5 de Minas Gerais, 2 do Rio Grande do Sul e 4 agências do Distrito Federal de bancos estrangeiros, perfazendo em média 48% do total das mesmas contas de todos os Bancos Comerciais.

para agravar a inflação, pela falta de uma medida complementar de absorção de meios de pagamento.

102. A regulamentação do crédito, na presente fase, pode ser assim resumida :

a) prosseguir na concessão de crédito, sem reduções no caso de operações de curto termo e não renováveis, ligadas ao suprimento de mercadorias de consumo genérico;

b) generalizar o crédito destinado ao preparo do plantio e nas entre-safras sem contribuir para a valorização dos bens penháveis e também, por outros meios indiretos, apoiar a manutenção dos preços no presente nível;

c) diminuir o crédito para acelerar a redução de estoques anormais salvo de materiais estratégicos vendidos a preços controlados.

103. Em nenhuma das medidas sugeridas falamos no aumento das taxas de juros. São tão altas as taxas em vigor que, mesmo dentro da relatividade das circunstâncias, a ninguém ocorrerá sugerir essa medida.

Aproveitamos a oportunidade para frizar que, em parte, o exagêro das taxas de juros de empréstimos e de descontos é institucional. Se os bancos não pertissem, todos eles, de um nível mínimo de remuneração de depósitos, que é bem elevado, poderiam oferecer, nos estabelecimentos bem organizados, empréstimos a juros bem mais módicos.

Na verdade, não há motivo algum para o pagamento de juros aos depositantes. O depósito não é um investimento e nem mesmo uma reserva, salvo os casos de depósitos de evidente economia, como os depósitos a prazo de um ano ou os depósitos típicos das Caixas Econômicas. Bem andaria, pois, a Superintendência da Moeda e do Crédito se estudasse a gradativa supressão total de juros aos depósitos de movimento.

c) *Caracterização do Impôsto de Renda como medida fiscal e monetária*

104. O impôsto de renda já pode ser considerado, entre nós, a principal fonte da receita federal. Todavia êsse tributo é suscetível de importantes correções, no que diz respeito à equidade fiscal e à sobrecarga administrativa, pelo uso rotineiro de processos arrecadadores pouco racionais. No primeiro caso figura, destacadamente, a evasão legal ao pagamento do impôsto progressivo dos dividendos de títulos ao portador; no segundo, a obrigatoriedade de declaração para os que auferem remuneração exclusiva do trabalho, cujo impôsto poderia ser pago na fonte, a isenção para firmas individuais ou sociedades de exíguo movimento de negócios.

105. Alega-se que, não obstante a possibilidade de identificar-se o titular da ação ao portador no ato do reconhecimento de dividendos, sempre será fácil a evasão. É preferível, porém, enfrentar e combater essa fraude a fugir à dificuldade de sua presença, seja pela lamentável exclusão dos dividendos dos títulos ao portador de cômputo da renda global, seja pela eliminação legal dessa modalidade de título.

Se o impôsto proporcional sôbre dividendos de títulos ao portador — em substituição ao impôsto progressivo — for elevado, desaparecerá a vantagem da difusão do título, que é a razão econômica preponderante de sua manutenção. De fato, devemos estimular em nosso país a ampliação do número de portadores de ações, de molde a incentivar a multiplicidade de investimentos e de meios de captação de economias individuais. Prejudicaremos muito êsse movimento se adotarmos elevada taxação proporcional. Os dividendos não devem ser taxados na fonte. O impôsto há de ser pago por quem disponha de renda global taxável que, por sinal, conviria não chegasse ao limite de uma tributação de 50%, só justificável em países super-capitalizados.

Por outro lado, se a taxa proporcional na fonte for elevada mas não suficientemente alta para nivelar-se ao impôsto progressivo sôbre a renda

global, iremos favorecer o que há de mais condenável ou seja dar benefícios tributários a desconhecidos detentores de riquezas, que certamente, virão a concentrar maiores parcelas individuais da renda nacional.

106. Tão importante quanto seu aspecto fiscal poderá vir a ser o papel desse tributo como arma de caráter monetário.

Admitamos, para argumentar, que se julgue, mais ou menos satisfatório, para os efeitos de receita fiscal, o nível de 10% de taxa sobre a renda das pessoas jurídicas. Seria, então, estabelecida uma sobre-taxa que recairia sobre a diferença de lucros, de um ano para outro. Se, mediante provas satisfatórias, a empresa demonstrasse que o acréscimo de lucros era originado de aumento de produtividade técnica ou de racionalização de suas atividades e não do aumento de preço de venda de seus produtos, a sobre-taxa não seria cobrada ou, então, imposta apenas em parte.

Essa medida constituiria forte estímulo ao desenvolvimento da produtividade técnica, induziria à generalização do emprego da contabilidade de custo, de primordial importância para uma economia em expansão, e combateria a tendência que temos de preponderar mais para as valorizações do que para o aumento de produção.

d) *Conjugação do comércio exterior, do câmbio e das tarifas alfandegárias com a política de investimentos e com a política monetária*

107. Não atingiremos a uma coordenação satisfatória dos investimentos se deixarmos de integrar a política exterior no conjunto das medidas que o Governor venha a adotar em seu programa de desenvolvimento econômico.

Quanto mais pudermos ampliar a utilização dos fatores de produção, por meio da cooperação estrangeira, tanto menor será a premência de seleção dos investimentos e, portanto, menor será a complexidade da hierarquização do emprego dos fatores de produção disponíveis. A amplitude da disponibilidade dos fatores, proporcionada pela cooperação estrangeira, diminui a dificuldade da escolha dos investimentos que a escassez desses fatores impõe.

108. A função do comércio exterior não se limita à troca de mercadorias, isto é, à importação e exportação de produtos, mas inclui também a participação exterior no desenvolvimento da produção e do comércio, no território nacional. Entretanto, vemos, com pesar, perdurarem leis que não se coadunam com um regime de ampliação de disponibilidades de fatores de produção. Objetivam o louvável fim da preservação das riquezas contra a falta de visão ou a ausência de escrúpulo de empreendedores estrangeiros. São diplomas, porém, que atuam de maneira negativa. Em vez de regularem a cooperação estrangeira afastam-na, clara ou veladamente.

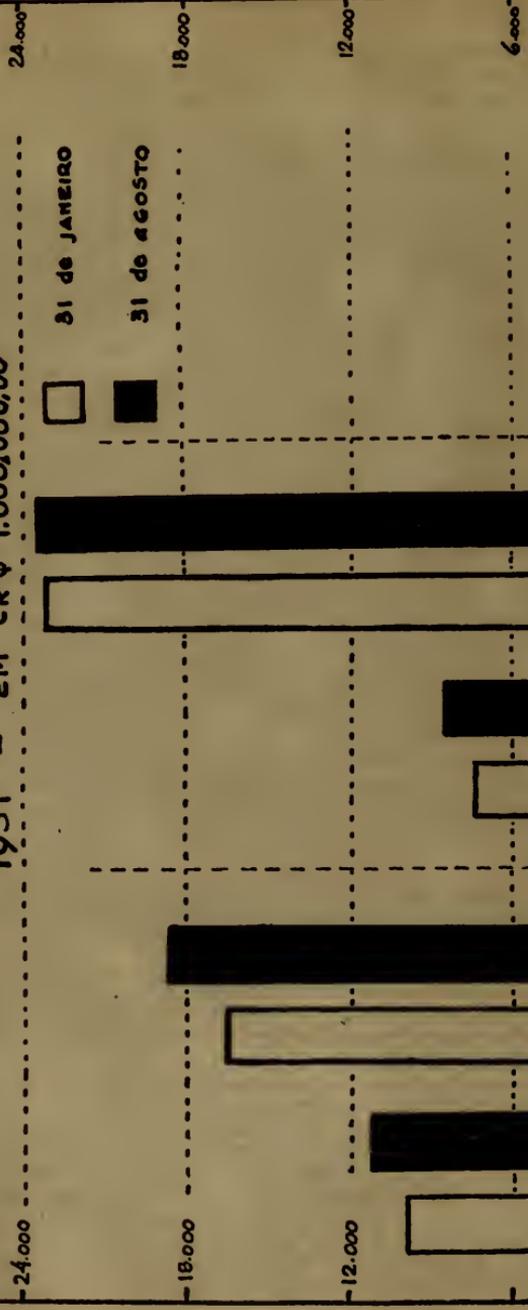
109. Convenhamos que a preservação da riqueza do país se alcança com a disciplina de sua exploração, que tanto pode e deve ser aplicável a estrangeiros quanto a nacionais. No Capítulo III, ficu mencionado que o rigor da disciplina dos serviços públicos não é incompatível com a aplicação remuneradora do capital privado.

110. A política de câmbio é parte inerente da política geral da participação estrangeira nos investimentos nacionais.

Temos reconhecido a necessidade de assegurar-se a transferência de lucros e o retorno de capitais estrangeiros aplicados no território nacional. Mas esse reconhecimento vem sendo prejudicado pela impossibilidade de efetivarem-se prontamente as remessas pleiteadas pelas empresas. Não nos devemos iludir sobre o caráter transitório de tais obstáculos, pois elas serão permanentes enquanto não procurarmos acelerar os investimentos destinados à produção daqueles artigos que pesam de maneira mais crescente e cada vez mais inflexível na soma de nossas importações.

MOVIMENTO DE ALGUMAS CONTAS EM BANCOS COMERCIAIS

1951 - EM CR \$ 1.000.000,00



EMPRÉSTIMOS E DESCONTOS DEPÓSITOS
 EMPRÉSTIMOS A PRAZO A VISTA DEPÓSITOS
 BANCO DO BRASIL SUP. MOEDA E CREB.

Estamos convictos de que, enquanto não atacarmos, enérgica e rapidamente, o problema da exploração do petróleo, tôdas as soluções na esfera cambial serão parciais.

111. Recentemente, o Governo, em Mensagem ao Congresso, solicitou fôsse concedida autorização ao Executivo para instituir o mercado livre de câmbio. Como pedido de autorização nada há a objetivar. Ao contrário, se a Superintendência da Moeda e do Crédito dispõe de plenos poderes para fixar a taxa de câmbio, deveria ter também o poder de adotar diferentes tipos do mercado quando as circunstâncias aconselharem o uso de tal discriminação. Aliás, o Brasil já perdeu bastante por não possuir faculdade discriminatória. A utilização dêsse poder, em determinada emergência, não pode depender de prévia votação de uma lei especial.

112. Em favor da instituição do mercado livre se alinham os seguintes argumentos :

a) incentivo à entrada de capitais estrangeiros que poderão contar com melhor conversibilidade do que com a taxa oficial e maior liberdade de remessas de lucros e de retôrno de capital;

b) normalização do mercado de câmbio para o turismo e viagens em geral.

A vantagem da entrada de capitais estrangeiros no território nacional reside em que se estabilizem no país e, também na razoabilidade da transferência de lucros, concordando o capitalista em reinverter parte dos frutos que auffer. Teríamos, então, por antítese, que a alegada conveniência do mercado livre é illusória. Na verdade, porém, a escassez de cambiais tem determinado restrições bem frisantes quanto à remessa para o exterior, o que vem determinando a intensificação do mercado negro. Segundo a lei em vigor, as emprêsas podem remeter lucros ou dividendos até 8% do valor do capital aplicado no território nacional, sendo o excedente transferível em parcelas de 20% por ano. O mesmo ocorre com o retôrno do capital. Ora, se essas condições de remessa estivessem sendo plenamente atendidas e se as solicitações para viagens não fôessem tão acentuadas, o Governo não teria necessidade de se preocupar com a criação de uma válvula cambial, para fazer tace a essa pressão de procura de câmbio.

113. Recela-se que a instituição do mercado livre possa fomentar, ainda mais, a evasão de câmbio na exportação e na importação, com o artifício da respectiva diminuição e aumento dos valores comerciados. Alega-se, ainda, que capitais poderão afluir através do mercado livre para depois determinarem a entrada de equipamentos por via do mercado oficial, o que constitui uma concorrência injusta contra o produtor que não esteja em condições de alcançar o mesmo prêmio pecuniário, ou seja o lucro monetário realizável por aquêles que dispuserem de recursos no exterior.

Embora êsses argumentos sejam destituídos de importância em alguns casos ou mesmo insubsistentes noutros em que preponderem nitidamente as vantagens econômicas para o país, os inconvenientes apontados são suficientemente sérios para requerer cuidados especiais. O mercado livre não deve ser adotado sem muita precaução e constante vigilância. E, acima de tudo, havemos de compreender que se trata de medida de emergência e, sobretudo, parcial. Outras providências não poderão deixar de ser seguidas, mesmo ampliadas. Assim, a Superintendência da Moeda e do Crédito instituiu um Registro de prioridade que nivela as remessas às transferências governamentais e officiosas. São concessões de câmbio dadas a emprêsas de utilidade pública que conseguem créditos de entidades particulares, no estrangeiro, a prazo médio e juros módicos. É uma maneira inteligente de aliviarmos as responsabilidades do Tesouro ou do Banco do Brasil e incentivarmos o reinício

de operações entre particulares, tão necessárias ao desenvolvimento econômico de um país, como o Brasil.

Sugerimos, então, como complemento dessa idéia, a inclusão no "Registro de Garantia de Remessa" da soma de dividendos, desde que se trate de empresa de utilidade pública e que a mesma aumente seu capital-ações, no estrangeiro e no território nacional, para ampliação de suas instalações. É uma maneira de incentivar o desenvolvimento do capital associativo, com lucros máximos prefixados pelo Governo e que, porisso, não sobrecarregam a balança de pagamentos. No caso de empréstimos, embora a juros módicos, há sempre a inflexibilidade das amortizações, que, mesmo na hipótese comum dos empréstimos de prazo médio, pesam bastante na balança de pagamentos.

114. O regime de licenças de importação colocou presentemente a política das tarifas alfandegárias em plano secundário, não obstante a grande inovação que se vem realizando no campo internacional. Os acordos multilaterais entre diversos países assinalam o elevado objetivo de impedir que modificações tarifárias sejam tomadas unilateralmente. Embora, desde o princípio do ano este Conselho se tenha preocupado com o problema, ainda não dispõe de estudos suficientes que o autorizem a esponder opiniões sobre as modificações a serem introduzidas em nossa tarifa, e seus resultados concretos. Estamos, porém, persuadidos de que o regime tarifário deveria integrar-se no de licenciamento da importação. Haveria a aplicação de tarifas adicionais quando se verificasse a necessidade de controle da importação de certos artigos, notadamente de bens de consumo.

115. O Executivo dispõe de autorização do Legislativo para restringir a importação de mercadorias quando, em consonância com os convênios internacionais, se verificar uma perspectiva de desequilíbrio na balança de pagamentos.

Demonstra, contudo, a experiência a necessidade de serem adotados diferentes meios de restrição, num regime de controle de importação. Assim, se o número de importadores for diminuto e possuírem contabilidade capaz de permitir a fiscalização do preço de venda, o estabelecimento de cotas é medida suficiente. Se, entretanto, o número de importadores for grande e o produto puder ser revendido no mercado, o contingenciamento não será bastante. Impõe-se uma medida fiscal complementar como foi sugerido no parágrafo 114.

Vejamos, por exemplo, o caso da restrição de bens de consumo. As condições de nossa balança de pagamentos têm exigido a restrição desses bens a fim de reservar-se maior cota de câmbio para a entrada de bens de produção, do combustível e de matérias primas. Essas delimitações dão lugar a movimentos especulativos no mercado interno que poderão ser combatidos se a margem entre os preços de compra e os de venda for, de certo modo, absorvida pela interferência fiscal.

116. A adoção da taxa múltipla de câmbio, ou sejam taxas diferenciadas, relativamente à importação de determinadas mercadorias, oferece o mesmo resultado. Mas, não obstante a facilidade de sua aplicação, teríamos que enfrentar as seguintes desvantagens de ordem psicológica :

a) As taxas diferenciadas determinam dúvidas quanto à manutenção da taxa oficial. E a desconfiança sobre a continuidade do câmbio oficial precipita a desvalorização da moeda.

b) Não se tratando de receita tributária, o Tesouro fica impossibilitado de lançar mão da mesma, a não ser que a considere lucro de operações de câmbio. Nesse caso, porém, surge o velho argumento do "confisco cambial", que é improcedente por se tratar, de fato, de um tributo sobre a importação e, portanto, sob essa forma deve ser lançado.

117. A política orçamentária já foi examinada no que diz respeito ao programa de investimentos, à tributação e ao crédito público. É de registrar-se, a esta altura, o louvável propósito do Governo de equilibrar o orçamento e principalmente de reabilitar o crédito público, pois o Brasil não pode prosseguir numa política de desenvolvimento baseada em emissões de papel moeda.

Outrossim, caberia, por sua oportunidade, a análise do entrelaçamento das políticas orçamentárias da União, dos Estados e dos Municípios. O assunto, porém, requer um estudo mais amplo, o qual ultrapasse os limites da presente exposição, que ficaram definidos no Preâmbulo. Desejamos, entretanto, desde logo, salientar a necessidade do exame da região onde se realizam as despesas públicas. Na vastidão do nosso território apresenta-se, às vezes, a concomitância de surtos inflacionários em determinados pontos, a par da visível queda de atividades em outros. A política orçamentária não deve guiar-se tão somente pelas flutuações cíclicas nos grandes centros, mas atender também à falta de paralelismo na evolução econômica das regiões em determinado tempo.

Ao encerrar a presente exposição anual, espera este Conselho ter cumprido o dever que a lei lhe impôs, prestando aos altos poderes da República a sua colaboração para o estudo e adoção das diretrizes de uma política econômico-financeira que, no momento, mais convenha ao Brasil.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1951. — *Alfredo Nasser*. — *Edgard Teixeira Leite*. — *Hamilton Prado*. — *Humberto Bastos*. — *João Pinheiro Filho*. — *Luis Dodsworth Martins*. — *Marcial Dias Pequeno*. — *Octavio Gouvêa de Bulhões*.

ANEXOS

ANEXO I

	1920	1940	1950
A) População	30.635.605	41.236.315	52.455.000
B) Produção	1928	1940	1950
1) Agrícola — 1.000 toneladas	15.690	43.354	64.653
2) Industr. — Cr\$ 1.000.000	1939 17.200	1946 23.018 (*)	
C) Energia e Combustíveis			
1) Energia Kw/h Cons. Rio — São Paulo	1930 875.051.273	1940 1.879.105.339	1950 4.929.354.798
2) Carvão — 1.000 ton. Produção Import.	1925 392 1.619	1937 1.336 1.149	1949 2.128 761
	2.011	2.485	2.889
3) Petróleo - imp. 1.000 ton. Gasolina Óleos (Fuel e Diesel)	1939 354.503 724.441	1946 602.771 810.712	1950 1.462.035 2.314.687
	1.078.944	1.413.483	3.776.722

(*) Deflacionado pelo índice do custo da vida da cidade de S. Paulo.

D) Transportes

1) Ferrovias	1940	1949
Transport. efetuado ton/km. por km. em traf.	177,2	202,3
2) Rodovias	1942	1949
Veiculos a motor existentes		
Passageiros	179.891	386.111
Carga	73.350	161.340

E) Comércio

	1921	1940	1949
1) Cabotagem - 1.000 tons.	1.084	2.968	4.016
2) Exterior - 1.000 tons.			
Importação (1920)	3.064	4.336	8.968
Exportação (1920)	2.101	3.296	3.819
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	5.165	7.632	12.787

ANEXO II

	Norte	Nordeste	Léste	Sul	Centro Oásste
1 9 4 6					
Área — % s/o total do Brasil	41.94	11.42	14.82	9.69	22.13
Densidade demográfica — Kts. Km2 (1950)	0.53	13.05	15.21	21.23	0.94
% s/a população total do país	3.62	24.13	37.90	31.33	3.02
Potência em Kw.	16.637	94.816	465.836	672.641	7.820
E. Ferro Km.	377	4.413	14.482	14.017	1.376
Exportação — % s/a exportação total do país (valor)	3.50	8.25	22.30	65.70	1.21
Importação — % s/a importação total do país (valor)	0.91	5.77	44.73	48.47	0.04
Área cultivada — % s/o total do Brasil — ha.	0.93	11.50	28.10	59.0	2.22
Número de pessoas que se dedicam à indústria (1940)	127.758	251.485	531.667	2.175.156	45.497
Número de pessoas que se dedicam à agricultura e à pecuária (1940)	217.885	2.031.634	2.719.953	549.739	645.817
Movimento Bancário (letras desc. c/c Depósitos e Empr. Cr\$ 1.000.000,00)	1.126	5.024	33.253	15.702	801
Receita Orçamentária (Federal, estadual e municipal Cr\$ 1.000.000,00 (1945))	313	1.189	6.789	7.062	146
Números de alfabetizados — % s/a população da Região (1940)	45.3	27.1	43.2	57.0	33.1

ANEXO III

Cotações mundiais — US\$ por 100 lbs.

a/ — CACAU

1938	1947	1948	Jan./ag. 49	out./dez.	Jan. jun.-1950	dez.	Abril/51
3,41	23,25	23,79	10,80	12,80	18,00	25,24	28,79

b/ — ALGODÃO

1937	1938	1947	1948	Jan./agt. 1949	out./dez.	Jan./jun. 950	dez.
11,30	8,40	26,00	30,60	33,00	31,40	30,90	63,70

Abril/jan. 1951

64,10 42,00

Produção e exportação brasileira de

a) CACAU

1.000 ton. — exp.	Produção	
1940	106	128
1	132	132
2	71	108
3	115	178
4	101	116
5	83	119
6	130	121
7	99	119
8	72	96
9	132	135
50	132	128

b) ALGODÃO

1940	224	468
1	288	503
2	154	376
3	78	496
4	108	592
5	164	378
6	353	377
7	285	346
8	259	319
9	140	395
50	129	421

ANEXO IV

1 — Os quadros I, II e III compreendem os bens de "consumo genérico", de "consumo restrito" de "investimentos" ou como geralmente se denominam, de "bens de produção".

2 — São bens de "consumo genérico" aqueles que por sua peculiar utilidade atendam praticamente a totalidade dos consumidores. São artigos de alimentação, vestuário e artigos análogos, que, estatisticamente, constituem a base do custo de vida de famílias de determinado padrão de vida, julgado característico numa coletividade, por sua frequência mais destacada.

3 — É reconhecida a falta de certos dados estatísticos, entre nós, e por isso, não será muito criticável a tentativa de se fazer uma estimativa no consumo dos "bens de consumo genérico", considerando os artigos constantes do Quadro I.

de G1 a G13, com todos seus defeitos. Constituem uma lista incompleta; são estatística de produção e não propriamente de consumo. Porisso mesmo, consignaram quantidades e valores que não são os verificados nos centros consumidores.

Dado, porém, que estamos interessados na situação relativa aos diferentes anos as objeções não oferecem tanto peso. A maior censura diz respeito a alguns valores de 1950 que, por falta de elementos informativos, são uma repetição dos valores de 1949. Mas, ainda ai, não há grave erro. De fato, os preços desses produtos, arroz, feijão, milho, mandioca e batata, com exceção do último, não acusaram grandes alterações entre 1949 e 1950. Houve, antes, certo declínio nos preços, que sofreram nova alta em fins de 1950 e no curso de 1951, excetuando o arroz.

São os seguintes os índices levantados pelo I.B.G.E., com base em 1938 :

	Arroz	Feijão	Milho	Far. mand.	Batata
1949	352	666	435	349	407
1950	341	557	434	326	620
1951					
Janeiro	314	524	434	304	608
Maior	314	663	442	380	639

As demais tabelas do Quadro I não acusam esse defeito de repetição de valores. E, com exceção do trigo, indicam uma elevação de preços, em 1950, que se acentuou em 1951.

4 — Os "bens de consumo restrito" compreendem em sua maior parte, artigos de consumo importado. A vantagem está na ampliação da lista. Mas tem o grave defeito de não considerar a produção nacional. É de crucial importância, numa fase de inflação e num regime de restrições de importações de bens de consumo, de aquisição restrita (mas de elevado valor), verificar o surto de produção nacional desses artigos. Essa expansão que pode ser feita em detrimento de maior aumento de produção de artigos de consumo genérico significará em tal caso distorção de investimentos. Infelizmente, não há elementos para se tentar uma estimativa, ao menos para a presente exposição.

5 — No que se refere ao grupo de "bens de produção" ou "bens de investimento" a estimativa parece bem mais satisfatória observada a ressalva que se faz no item seguinte.

6 — Os dados estão expressos em valores deflacionados, com o objetivo de se tornarem homogênea e somáveis e, desse modo, poderem representar, de maneira sintética, a evolução quantitativa, *per capita*, da disponibilidade e suposta utilização dos bens de :

- a) Consumo genérico;
- b) Consumo restrito;
- c) Investimentos.

Os índices assim consubstanciados e expostos no Quadro IV devem ser interpretados com muita prudência.

1.º não se deve confundir a disponibilidade de bens de produção com a expansão econômica, medida de preferência, no Anexo VII.

2.º não se deve aceitar o declínio da disponibilidade de artigos de "bens de consumo restrito" sem se meditar sobre a ausência do cômputo desses bens, de produção nacional.

QUADRO I — BENS DE CONSUMO GENE'RICO

1G. ARROZ (Produção menos exportação)

A N O	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio Cr\$ (III)	Índice (1946=100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	1.480.519	805.239	543,89	47	1.713.274
1945	2.013.830	2.389.946	1.137,11	98	2.336.680
1946	2.525.101	2.917.880	1.155,55	100	2.917.880
1947	2.260.366	2.905.904	1.285,59	111	2.617.932
1948	2.227.531	3.602.229	1.617,14	140	2.573.021
1949	2.718.531	5.344.451	1.965,82	170	3.143.795
1950	3.088.254	5.742.917	1.859,60	161	3.567.029

FONTE: — Serviço de Estatística da Produção e Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO I — BENS DE CONSUMO GÊNÉRICO

2g. FEIJÃO (Produção menos exportação)

A N O	Tonelada (I)	Cr.\$ 1.000 (II)	Preço médio Cr.\$ (III)	Índice (1946=100) (IV)	Valores deflacionados (Cr.\$ 1.000) (V)
1938	853.165	386.936	453,53	35	1.105.531
1945	992.341	1.166.090	1.175,09	91	1.281.418
1946	999.159	1.288.675	1.289,76	100	1.288.675
1947	1.017.250	1.711.360	1.682,34	130	1.316.431
1948	1.117.512	2.682.979	2.400,85	186	1.442.462
1949	1.253.451	2.382.021	1.900,37	147	1.620.422
1950	1.245.491	2.352.982	1.889,20	146	1.611.632

FONTE: — Serviço de Estatística da Produção e Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO I — BENS DE CONSUMO GNERICO

36. MILHO (Produção menos exportação)

A N O	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio Cr\$ (III)	Índice (1946=100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	5.434.345	1.293.700	238,06	33	3.920.303
1945	4.846.369	3.380.245	697,48	98	3.449.230
1946	5.598.356	3.999.857	714,47	100	3.999.857
1947	5.336.502	4.257.621	797,83	112	3.801.447
1948	5.496.516	5.145.124	936,07	131	3.927.576
1949	5.448.858	5.693.239	1.044,85	146	3.899.479
1950	6.149.945	6.421.773	1.044,20	146	4.398.475

FONTE: — Serviço de Estatística da Produção e Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO I — BENS DE CONSUMO GENEÉRICO

4G MANDIOCA (Produção menos exportação)

A N O	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio Cr\$ (III)	Índice (1946=100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	6.015.599	514.935	85,60	54	935.583
1945	11.411.832	1.688.495	147,96	92	1.835.321
1946	12.103.894	1.936.260	159,97	100	1.936.260
1947	11.743.525	2.052.651	174,79	109	1.883.166
1948	12.433.979	2.353.504	189,28	118	1.994.495
1949	12.615.656	2.695.461	213,66	134	2.011.538
1950	13.120.976	2.797.587	212,91	133	2.103.449

FONTE: — Serviço de Estatística da Produção e Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO I — BENS DE CONSUMO GENE'RICO

5G BATATA (Produção menos exportação)

A N O	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio Cr\$ (III)	Índice (1946=100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	401.759	164.838	410,29	31	531.735
1945	595.652	632.028	1.061,07	80	790.035
1946	541.731	721.575	1.331,98	100	721.575
1947	575.384	1.022.319	1.766,76	133	768.661
1948	585.307	1.068.414	1.825,39	137	779.864
1949	747.761	1.100.764	1.472,08	111	991.679
1950	739.724	1.120.623	1.514,92	114	983.003

FONTE: — Serviço de Estatística da Produção e Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO I — BENS DE CONSUMO GENERICO

6G BATATA (Importação)

A N O	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio Cr\$ (III)	Índice (1946=100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	724	489	675,00	36	1.358
1945	—	—	—	—	—
1946	13.909	26.249	1.890,00	100	26.249
1947	19.491	39.364	2.020,00	107	36.789
1948	64.692	102.161	1.579,00	84	121.620
1949	17.515	19.533	1.115,00	59	33.107
1950	19.298	29.086	1.507,00	80	36.357

FONTE: — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO I — BENS DE CONSUMO GENERICO

7c TRIGO EM GRÃO (Produção menos exportação)

A N O	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio Cr\$ (III)	Índice (1946=100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	136.435	73.214	536,62	30	244.047
1945	232.928	241.390	1.036,33	58	416.190
1946	212.213	377.786	1.780,22	100	377.786
1947	359.360	930.717	2.589,93	145	641.874
1948	405.135	1.022.933	2.524,92	142	720.375
1949	437.498	1.067.368	2.439,71	137	779.107
1950	519.261	1.265.797	2.437,69	137	923.939

FONTE: — Serviço de Estatística da Produção e Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO I — BENS DE CONSUMO GENÉRICO

8G TRIGO EM GRÃO (Importação)

A N O	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio Cr\$ (III)	Índice (1946=100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	1.037.160	536.494	517,00	27	1.987.015
1945	1.090.327	1.224.535	1.120,00	58	2.111.267
1946	211.637	406.380	1.920,00	100	406.380
1947	368.520	1.057.772	2.860,00	149	709.914
1948	312.977	1.146.463	3.660,00	191	600.242
1949	802.655	1.941.571	2.418,90	126	1.540.929
1950	1.228.372	2.027.852	1.650,80	86	2.357.967

FONTE: — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO I — BENS DE CONSUMO GENERICO

9G FARINHA DE TRIGO (Importação menos exportação)

A N O	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio Cr\$ (III)	Índice (1946=100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	42.982	33.632	782,00	36	93.422
1945	141.693	243.990	1.720,00	79	308.848
1946	244.268	534.529	2.190,00	100	534.529
1947	461.157	1.431.798	3.100,00	143	1.001.257
1948	402.219	1.345.715	3.350,00	153	879.552
1949	133.749	373.240	2.791,00	127	293.890
1950	6.661	17.424	2.616,00	119	14.642

FONTE: — Serviço de Estatística Económica e Financeira.

QUADRO I — BENS DE CONSUMO GENERICO

10G. CARNES

Soma dos valores deflacionados das tabelas 10a. a 10d., Cr\$ 1.000

ANO	Bovina	Suina	Ovina	Caprina	Total (V)
1938	3.790.406	1.950.844	29.762	23.938	5.794.950
1945	3.228.823	859.436	61.428	50.540	4.200.227
1946	3.636.220	883.132	65.693	53.100	4.638.145
1947	4.043.807	832.068	78.954	54.531	5.009.360
1948	4.579.074	838.481	78.393	57.160	5.553.108
1949	4.850.099	868.458	79.632	58.258	5.856.447
1950	5.336.697	880.901	68.847	60.035	6.346.480

QUADRO I — BENS DE CONSUMO GENERICO
10Ca. CARNE DE BOVINO (Produção menos exportação)

ANO	Toneladas (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio (Cr\$) (III)	Índice (1946=100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	727.789	1.250.834	1.719	33	3.790.406
1945	614.561	2.970.517	4.834	92	3.228.823
1946	691.004	3.636.220	5.262	100	3.636.220
1947	767.876	4.326.874	5.635	107	4.043.807
1948	868.760	5.036.981	5.798	110	4.579.074
1949	923.517	5.820.119	6.302	120	4.850.099
1950	1.016.285	6.777.605	6.669	127	5.336.697

FONTE: Serviço de Estatística da Produção e Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO I -- BENS DE CONSUMO GÊNÉRICO
 10Gb. CARNE DE SUINO (Produção menos exportação)

ANO	Toneladas (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio (Cr\$) (III)	Índice (1946=100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	271.582	663.287	2.442	34	1.950.844
1945	119.667	713.332	5.961	83	859.436
1946	122.327	883.132	7.219	100	883.132
1947	114.847	1.073.368	9.346	129	832.068
1948	116.422	1.064.871	9.147	127	838.481
1949	119.900	1.146.364	9.561	132	868.458
1950	122.359	1.286.115	10.511	146	880.901

FONTE: Serviço de Estatística da Produção e Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO I — BENS DE CONSUMO GENERICO
10Gc. CARNE DE OVINO (Produção menos exportação)

ANO	Toneladas (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio (Cr\$) (III)	Índice (1946=100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	6.423	11.012	1.714	37	29.762
1945	13.175	47.914	3.636	78	61.428
1946	14.054	65.693	4.674	100	65.693
1947	16.844	82.902	4.922	105	78.954
1948	16.795	83.097	4.948	106	78.393
1949	17.032	86.003	5.049	108	79.632
1950	14.770	76.420	5.174	111	68.847

FONTE: Serviço de Estatística da Produção e Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO I — BENS DE CONSUMO GENEÉRICO

10Gd. CARNE DE CAPRINO (Produção) (1)

ANO	Toneladas (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio (Cr.\$) (III)	Índice (1946=100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	5.232	8.857	1.693	37	23.938
1945	11.155	42.959	3.851	85	50.540
1946	11.706	53.100	4.536	100	53.100
1947	12.002	60.529	5.043	111	54.531
1948	12.554	62.305	4.963	109	57.160
1949	12.802	68.745	5.370	118	58.258
1950	13.214	76.245	5.770	127	60.035

FONTE: Serviço de Estatística da Produção.

(1) — Não figura em separado nas estatísticas de exportação.

QUADRO I — BENS DE CONSUMO GENCERICO
 III. AÇUCAR (Produção menos exportação)

ANO	Toneladas (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio (Cr\$) (III)	Índice (1946=100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	947.355	600.912	634,30	32	1.877.850
1945	1.237.654	2.129.450	1.720,55	87	2.447.644
1946	1.434.556	2.845.050	1.983,22	100	2.845.050
1947	1.497.213	3.085.141	2.060,58	104	2.966.482
1948	1.298.876	3.124.196	2.405,30	121	2.581.980
1949	1.361.560	3.556.089	2.611,77	132	2.694.007
1950 (1)	1.439.395	4.004.604	2.782,14	140	2.860.431

FONTE: Instituto do Açúcar e do Alcool e Serviço de Estatística Econômica e Financeira.
 (1) — Estimativa com base na produção de 1945 a 1949.

QUADRO I — BENS DE CONSUMO GÊNÉRICO

12G. — CALÇADOS (Produção) (1)

ANO	Quantidade (1)	Cr\$ 1.000 (2)	Preço médio (3)	Índice (1946 = 100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	—	362.382	—	—	—
1945	—	1.484.540	82,13	78	1.903.256
1946	—	2.113.158	105,59	100	2.113.158
1947	—	2.015.725	117,70	111	1.815.968
1948	—	2.629.775	117,70	111	2.369.167
1949	—	2.563.827	117,70	111	2.309.754
1950	—	2.882.182	119,98	114	2.528.229

(1) — Não foram consideradas as exportações e importações por serem inexpressivas.

(2) — Estimativa com base na arrecadação do imposto de consumo, tomando-se como taxa média 7,1/2%.

(3) — Preços médios anuais do Comércio Atacadista, apurados pelo I. B. G. E.

QUADRO I — BENS DE CONSUMO GENERICO

13c. TECIDOS DE ALGODÃO (Produção menos exportação) (1)

ANO	Quantidade em 1.000m. (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio (2) (Cr\$) (III)	Índice (1946 = 100)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	—	—	—	—	—
1945	620.643	2.912.678	4.693	90	3.236.309
1946	1.025.382	5.350.443	5.218	100	5.350.443
1947	924.531	5.567.526	6.022	115	4.841.327
1948	1.072.758	6.725.120	6.269	120	5.604.267
1949	1.134.957	7.710.898	6.794	130	5.931.460
1950	1.176.375	8.609.889	7.319	140	6.149.921

Fonte: — Comissão Executiva Têxtil e Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

(1) — Os dados de produção para os anos de 1945 a 1947 são os da Comissão Executiva Têxtil. Os referentes ao período 1948-1950 são estimativas feitas segundo a percentagem de aumento na arrecadação do imposto de consumo.

(2) — Preços médios anuais do comércio atacadista, apurado pelo I. B. G. E.

QUADRO II — BENS DE CONSUMO RESTRITO

1.º. BEBIDAS (Importação)

ANO	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio (Cr\$) (III)	Índice (1946 = 100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	7.579	34.455	4.546,00	38	90.671
1945	15.277	169.463	11.090,00	92	184.199
1946	20.180	242.375	12.010,00	100	242.375
1947	21.100	297.745	14.110,00	117	254.483
1948	13.631	187.828	13.780,00	115	163.329
1949	4.577	81.807	17.873,50	149	54.904
1950	5.482	84.382	15.393,00	128	65.923

FONTE: — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO II — BENS DE CONSUMO RESTRITO

SOMA DOS VALORES DEFLACIONADOS DAS TABELAS 2.a a 2.e

ANOS	Linho	Lã	Algodão	"Rayon"	Seda	Total (V)
1938	165.344	24.224	90.320	463	7.844	288.195
1945	15.510	7.764	18.524	457	89	42.344
1946	75.305	19.987	29.014	6.417	3.571	134.294
1947	253.942	58.730	96.256	19.098	6.420	434.446
1948	317.581	104.131	86.182	11.021	1.428	520.343
1949	333.400	90.635	52.757	289	261	477.342
1950	149.809	19.445	9.070	3	40	178.367

QUADRO II — BENS DE CONSUMO RESTRITO

2ra. — TECIDOS DE LINHO (Importação)

ANO	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio por kg. (Cr\$) (III)	Índice (1946 = 100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	924	41.336	44,74	25	165.344
1945	86	19.232	223,63	124	15.510
1946	419	75.305	179,73	100	73.305
1947	1.409	241.245	171,22	95	253.942
1948	1.776	273.120	153,78	86	317.581
1949	1.859	270.054	145,27	81	333.400
1950	837	98.874	118,13	66	149.809

FONTE: — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO II — BENS DE CONSUMO RESTRITO

2rb. — TECIDOS DE Lã (Importação)

ANO	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio por kg. (Cr\$) (III)	Índice (1946=100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	164	14.050	85,67	58	24.224
1945	53	9.550	180,19	123	7.764
1946	136	19.987	146,96	123	19.987
1947	400	70.476	176,19	120	58.730
1948	709	125.999	177,71	121	104.131
1949	615	154.079	250,53	170	90.635
1950	132	24.112	182,68	124	19.445

FONTE: — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO II — BENS DE CONSUMO RESTRITO

2RC. — TECIDOS DE ALGODÃO (Importação)

ANO	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	por kg. (Cr\$) (III)	(1946 = 100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000)
1938	421	13.548	32,18	15	90.320
1945	85	9.262	108,96	50	18.524
1946	132	29.014	219,80	100	29.014
1947	437	85.668	196,04	89	96.256
1948	393	82.735	210,52	96	86.182
1949	239	41.678	174,38	79	52.757
1950	41	6.712	163,71	74	9.070

FONTE — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO II — BENS DE CONSUMO RESTRITO

2rd. — TECIDOS DE RAYON (*Importação*)

ANO	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio por kg. (Cr\$) (III)	Índice (1946 = 100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	2	236	118,00	51	463
1945	2	947	473,50	207	457
1946	28	6.417	229,18	100	6.417
1947	83	8.976	108,15	47	19.098
1948	48	3.747	78,06	34	11.021
1949	1	422	335,11	146	289
1950	0	1	82,85	36	3

FONTE — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO II — BENS DE CONSUMO RESTRITO

2re. — TECIDOS DE SEDA (Importação)

ANO	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio por kg. (Cr\$) (III)	Índice (1946 = 100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	11	2.118	192,55	27	7.844
1945	0	77	620,97	87	89
1946	5	3.571	714,20	100	3.571
1947	9	5.971	663,44	93	6.420
1948	2	1.757	878,50	123	1.428
1949	0	412	1.130,81	158	261
1950	0	21	377,45	53	40

FONTE — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO II — BENS DE CONSUMO RESTRITO

3R. VEÍCULOS, APARELHOS ELÉTRICOS PARA USO DOMÉSTICO, CUTEIARIA, ETC. (1)

Soma dos valores deflacionados das tabelas 3Ra. a 3Rk.

ANO	Auto para passageiros	Triciclos, Bicicletas, etc.	Motocicletas e acessórios	Motores e acessórios para autos passageiros	Aparelhos Rádios e acessórios	Geladeiras e acessórios
1938	274.767	34.955	14.463	53.877	121.804	42.832
1945	1.337	3.651	955	61.910	37.586	7.588
1946	222.317	20.904	8.125	39.819	194.120	51.144
1947	664.515	70.083	18.275	133.658	413.884	169.057
1948	742.870	64.804	10.469	118.314	237.245	164.845
1949	518.108	123.442	12.463	165.405	117.315	156.178
1950	595.241	157.131	22.407	144.786	209.988	149.747

(1) O aumento substancial das importações verificado nos primeiros meses de 1951, resultou das operações de compensação realizadas no ano anterior. Impunha-se, portanto, uma correção dos valores para 1950, o que foi feito, tomando-se o período de janeiro a abril de 1951, único disponível no momento.

QUADRO II — BENS DE CONSUMO RESTRITO

3R. VEÍCULOS, APARELHOS ELÉTRICOS PARA USO DOMÉSTICO. CUTELARIA, ETC. (1)

Soma dos valores deflacionados das tabelas 3Ra. a 3Rk.

ANO	Relógios e peças	Instrumentos de música e acessórios	Máquinas para uso doméstico, n.e.	Enceradeiras, Ventiladores, etc.	Cutelaria	Total
1945	46.157	736	5.021	7.237	5.383	177.561
1946	127.621	8.301	18.539	20.302	12.166	723.358
1947	260.839	19.274	51.431	46.999	34.958	1.882.973
1948	217.244	17.089	56.011	37.381	23.783	1.690.055
1949	122.970	18.613	52.962	21.780	27.261	1.336.497
1950	161.777	31.828	31.825	20.980	16.004	1.541.714

(1) O aumento substancial das importações verificado nos primeiros meses de 1951, resultou das operações de compensação realizadas no ano anterior. Impunha-se, portanto, uma correção dos valores para 1950, o que foi feito, tomando-se o período de janeiro a abril de 1951, único disponível no momento.

QUADRO II — BENS DE CONSUMO RESTRITO

3ra. — AUTOMÓVEIS PARA PASSAGEIROS (Importação) (1)

ANO	Unidade (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio (Cr\$) (III)	Índice (1946 = 100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	11.847	140.131	11.828	51	274.767
1945	58	2.113	36.431	158	1.337
1946	9.649	222.317	23.040	100	222.317
1947	28.794	923.676	32.079	139	664.515
1948	32.345	1.062.304	32.843	143	742.870
1949	22.475	704.627	31.352	136	518.108
1950	25.788	696.432	27.006	117	595.241

FONTE — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

(1) O aumento substancial das importações verificado nos primeiros meses de 1951, resultou das operações de compra realizadas no ano anterior. Impunha-se, portanto, uma correção dos valores para 1950, o que foi feito, tomando-se o período de janeiro a abril de 1951, único disponível no momento.

QUADRO II — BENS DE CONSUMO RESTRITO

3RB. — TRICICLOS, BICICLETAS E ACESSÓRIOS (Importação) (1)

A N O	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio Cr\$ (III)	Índice (1946 = 100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	930	14.681	15.786	42	34.955
1945	97	2.300	23.711	63	3.651
1946	554	20.904	37.733	100	20.904
1947	1.862	85.502	45.919	122	70.083
1948	1.725	68.044	39.446	105	64.804
1949	3.283	111.098	33.840	90	123.442
1950	4.152	109.992	26.491	70	157.131

FONTE: — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

(1) O aumento substancial das importações verificado nos primeiros meses de 1951, resultou das operações de compensação realizadas no ano anterior. Impunha-se, portanto, uma correção dos valores para 1950, o que foi feito, tomando-se o período de janeiro a abril de 1951, único disponível no momento.

QUADRO II — BENS DE CONSUMO RESTRITO

3RC. — MOTOCICLETAS E ACESSÓRIOS (Importação) (1)

A N O	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio Cr\$ (III)	Índice (1946 = 100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	345	9.401	27.249	65	14.463
1945	23	764	33.217	80	955
1946	195	8.125	41.667	100	8.125
1947	437	22.844	52.275	125	18.275
1948	252	14.238	56.500	136	10.469
1949	300	17.573	58.577	141	12.463
1950	540	24.648	45.644	110	22.407

FONTE: — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

(1) O aumento substancial das importações verificado nos primeiros meses de 1951, resultou das operações de compensação realizadas no ano anterior. Impunha-se, portanto, uma correção dos valores para 1950, o que foi feito, tomando-se o período de janeiro a abril de 1951, único disponível no momento.

QUADRO II — BENS DE CONSUMO RESTRITO

3RD. — MOTORES E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS (Importação) (1)

A N O	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio Cr\$ (III)	Índice (1946 = 100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	1.418	21.012	14.818	39	53.877
1945	1.640	50.147	30.577	81	51.910
1946	1.053	39.819	37.814	100	39.819
1947	3.530	151.033	42.785	113	133.658
1948	3.209	146.709	46.717	124	118.314
1949	4.369	219.989	50.352	133	165.405
1950	3.828	209.940	54.843	145	144.786

FONTE: — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

(1) O aumento substancial das importações verificado nos primeiros meses de 1951, resultou das operações de compensação realizadas no ano anterior. Impunha-se portanto, uma correção dos valores para 1950, a que foi feita, tomando-se o período de janeiro a abril de 1951, único disponível no momento.

QUADRO II — BENS DE CONSUMO RESTRITO

3RE. — APARELHOS DE RÁDIO E ACESSÓRIOS (Importação) (1)

A N O	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio Cr\$ (III)	Índice (1946 = 100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1933	1.038	58.466	56.325	48	121.804
1945	317	37.586	118.567	100	37.586
1946	1.638	194.120	118.510	100	194.120
1947	3.507	430.439	122.737	104	413.884
1948	2.000	230.128	115.064	97	237.245
1949	987	127.873	129.557	109	117.315
1950	1.776	203.688	114.689	97	209.988

Fonte: — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

(1) O aumento substancial das importações verificado nos primeiros meses de 1951, resultou das operações de compensação realizadas no ano anterior. Impunha-se, portanto, uma correção dos valores para 1950, o que foi feito, tomando-se o período de janeiro a abril de 1951, único disponível no momento.

QUADRO II — BENS DE CONSUMO RESTRITO

3RF. — GELADEIRAS — REFRIGERADORES E ACESSÓRIOS (1)

A N O	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000. (II)	Preço médio Cr\$ (III)	Índice (1946 = 100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	1.679	27.841	16.582	65	42.832
1945	298	9.409	31.574	124	7.588
1946	2.006	51.144	25.496	100	51.144
1947	6.653	219.774	33.034	130	169.057
1948	6.461	232.431	35.974	141	164.845
1949	6.109	203.032	33.235	130	156.178
1950	5.856	163.224	27.873	109	149.747

FONTE: — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

(1) O aumento substancial das importações verificado nos primeiros meses de 1951, resultou das operações de compensação realizadas no ano anterior. Impunha-se, portanto, uma correção dos valores para 1950, o que foi feito, tomando-se o período de janeiro a abril de 1951, único disponível no momento.

QUADRO II — BENS DE CONSUMO RESTRITO

3RG. — RELÓGIOS E PEÇAS (Importação) (1)

A N O	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio Cr\$ (III)	Índice (1946 = 100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	196	10.345	52.780	7	147.786
1945	59	31.848	539.796	69	46.157
1946	163	127.621	782.950	100	127.621
1947	334	99.119	296.763	38	260.839
1948	273	58.656	214.857	27	217.244
1949	155	33.202	214.206	27	122.970
1950	199	21.031	105.683	13	161.777

FONTE: — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

(1) O aumento substancial das importações verifi cado nos primeiros meses de 1951, resultou das operações de compensação realizadas no ano anterior. (1) punha-se, portanto, uma correção dos valores para 1950, o que foi feito, tomando-se o período de janeiro a abril de 1951, único disponível no momento.

QUADRO II — BENS DE CONSUMO RESTRITO

3Rh. — INSTRUMENTOS DE MÚSICA E ACESSÓRIOS — (1)

ANO	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio Cr\$ (III)	Índice (1946 = 100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	179	6.468	36.134	74	8.741
1945	15	1.008	67.200	137	736
1946	169	8.301	49.118	100	8.301
1947	351	20.816	59.304	108	19.274
1948	348	18.456	53.034	108	17.089
1949	378	25.125	66.476	135	18.613
1950	648	34.056	52.555	107	31.828

FONTE — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

(1) O aumento substancial das importações verificado nos primeiros meses de 1951, resultou das operações de compensação realizadas no ano anterior. Impunha-se, portanto, uma correção dos valores para 1950, o que foi feito, tomando-se o período de janeiro a abril de 1951, único disponível no momento.

QUADRO II — BENS DE CONSUMO RESTRITO

3Ri. — MÁQUINAS PARA USO DOMÉSTICO, N. E. (Importação) (1)

ANO	Tonelada (I)	Valor Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio Cr\$ (III)	Índice (1946 = 100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	306	3.498	11.431	35	9.994
1945	155	3.665	23.645	73	5.021
1946	570	18.539	32.524	100	18.539
1947	1.576	57.603	36.550	112	51.431
1948	1.716	56.571	32.966	101	56.011
1949	1.631	46.077	28.250	87	52.962
1950	284	22.596	22.963	71	31.825

FONTE — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

(1) O aumento substancial das importações verifi cado nos primeiros meses de 1951, resultou das operações de compensação realizadas no ano anterior. Im punha-se, portanto, uma correção dos valores para 1950, o que foi feito, tomando-se o período de janeiro a abril de 1951, único disponível no momento.

QUADRO II — BENS DE CONSUMO RESTRITO

3Rj. — MÁQUINAS PARA ENGERAR, VARRER E SEMELHANTES, VENTILADORES E ASPIRADORES DE PÓ (Importação) (1)

ANO	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio Cr\$ (III)	Índice (1946 = 100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	280	11.169	39.889	66	16.923
1943	120	8.033	66.942	111	7.273
1946	338	20.302	60.065	100	20.302
1947	783	58.749	75.031	125	46.999
1948	624	51.586	82.670	138	37.381
1949	362	32.888	90.851	151	21.780
1950	348	25.176	72.345	120	20.980

FONTE — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

(1) O aumento substancial das importações verificado nos primeiros meses de 1951, resultou das operações de compensação realizadas no ano anterior. Impunha-se, portanto, uma correção dos valores para 1950, o que foi feito, tomando-se o período de janeiro a abril de 1951, único disponível no momento.

QUADRO II — BENS DE CONSUMO RESTRITO

3Rk. — CUTELANIA (Importação) (1)

ANO	Tonelada (I)	Cr-\$ 1.000 (II)	Preço médio Cr-\$ (III)	Índice (1946 = 100) (IV)	Valores deflacionados (Cr-\$ 1.000) (V)
1938	196	7.174	36.602	36	19.928
1945	52	3.122	60.038	58	5.383
1946	118	12.166	103.101	100	12.166
1947	339	37.755	111.371	108	34.958
1948	231	22.118	95.748	93	23.783
1949	265	20.173	76.124	74	27.261
1950	156	14.244	91.307	89	16.094

FONTE — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

(1) O aumento substancial das importações verificado nos primeiros meses de 1951, resultou das operações de compensação realizadas no ano anterior. Im punha-se, portanto, uma correção dos valores para 1950, o que foi feito, tomando-se o período de janeiro a abril de 1951, único disponível no momento.

QUADRO III — BENS DE PRODUÇÃO

SOMA DOS VALORES DEFLACIONADOS DAS TABELAS 1 P A 5 P, CR\$ 1.000

ANO	FERRO LAMINADO (Produção menos exportação)	FERRO E AÇO (Importação)	CIMENTO (Produção)	CIMENTO (Importação)	EQUIPAMENTOS (Importação)	TOTAL (V)
1938	196.865	592.516	256.122	31.484	2.696.338	3.773.325
1945	364.886	730.643	321.788	149.320	2.275.870	3.842.507
1946	526.220	1.036.135	343.839	203.013	3.878.834	5.988.041
1947	680.892	1.090.741	378.722	201.517	6.288.134	8.640.006
1948	865.284	493.421	461.488	208.686	5.489.291	7.518.170
1949	1.125.112	498.273	533.409	250.939	4.676.438	7.084.171
1950	1.386.922	507.570	574.118	232.712	5.409.305	8.110.627

QUADRO III — BENS DE PRODUÇÃO

1P. — FERRO LAMINADO (PRODUÇÃO MENOS EXPORTAÇÃO)

ANO	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio Cr\$ (III)	Índice (1946=100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	85.666	100.401	1.172	51	196.865
1945	159.974	401.375	2.509	110	364.886
1946	229.891	526.220	2.289	100	526.220
1947	296.401	728.554	2.458	107	680.892
1948	376.944	1.159.480	3.076	134	865.284
1949	490.245	1.575.157	3.213	140	1.125.112
1950	606.589	1.941.691	3.201	140	1.386.922

FONTE — Serviço de Estatística da Produção e Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO III — BENS DE PRODUÇÃO

2 P. — FERRO E AÇO (Importação)

A N O	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio (Cr\$) (III)	Índice (1946=100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	234.697	414.761	1.767,00	70	592.516
1945	288.323	664.885	2.306,00	91	730.643
1946	410.535	1.036.135	2.524,00	100	1.036.135
1947	430.887	1.450.686	3.367,00	133	1.090.741
1948	195.027	794.408	4.073,00	161	493.421
1949	197.763	956.684	4.838,00	192	498.273
1950	201.444	710.594	3.528,00	140	507.570

FONTE — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO III — BENS DE PRODUÇÃO
3 P. — CIMENTO (Produção)

A N O	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio (Cr\$) (III)	Índice (1946=100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	617.896	138.306	223,80	54	256.122
1945	774.378	312.134	403,10	97	321.788
1946	826.382	343.839	416,10	100	343.839
1947	913.525	424.169	464,30	112	378.722
1948	1.112.467	618.394	555,90	134	461.488
1949	1.281.228	714.763	557,90	134	533.409
1950	1.381.976	769.318	556,70	134	574.118

FONTE — Serviço de Estatística da Produção.

QUADRO III — BENS DE PRODUÇÃO
4 P. — CIMENTO (Importação)

A N O	Tonelada (I)	Cr\$ 1 000 (II)	Preço médio (Cr\$) (III)	Índice (1946=100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	54.091	11.964	221,20	38	31.484
1945	257.747	149.320	579,30	100	149.320
1946	351.472	203.013	577,60	100	203.013
1947	347.590	241.821	695,70	120	201.517
1948	361.680	254.597	703,90	122	208.686
1949	435.531	253.448	581,90	101	250.939
1950	404.525	209.441	517,70	90	232.712

FONTE — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO III — BENS DE PRODUÇÃO
5 P. — EQUIPAMENTOS (Importação)

A N O	Tonelada (I)	Cr\$ 1.000 (II)	Preço médio (Cr\$) (III)	Índice (1946=100) (IV)	Valores deflacionados (Cr\$ 1.000) (V)
1938	190.683	1.563.913	8.060	57	2.696.335
1945	160.572	2.184.835	13.607	96	2.275.870
1946	273.879	3.878.834	14.163	100	3.878.834
1947	442.534	7.482.879	16.909	119	6.288.134
1948	387.105	6.971.400	18.009	127	5.489.291
1949	330.234	6.921.128	20.958	148	4.676.438
1950	382.060	7.032.097	18.406	130	5.409.305

FONTE — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO IV — VALORES DEFLACIONADOS (1)

	EM Cr\$ 1.000			IV População do Brasil (2)	V — Consumo per-capita (Cr\$)			VI — Ns. Índices (1946 = 100)		
	I — Bens de Consumo Genérico (Soma das Colunas V do Quadro I)	II — Bens de consumo restrito (Soma das colunas V do Quadro II)	III — Bens de Produção (Soma das colunas V do Quadro III)		I	II	III	I	II	III
1938	3.773.325	39.436.300	96	77
1945	24.316.425	404.104	3.842.507	46.940.895	518	9	82	52	39	66
1946	27.155.987	1.100.027	5.988.041	48.081.811	565	23	125	100	100	100
1947	27.410.608	2.571.902	8.640.306	49.222.727	557	52	176	99	226	141
1948	29.147.729	2.373.727	7.518.170	50.363.643	578	47	149	102	204	119
1949	31.105.614	1.868.743	7.084.171	51.504.559	604	36	138	107	157	110
1950	33.881.554	1.786.004	8.110.627	52.645.479	644	34	154	114	148	123

(1) — Ver colunas dos Quadros I, II e III.

(2) — As estimativas de população para o período cõnside rado foram calculadas segundo o acréscimo verificado no interregno dos dois censos: 1940 e 1950.

A N E X O V

MOVIMENTO DA POPULAÇÃO E VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALGUNS GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE (*)

(Arroz, batata inglesa, feijão, mandioca e milho).

Estado do Rio de Janeiro

Produção média e anual	1.000 t.	Índice	Movimento da população	
			Urbana Hab.	Rural Hab.
1942 a 1946	574	100		
1947	447	77	359.125	119.219
1948	335	58		
1949	386	67		
1950	394	68	75%	25%

Estado de Minas Gerais

Produção média e anual	1.000 t.	Índice	Movimento da população	
			Acréscimo da população 1940 a 1950	
			Urbana Hab.	Rural Hab.
1942 a 1946	3.236	100		
1947	3.154	97	674.896	428.480
1948	3.491	107		
1949	3.742	116		
1950	3.831	118	61%	39%

(*) Estimativa do Ministério da Agricultura, publicada no Anuário do I.B.G.E. e estimativas provisórias de 1950, fornecidas pelo Ministério da Agricultura. Quanto à deficiência dos dados reportamo-nos ao que dissemos no Anexo V.

ANEXO V

MOVIMENTO DA POPULAÇÃO E VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALGUNS GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE (*)
 (Arroz, batata inglesa, feijão, mandioca e milho).

Estado do Rio Grande do Sul

	1.000 t.	Índice	Movimento da população	
			Acréscimo da população 1940 a 1950	
			Urbana Hab.	Rural Hab.
Produção média e anual				
1942 a 1946	2.447	100		
1947	3.022	123	345.676	546.951
1948	3.139	128		
1949	3.247	132		
1950	3.365	137	38%	62%

Estado do Paraná

Produção média e anual	1.000 t.	Índice	Movimento da população	
			Acréscimo da população 1940 a 1950	
			Urbana Hab.	Rural Hab.
1942 a 1946	1.226	100		
1947	1.181	96	215.479	697.754
1948	1.364	111		
1949	1.321	108		
1950	1.668	135	24%	76%

Há, como se vê, certa correlação entre o decréscimo da produção agrícola dos produtos considerados, ou seu menor aumento, com o maior acréscimo da população urbana, relativamente ao aumento da população rural. No Estado do Rio, onde a população rural aumentou de 25%, em contraste com um aumento de população urbana de 75%, registrou-se uma tendência de declínio da produção agrícola; nos Estados do R. Grande e do Paraná, onde foi preponderante o acréscimo de população rural, a produção agrícola subiu de maneira bem acentuada. Todavia, se considerarmos o Estado de São Paulo veremos um resultado diferente; para os mesmos produtos agrícolas, considerados no parágrafo anterior.

ANEXO V

MOVIMENTO DA POPULAÇÃO E VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALGUNS GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE (*)
 (Arroz, batata inglesa, feijão, mandioca e milho).

Estado de São Paulo

	1.000 t.	Índice	Movimento da população	
			Urbana Hab.	Rural Hab.
1942 a 1946	2.694	100		
1947	3.176	118	1.701.145	361.149
1948	3.196	123		
1949	3.126	115		
1950	3.538	130	82%	18%

ANEXO VI

QUADRO I — ÍNDICE DE ATIVIDADES

ANOS	Série 1	Série 2				Série 3
	Toneladas					
	Óleos Minerais Importação	Carvão				Total
	A	Importado		Produzido		
	I	II	I	II	B	G
1930	744.417	1.941.946	385.148	240.718	2.182.664	260.192
1931	705.018	1.287.494	493.760	308.600	1.596.094	269.975
1932	593.608	1.189.466	542.773	339.233	1.528.699	280.411
1933	769.273	1.292.020	646.075	403.797	1.695.817	313.863
1934	809.995	1.135.219	730.622	456.639	1.591.858	356.783
1935	807.159	1.437.327	840.068	525.055	1.962.382	411.091
1936	945.630	1.431.175	662.196	413.873	1.845.048	469.318
1937	1.028.198	1.707.852	762.789	476.745	2.184.595	514.455
1938	1.092.953	1.575.996	907.024	567.015	2.143.011	532.708
1939	1.189.090	1.382.471	1.046.975	654.359	2.036.850	563.363
1940	1.213.403	1.209.242	1.336.301	835.188	2.044.450	596.340
1941	1.020.388	1.057.946	1.408.079	880.049	1.937.995	671.783
1942	697.796	616.038	1.774.651	1.109.157	1.725.195	732.383
1943	748.976	587.424	2.078.256	1.298.910	1.886.334	780.210
1944	679.984	492.118	1.908.453	1.192.783	1.684.901	863.161

Consumo em 1.000 K. W. H.
Energia Elétrica no Distrito
Federal e São Paulo

Se levarmos, porém, em consideração o acentuado declínio da produção do café, no Estado de São Paulo, poderemos pressupor certa diversificação da produção agrícola com o mesmo contingente humano. Na verdade, a queda da produção do café foi muito forte em São Paulo, e considerável o aumento no Paraná.

	Sacas de café produ- zidas no Est. de São Paulo (1.000)	Sacas de café produzi- das no Estado do Paraná (1.000)
1930/31	10.097	347
1931/32	18.693	604
1932/33	14.977	380
1933/34	21.850	600
1939/40	12.371	579
1940/41	10.235	1.108
1941/42	9.284	951
1949	8.215	2.500
1950	8.356	3.450

Estados	Aumento relativo da população do Estado 1940 a 1950	Aumento da população		Índice da produção agrícola 1942-1946 = 100
		Rural	Urbana	
Maranhão	29%	84%	16%	1947 165 1948 180 1949 174 1950 191
Ceará	30%	76%	21%	1947 143 1948 143 1949 158 1950 182
Paraiíba	21%	67%	33%	1947 123 1948 137 1949 142 1950 134
Sergipe	19%	62%	38%	1947 102 1948 113 1949 115 1950 110
Alagoás	16%	66%	34%	1947 107 1948 113 1949 123 1950 118
Pernambuco	27%	51%	48%	1947 119 1948 130 1949 117 1950 115

Os Estados que tiveram maior aumento de população, com forte acréscimo de população rural, como os Estados do Maranhão e Ceará, acusam os maiores índices de aumento de produção agrícola, aliás muito superiores aos do sul do país; os que registraram menor aumento de população — por força naturalmente de maiores emigrações — indicam um aumento menor de produção agrícola, como sejam os casos de Sergipe e de Alagoas. Há, também, o caso de Estados com grande aumento de população mas contingente apreciável de concentração urbana, que registra um aumento de produção agrícola mais modesto, ou mesmo de decréscimo como é o caso de Pernambuco.

ANEXO VI

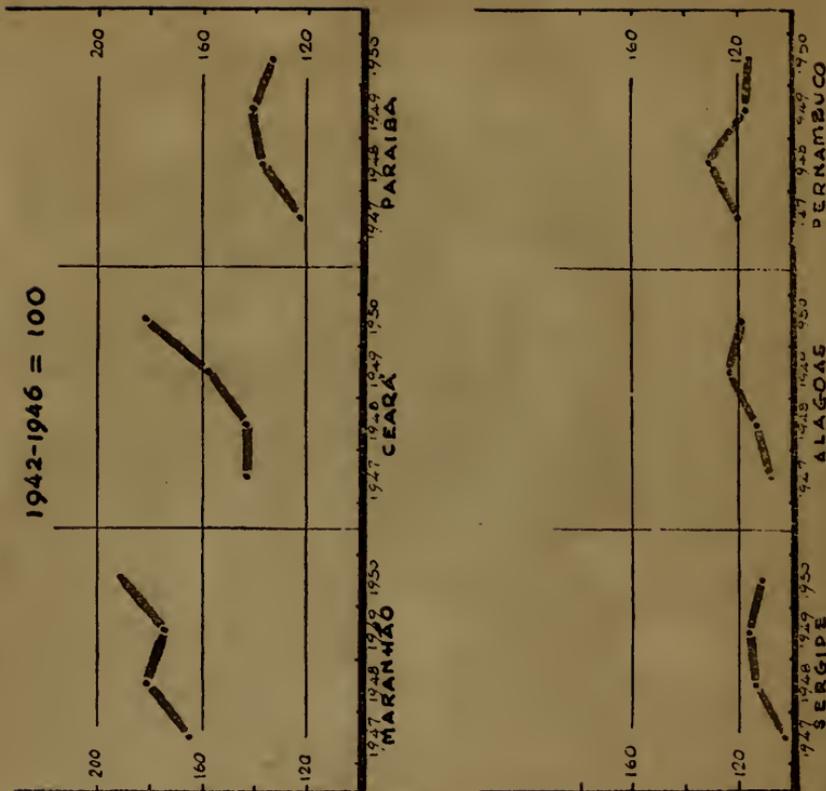
1 — Os «Índices de Atividades» são estimativas do desenvolvimento econômico, feitas na Seção de Estudos Econômicos do Gabinete do Ministro da Fazenda e que são aqui reproduzidas. Consistem na avaliação da energia utilizada por meio do consumo de óleos minerais, carvão e força elétrica.

2 — Os dados são incompletos quanto à energia elétrica, porque só consideram as das cidades do Rio e de São Paulo. São, também, incompletos porque não computa a energia utilizada com o emprêgo da lenha. Todavia, como estimativas da evolução da utilização da energia o erro não é grande.

Os Índices figuram no Quadro III.

ÍNDICES DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

1942-1946 = 100



AUMENTO RELATIVO

DA POPULAÇÃO

1940 A 1950



POPULAÇÃO RURAL

POPULAÇÃO URBANA

ANOS	Série 1		Série 2				Série 3
	Toneladas						
	Óleos minerais Importação	A	Carvão		Produzido		Total
			Importado	I	II	B	
1945	876.763	715.795	2.072.881	1.295.550	2.011.345	903.615	
1946	1.578.208	1.071.106	1.896.883	1.185.552	2.256.658	898.659	
1947	2.387.133	1.572.731	1.998.896	1.249.310	2.822.091	968.398	
1948	3.051.484	1.082.967	2.024.969	1.265.618	2.348.585	1.129.778	
1949	3.437.167	814.500	2.128.858	1.350.536	2.145.036	1.223.567	
1950	4.018.240	1.155.608	1.983.063	1.239.414	2.395.022	1.376.770	

Consumo em 1.000 K. W. H.
Energia Elétrica no Distrito
Federal e São Paulo

NOTA :

- I — Na coluna «Óleos Minerais» foram grupados «gasolina», «óleos combustíveis» (Fuel e Diesel) «petróleo ou nafta» e «querosena».
- II — Na coluna «Energia Elétrica» figuram os totais referentes a «The Rio de Janeiro Light and Power» e «The S. Paulo Tramway Light and Power».
- III — A produção de carvão foi dividida por 1,6 para atender a diferenças de calorías do carvão estrangeiro.
- IV — Do carvão importado constam «briquetes», «carvão de pedra» e «coque».
- V — Até 1939 o «petróleo» não constava discriminado.
- VI — Estes dados retificam os anteriores.
- VII — Ver quadro junto onde foi computada a lenha consumida pelas Estradas de Ferro Central do Brasil, Leopoldina e Sorocabana.

QUADRO II — ÍNDICE DE ATIVIDADES

EM BILHÕES DE CALORIAS

ANOS	Série 1 Coluna A do Quadro 1 x 10,000	Série 2 Coluna B do Quadro 1 x 8,000	Série 3 Coluna C do Quadro 1 x 861
1930	7.444	17.461	224
1931	7.050	12.769	232
1932	5.936	12.230	241
1933	7.593	13.567	270
1934	8.100	12.735	307
1935	8.072	14.699	354
1936	9.456	14.760	404
1937	10.282	17.477	443
1938	10.930	17.144	459
1939	11.891	16.294	485
1940	12.134	16.355	513
1941	10.204	15.504	578
1942	6.978	13.802	630
1943	7.489	15.091	672
1944	6.799	13.479	743
1945	8.767	16.091	778

ANOS	Série 1 Coluna A do Quadro 1 x 10,000	Série 2 Coluna B do Quadro 1 x 8,000	Série 3 Coluna C do Quadro 1 x 861
1946	15.782	18.053	774
1947	23.871	22.576	834
1948	30.514	18.789	973
1949	34.371	17.160	1.053
1950	40.182	19.160	1.185

QUADRO III — ÍNDICE DE ATIVIDADES

RENDIMENTOS MÉDIOS

ANOS	Série 1 1.ª coluna do Quadro II redu- zida a 25% A	Série 2 2.ª coluna do Quadro II redu- zida a 15 % B	Série 3 3.ª coluna do Qua- dro II reduzida a 90% C	Soma das Séries Redu- zidas D	Números Índices de D 1930 = 100
1930	1.861	2.619	202	4.682	100
1931	1.763	1.915	209	3.887	83
1932	1.484	1.835	217	3.536	76
1933	1.898	2.035	243	4.176	89
1934	2.025	1.910	276	4.211	90
1935	2.018	2.355	319	4.692	100
1936	2.364	2.214	364	4.942	106
1937	2.571	2.622	399	5.592	119
1938	2.733	2.567	413	5.713	122
1939	2.973	2.444	437	5.854	125
1940	3.034	2.453	462	5.949	127
1941	2.551	2.326	520	5.397	115
1942	1.744	2.070	567	4.381	94
1943	1.872	2.264	605	4.741	101
1944	1.700	2.022	669	4.391	94
1945	2.192	2.414	700	5.306	113
1946	3.946	2.708	697	7.351	157
1947	5.978	3.386	751	10.105	216
1948	7.629	2.818	876	11.323	242
1949	8.592	2.574	948	12.115	259
1950	10.045	2.874	1.067	13.986	299

ÍNDICE DE ATIVIDADE

EM BILHÕES DE CALORIAS

100.000

80.000

60.000

40.000

20.000

TOTAL

CARVÃO IMPORTADO E PRODUZIDO

ÓLEOS MINERAIS (IMPORTAÇÃO)

CONSUMO DE ENERGIA
ELETRICA (D.FEDERAL
E SÃO PAULO)

MEDIA
1930-40

1942

1944

1946

1948

1950

MEDIA
1930-40

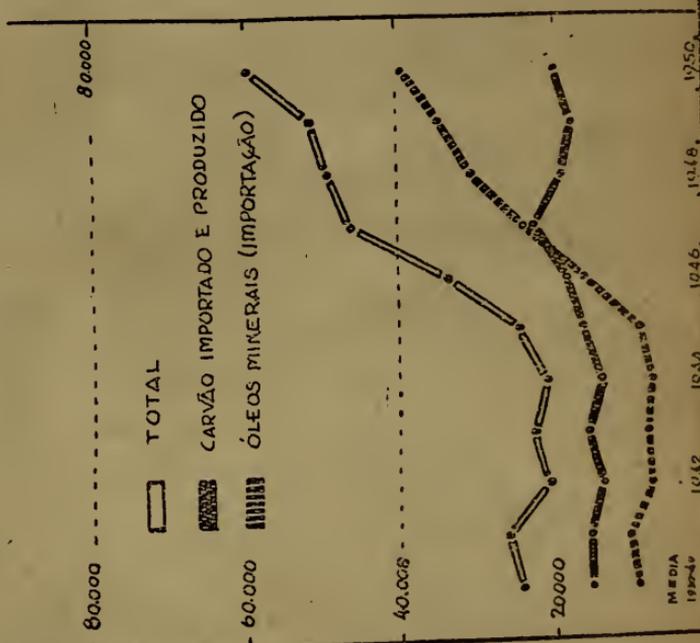
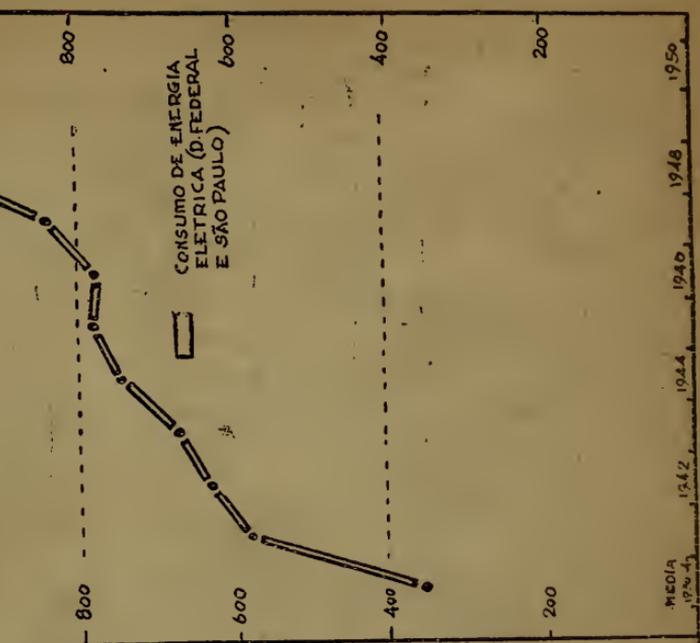
1942

1944

1946

1948

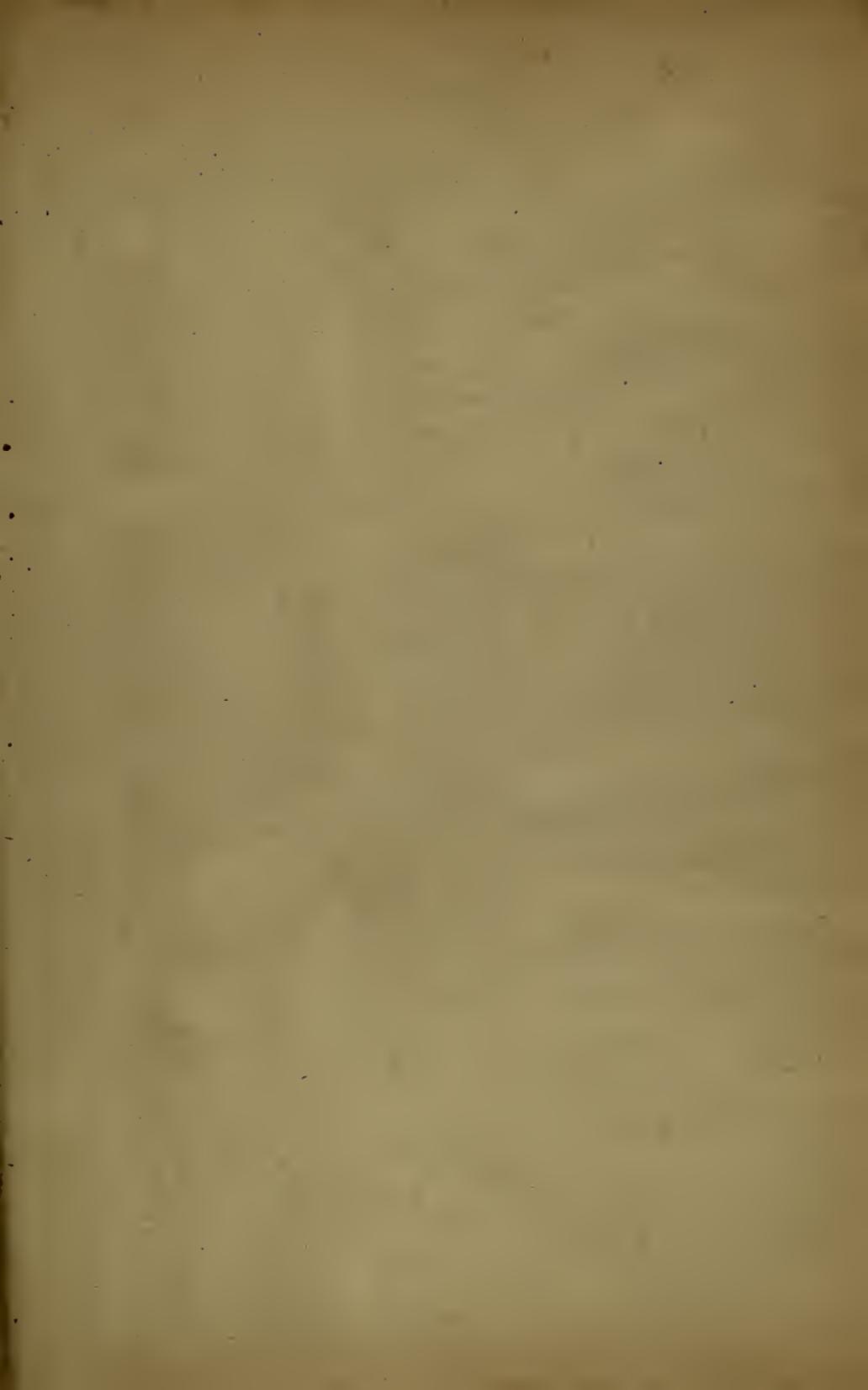
1950



ANEXO VII
DESPESA DA UNIÃO

ANOS	Despesas de Custeio	Dívida Pública	Despesas de Capital	Despesas por Transfer.	Total
1946	8.459	1.422	3.143	1.179	14.203
1947	8.139	1.252	2.945	1.057	13.393
1948	9.700	1.234	3.163	1.599	15.696
1949	11.664	1.635	4.655	2.773	20.727
1950	13.085	1.264	5.723	3.599	23.671
TOTAIS	51.047	6.807	19.629	10.207	87.690

FONTE — Instituto de Economia da Fundação Mauá.



Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1952

ABR 10
MAI 3
DATA PARA DEVOLUÇÃO
OUT 18
NOV 11

da

1371-60 330.931
E96

Brasil. Conselho Nacional Economia
AUTOR
Exposição geral situação econômica
TITULO 1951

Devolver em	NOME DO LEITOR

Brasil. Conselho Nac. Econ
1371-60.

